

PLANO DE URBANIZAÇÃO

ÁREA DE FRACIONAMENTO ILEGAL DA PROPRIEDADE RÚSTICA DE VILA NOVA DE MILFONTES

ESTUDOS BASE DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



FEVEREIRO DE 2023

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano de Urbanização AFIPR de Vila Nova de Milfontes Estudos base de caracterização e diagnóstico
Descrição:	Relatório que pretende realizar a caracterização e o diagnóstico da realidade atual da área de intervenção do Plano de Urbanização AFIPR de Vila Nova de Milfontes
Data de produção:	29 de outubro de 2018
Data da última atualização:	17 de fevereiro de 2023
Versão:	13
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda. e Município de Odemira
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo - Planeamento e Gestão do Território
Equipa técnica:	Andreia Mota Geografia - Planeamento e Gestão do Território; Pós-Graduação executiva em Sistemas de Informação Geográfica Célia Mendes Geografia - Planeamento e Gestão do Território Elisa Bairrinho Arquitetura Paisagista João Monteiro Geografia - Planeamento e Gestão do Território Liliana Sousa Biologia-Geologia - Património Geológico e Geoconservação Teresa Costa Geografia - Planeamento e Gestão do Território
Equipa do Município	Sónia Correia Arquiteta Sheila Marcelino Urbanista
Consultores:	Manuel Miranda Planum – Assessorias e Projetos, Lda.
Código de documento:	183
Estado do documento	Entrega Final – aprovação em sede de assembleia municipal.
Código do Projeto:	021021101
Nome do ficheiro digital:	0211_puafipr_ecd_v13

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	11
2. SISTEMA BIOFÍSICO	19
2.1. Características Físicas.....	19
2.2. Solos.....	20
2.3. Geologia	20
2.4. Ocupação do Solo.....	21
2.5. Estrutura Ecológica.....	24
3. VALORES NATURAIS E BIODIVERSIDADE.....	27
4. PATRIMÓNIO	35
4.1. Património Arqueológico	35
5. ESTRUTURA E OCUPAÇÃO DO EDIFICADO	37
6. REDE DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	55
6.1. Rede Viária.....	55
6.2. Abastecimento de Água.....	66
6.3. Drenagem e Tratamento de Água Residuais e de Águas Pluviais	71
6.4. Gestão de Resíduos Urbanos.....	74
6.5. Infraestruturas de Fornecimento de Energia Elétrica e de Telecomunicações	76
6.6. Equipamentos Coletivos de Utilização Coletiva.....	80
7. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA.....	83
7.1. População	84
7.2. Famílias	89
7.3. Economia	93
8. INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS	99
ANEXOS.....	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Loteamento/plano municipal de Reconversão Urbanística para Foros do Galeado (1.ª Fase)	16
Figura 2: Loteamento/plano municipal de Reconversão Urbanística para Brunheiras (2.ª Fase).....	17
Figura 3: Exemplificação da presença de sobreiros na área de intervenção do PUAFIPR.....	25
Figura 4: Exemplificação da presença de espaços agrícolas na área de intervenção do PUAFIPR	26
Figura 5: Charcos temporários presentes no Centro de Interpretação de Charcos Temporários do Sudoeste Alentejano.....	31
Figura 6: Presença de aves na área de intervenção do PUAFIPR	33
Figura 7: Exemplificação dos sítios arqueológicos presentes na área de intervenção do PUAFIPR	36
Figura 8: Exemplo de revestimento exterior de reboco pintado (à esquerda) e de aço/alumínio (à direita)	49
Figura 9: Exemplo de edifício em construção (à esquerda) e em obras (à direita).....	52
Figura 10: Exemplo da ocupação indevida do espaço público por motivo de obras	53
Figura 11: Exemplificação do tipo de pavimento: asfalto (esquerda), brita graduada (centro) e terra batida (direita).....	58
Figura 12: Exemplificação do mau estado de conservação das vias.....	59
Figura 13: Exemplificação dos passeios existentes em Foros do Galeado	60
Figura 14: Exemplificação da existência de estacionamento livre.....	62
Figura 15: Exemplificação das paragens de transporte público existentes na área de intervenção do PUAFIPR.....	64
Figura 16: Serviço de transporte assegurado pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes.....	65
Figura 17: Exemplificação de contentores lotados.....	74
Figura 18: Escola Básica do 1º Ciclo das Brunheiras.....	81
Figura 19: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Brunheiras e espaço do mercado das Brunheiras.....	81
Figura 20: Exemplificação de exploração de bovinos	99
Figura 21: Exemplificação das unidades industriais presentes na área de intervenção.....	100
Figura 22: Exemplificação de locais com acumulação de resíduos e veículos em fim de vida na área de intervenção	101
Figura 23: Exemplificação de locais de acumulação de resíduos de construção civil e monos	102
Figura 24: Exemplificação do depósito indevido de lixo na área de intervenção	103
Figura 25: Exemplificação da presença de animais abandonados.....	104

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Enquadramento administrativo da área de intervenção do PUAFIPR	11
Mapa 2: Identificação dos lugares da AFIPR	12
Mapa 3: Evolução temporal (entre 1969 e 2012) do lugar de Brunheiras.....	13
Mapa 4: Evolução temporal (entre 1969 e 2012) do lugar de Foros do Galeado.....	14
Mapa 5: Rede hidrográfica da área de intervenção do PUAFIPR.....	19
Mapa 6: Carta Geológica de Portugal.....	21
Mapa 7: Uso e ocupação do solo (COS2015) da área de intervenção do PUAFIPR.....	22
Mapa 8: Áreas protegidas e Rede Natura 2000 presentes na área de intervenção do PUAFIPR	28
Mapa 9: Habitats naturais e seminaturais do SIC Costa Sudoeste (constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro)	29
Mapa 10: Parque edificado existente na área de intervenção do PUAFIPR.....	38
Mapa 11: Época de construção do parque edificado por lugares	43
Mapa 12: Tipologia de utilização do edificado na área de intervenção do PUAFIPR.....	45
Mapa 13: Número de pisos por edifício	47
Mapa 14: Estado de conservação geral do parque edificado na área de intervenção do PUAFIPR	51
Mapa 15: Existência de restauros/alterações no edificado principal.....	53
Mapa 16: Relação do inquirido com a propriedade	54
Mapa 17: Rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR.....	56
Mapa 18: Largura das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR	57
Mapa 19: Tipo de pavimento das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR	58
Mapa 20: Estado de conservação das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR	59
Mapa 21: Existência de passeios nas vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR.....	61
Mapa 22: Existência de estacionamento nas vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR	62
Mapa 23: Trânsito das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR	63
Mapa 24: Paragens de transporte público existentes na área de intervenção do PUAFIPR	64
Mapa 25: Infraestruturas de abastecimento de água	66
Mapa 26: Habitações com ligação à rede pública de abastecimento de água	67
Mapa 27: Alternativas de abastecimento de água	69
Mapa 28: Habitações abrangidas pela rede de abastecimento de água e sua ligação	70
Mapa 29: Infraestruturas de saneamento básico.....	71
Mapa 30: Infraestruturas de águas pluviais	73
Mapa 31: Infraestruturas de gestão de resíduos urbanos	75
Mapa 32: Infraestruturas de fornecimento de energia.....	76
Mapa 33: Infraestruturas de telecomunicações	77

Mapa 34: Habitações com ligação à rede pública de telecomunicações.....	78
Mapa 35: Iluminação pública existente na área do PUAFIPR.....	79
Mapa 36: Rede de equipamentos coletivos presente na área de intervenção do PUAFIPR.....	80
Mapa 37: Inquéritos aos agregados familiares presentes na área de intervenção do PUAFIPR.....	84
Mapa 38: Composição dos agregados familiares inquiridos.....	89
Mapa 39: Demonstração da presença cães Galgo.....	104

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Uso e ocupação do solo (COS 2015) nível 5	22
Quadro 2: Habitats naturais e seminaturais do SIC Costa Sudoeste (constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, na sua atual redação)	29
Quadro 3: Número de edifícios por lugar na área de intervenção do PUAFIPR.....	37

INTRODUÇÃO

O presente documento diz respeito aos estudos base de caracterização e diagnóstico da área do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes (adiante designado de PUAFIPR), cujo objetivo visa analisar e caracterizar a área de intervenção e a sua envolvente/inserção, considerando um conjunto de aspetos de natureza jurídica, económica, ambiental e urbanística, de modo a que, em articulação com os objetivos do Plano, permita determinar o modelo preliminar de ordenamento e desenvolvimento do relatório ambiental preliminar.

A elaboração do PUAFIPR enquadra-se no Plano Diretor Municipal (PDM) de Odemira, uma vez que foi este Plano que delimitou a presente Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica, indicando que a mesma terá de ser alvo de plano de urbanização ou plano de pormenor, onde se deverão definir os objetivos, critérios e parâmetros aplicáveis, respeitando o princípio da contenção da edificação para habitação em solo rural.

Os Termos de Referência do PUAFIPR foram aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal a 20 de dezembro de 2012, tornada pública pelo Edital n.º 12/2013, de 24 de janeiro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 2444/2013, 19 de fevereiro. A elaboração do presente Plano visa, essencialmente, conhecer e avaliar a realidade da área de intervenção; qualificar em termos de imagem, funcionalidade e vivência urbana, um território cheio de carências e problemáticas de várias géneses; identificar as soluções mais apropriadas e atribuir-lhes o respetivo suporte legal; obter um instrumento de gestão territorial que se apresente plenamente eficaz e que constitua um suporte à gestão e desenvolvimento urbanístico da zona em referência, complementando as disposições do PDM de Odemira, do PROT do Alentejo, do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV) e que satisfaça os requisitos estabelecidos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

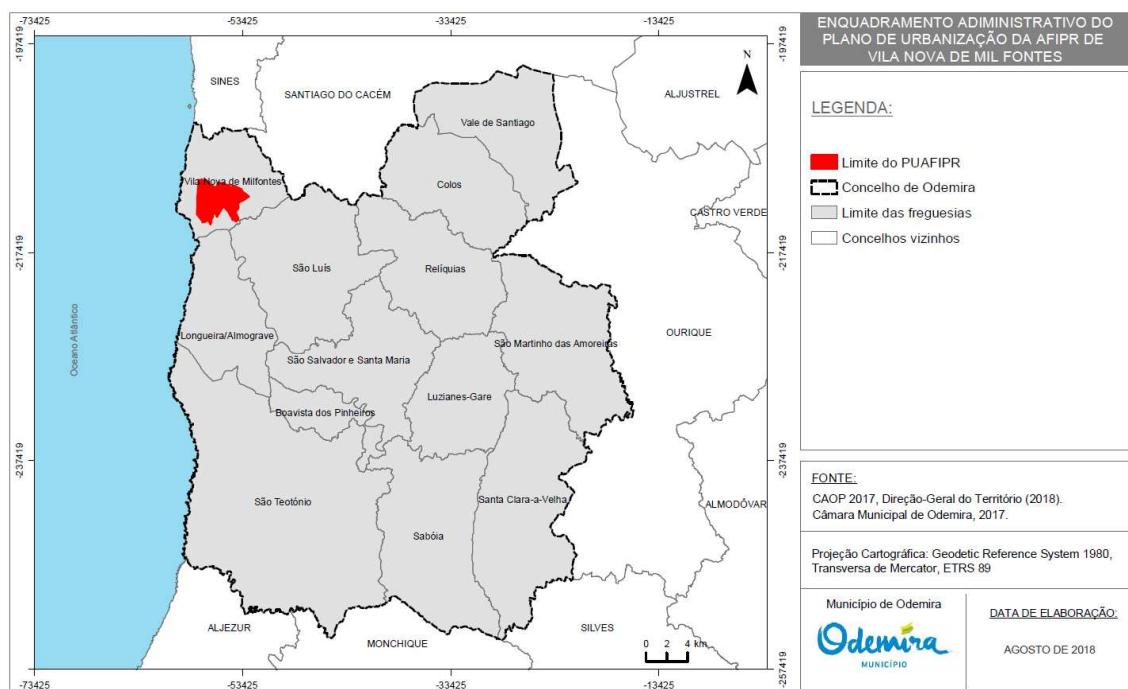
Para efeitos de caracterização da área de intervenção, teve-se em consideração os dados obtidos resultantes do trabalho de campo, efetuado pela GeoAtributo entre os dias 09 e 18 de outubro de 2018. Durante este trabalho *in loco*, foram preenchidas fichas de caracterização para todos os edifícios presentes na área de intervenção do PUAFIPR, realizados inquéritos por entrevista aos agregados familiares permanentes ou temporários [ou no caso de ausência, através do preenchimento da ficha de inquérito pelos próprios residentes, tendo a mesma sido devolvida à GeoAtributo (via CTT) ou à Câmara Municipal de Odemira/Junta de Freguesia], preenchidas fichas de caracterização da rede viária presente na AFIPR, e por fim, identificados e caracterizados os equipamentos coletivos localizados na área de intervenção.

O documento que agora se apresenta irá debruçar-se sobre as temáticas mais relevantes, entre as enumeradas no artigo 99.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente *“a definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e naturais a proteger e a informação arqueológica contida no solo e subsolo”*.

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A área de intervenção do **Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes** localiza-se no concelho de Odemira, adjacente ao aglomerado urbano de Vila Nova de Milfontes, freguesia à qual pertence, e abrange uma superfície de cerca de **1.289 ha**.

Mapa 1: Enquadramento administrativo da área de intervenção do PUAFIPR

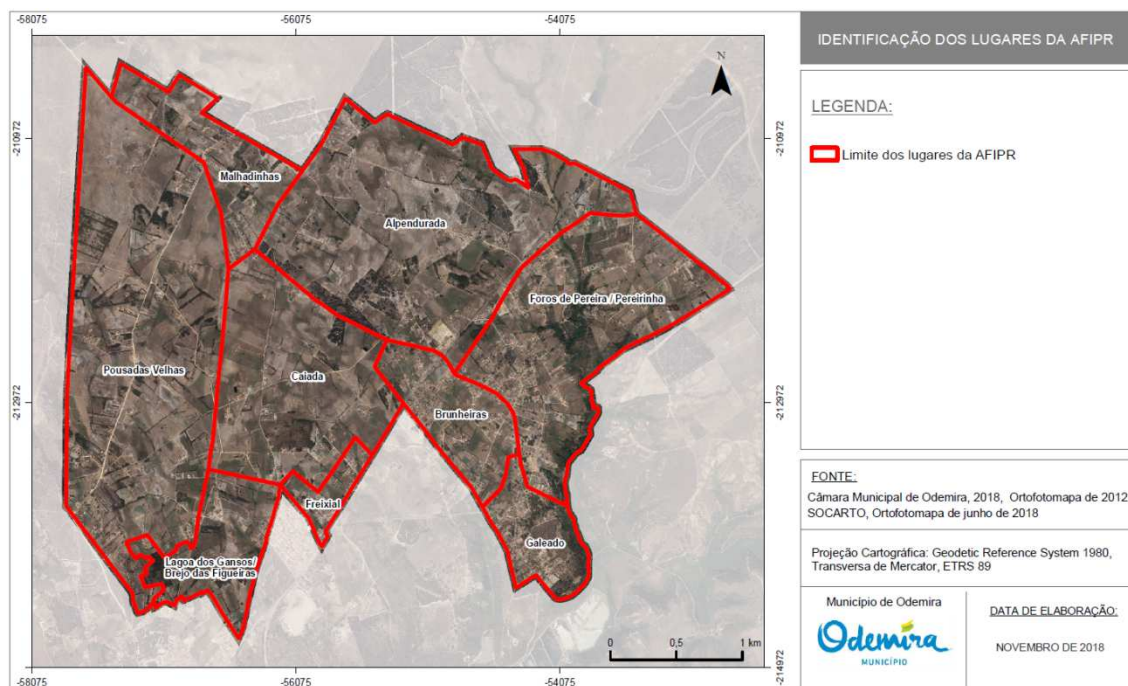


Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Corresponde a uma área composta por **nove lugares**, nomeadamente: Pousadas Velhas; Malhadinhas; Caiada; Lagoa das Gansas; Freixial; Alpendurada; Foros da Pereira/Pereirinha; Brunheiras e Foros do Galeado. (Termos de Referência, CM de Odemira, 2012) A delimitação da área de intervenção teve por base as subsecções estatísticas utilizadas nos Censos (publicado pelo Instituto Nacional de Estatística), contudo com alguns ajustes, o que permite realizar algumas correlações entre os dados estatísticos dos Censos e os resultados obtidos do trabalho de campo.

Destacam-se Brunheiras, Foros do Galeado e Foros da Pereira como os aglomerados urbanos de rápida expansão, pela sua proximidade com a Vila, assim como Freixial e Lagoa das Gansas embora de expansão de menor significativa. Já nas Pousadas Velhas o povoamento apresenta-se mais disperso, o que também se verifica nas restantes propriedades da AFIPR. (Relatório “Que passado e que futuro?”, 2011)

Mapa 2: Identificação dos lugares da AFIPR

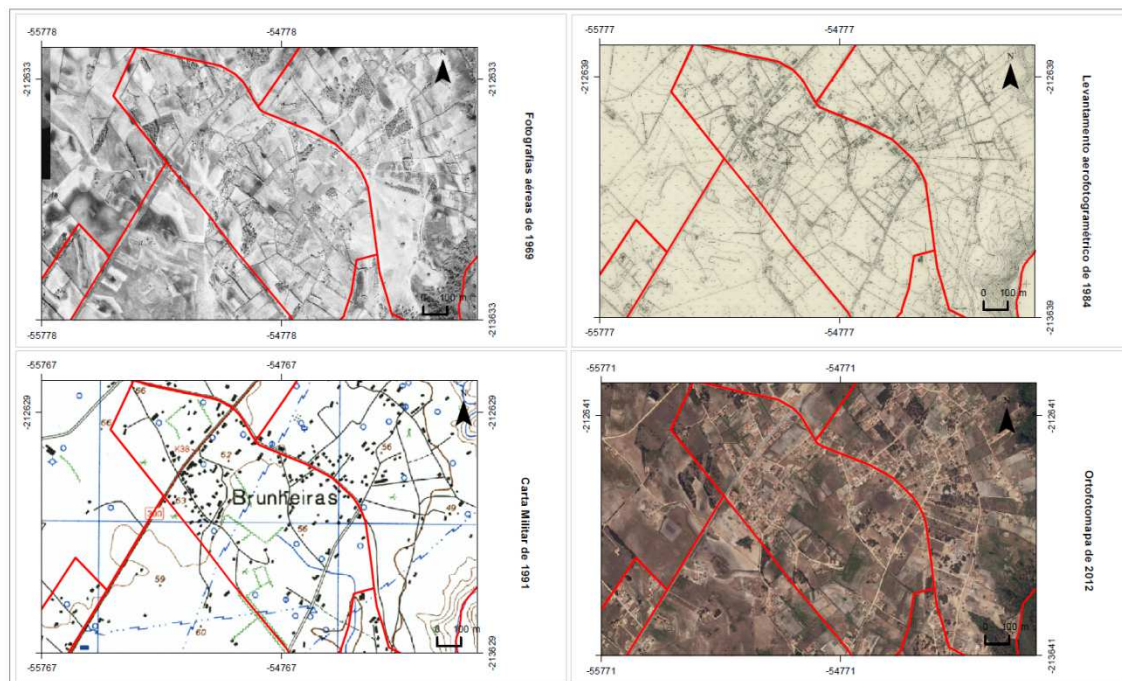


Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Inicialmente, a área de intervenção era constituída por cercas, coutos e brejos, a rede de pequenas explorações agrícolas era quase indissociável da vila. As herdades com exploração extensiva encontravam-se mais afastadas, à exceção das herdades de Pousadas e Montinho que chegavam quase às portas da vila. As herdades já referenciadas no séc. XVII eram: Pousadas, Alpendurada, Pereira, Freixial, Foros do Galeado, Forninhos, Barranco, Cela, Soudo, Adail, Aivados, Godins e Solevado. Algumas destas herdades foram colonizadas, ou nelas se constituíram cercas no regime de foros, que possibilitava ao rendeiro explorar a terra com carácter perpétuo. (Termos de Referência, CM de Odemira, 2012)

Analisando a evolução temporal do lugar de Brunheiras, verifica-se que o “boom” da construção ocorreu entre 1969 e 1984, observando-se um aumento exponencial do número de habitações, especialmente junto à ER 390.

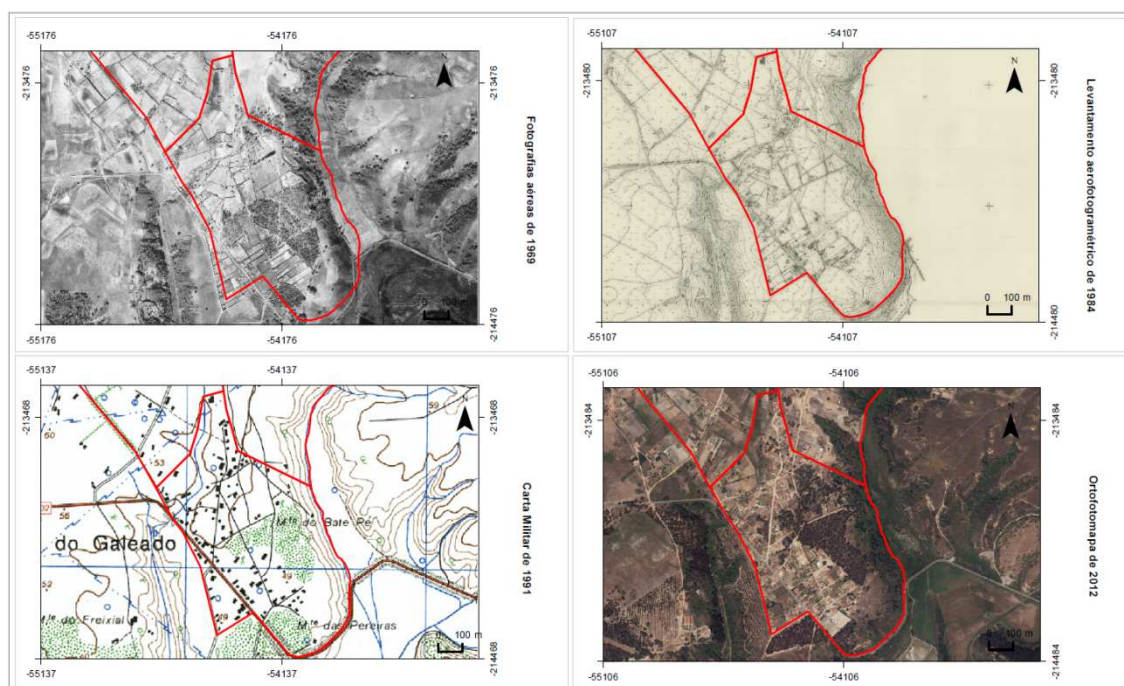
Mapa 3: Evolução temporal (entre 1969 e 2012) do lugar de Brunheiras



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Igualmente no lugar de Foros do Galeado, a construção sofreu um aumento exponencial entre 1969 e 1984, já que em 1969 o lugar era constituído essencialmente por uma rede de pequenas explorações agrícolas que tinha associadas pequenas habitações. Contudo, em 1984 observa-se já uma elevada concentração de habitações junto à EM 532, tendo-se gradualmente densificando a edificação ao longo dos anos.

Mapa 4: Evolução temporal (entre 1969 e 2012) do lugar de Foros do Galeado



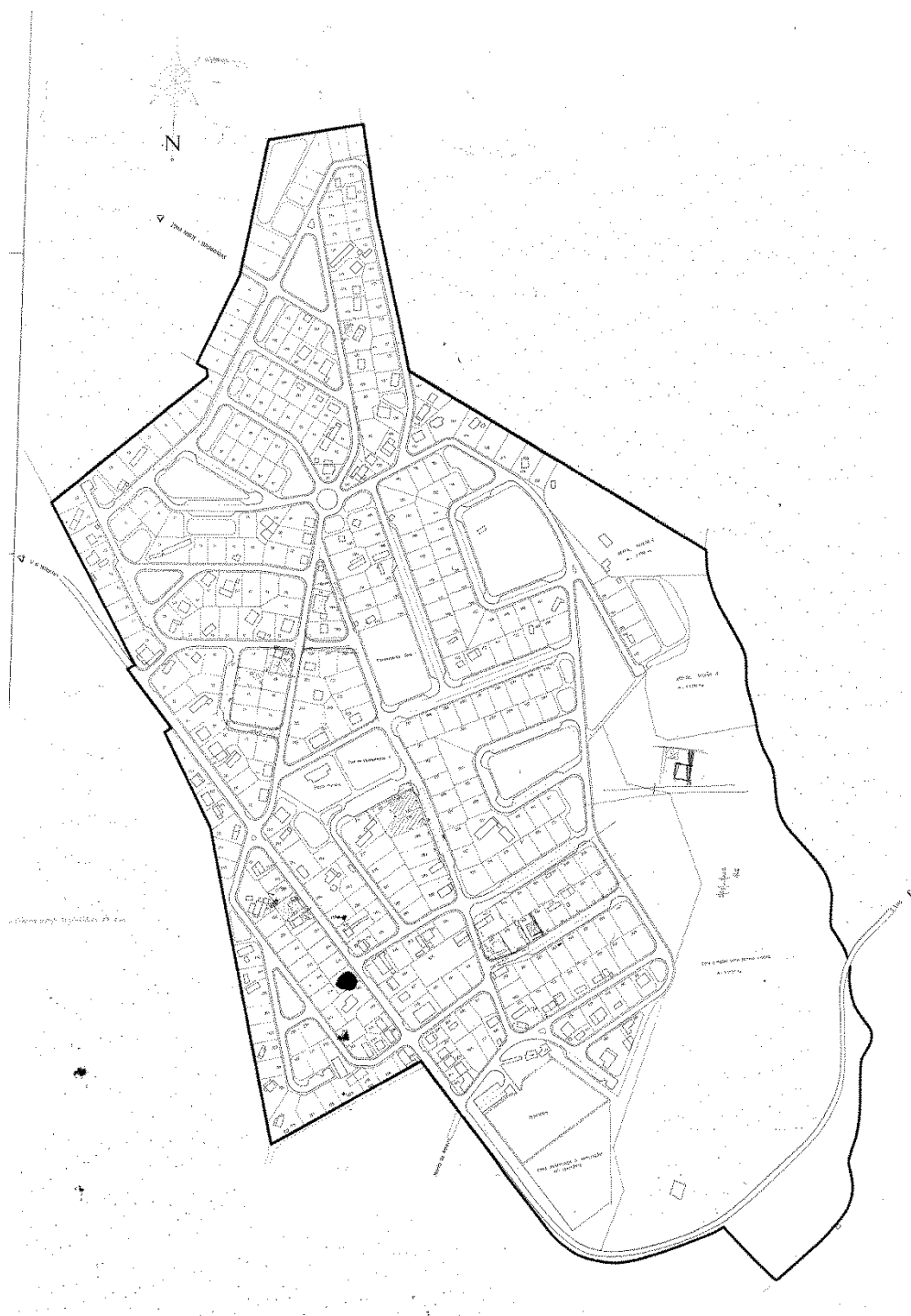
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Na década de 1980, o Município de Odemira começou a tentar encontrar uma solução para o problema, perante o grande surto de construção desordenada na década de 1970. Assim, em 1981 e 1986 a Câmara de Odemira tomou posse administrativa de terrenos (Foros do Galeado, Brunheiras e Pousadas Velhas) e foram levadas a cabo algumas demolições. Esta tomada de posse administrativa detinha como principal objetivo controlar o fenómeno das construções clandestinas que assolava a área em causa, para que no momento de implementação das soluções, estas encontrassem condições favoráveis de modo a pronunciarem-se de forma mais célere. Em 1987 e 1988 o Município adquiriu as propriedades alvo de posse administrativa, uma vez que à data já existia um total de 677 parcelas em situação não legal, distribuídas da seguinte forma: 217 nos Foros do Galeado; 221 nas Brunheiras; e 239 nas Pousadas Velhas. (idem)

O Município passou a cobrar rendas sobre os seus terrenos, e não impossibilitava os rendeiros de efetuarem “benfeitorias” sobre os mesmos. Esta figura da benfeitoria possibilitou a utilização do solo sem a sua titularidade e nalgumas situações, teve como resultado a construção de habitações clandestinas. Este fenómeno dificultou o controlo municipal sobre a miríade de administrados e gerou uma ocupação do território sem qualquer tipo de ordenamento, e sem o suporte de infraestruturas de saneamento que lhes conferisse um mínimo de dignidade. (idem)

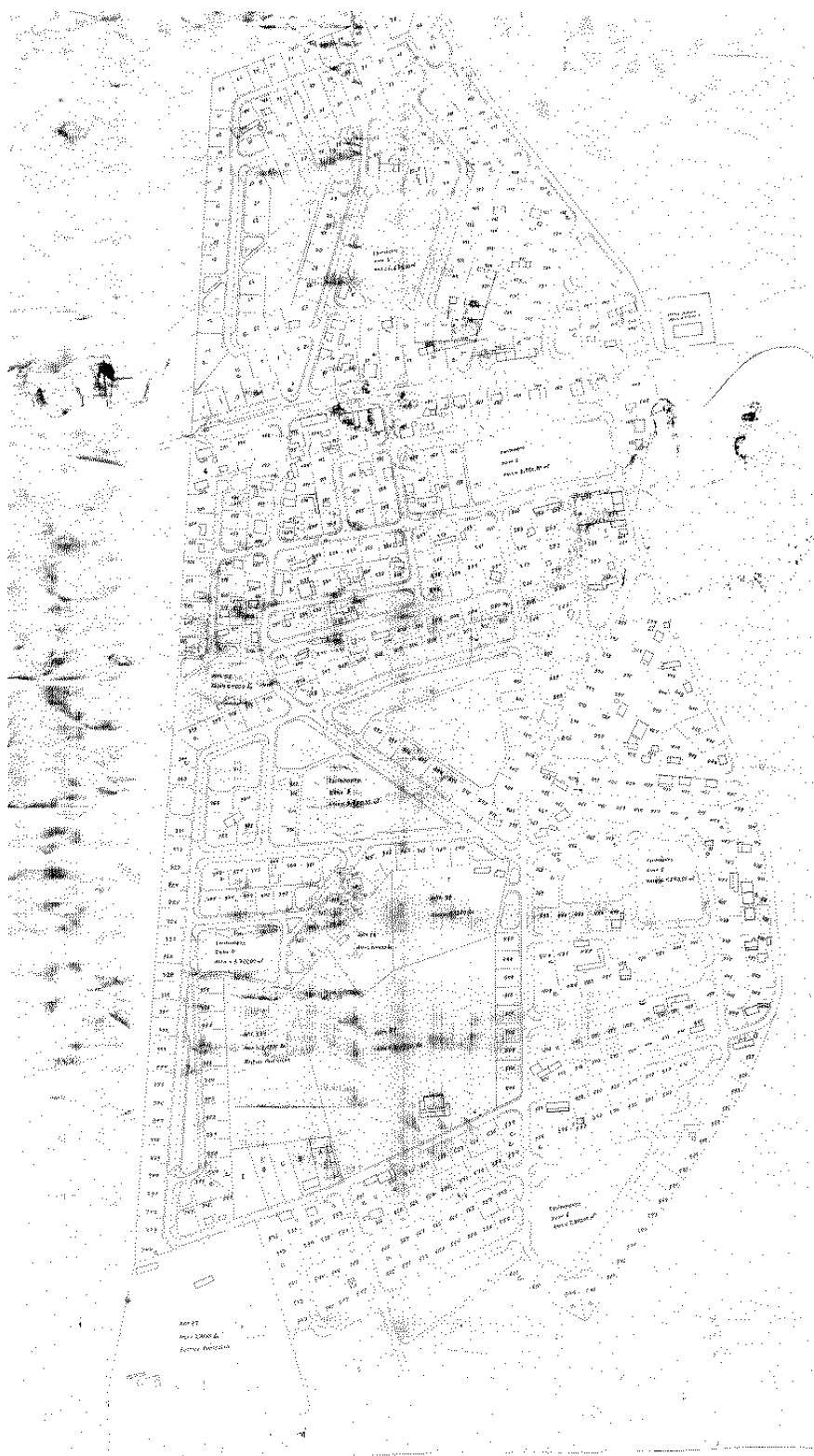
Em 1996, as rendas deixaram de ser cobradas pelo Município de Odemira, na mesma altura em que o loteamento/plano municipal de Reconversão Urbanística para as Brunheiras e Foros do Galeado foi presente à então CCDR-A, proposto como a solução viável para a resolução do problema dos clandestinos nestes núcleos urbanísticos de génese ilegal. Esta proposta de loteamento/plano municipal, foi de tal modo interiorizada pela população e assumida pelo Município, que chegaram a ser demarcadas no terreno as áreas destinadas aos lotes, aos arruamentos, aos espaços verdes e aos equipamentos e, nalgumas situações pontuais, concedidas autorizações nominais aos residentes para construção de casas em determinados lotes. (idem)

Figura 1: Loteamento/plano municipal de Reconversão Urbanística para Foros do Galeado (1.ª Fase)



Fonte: Câmara Municipal de Odemira.

Figura 2: Loteamento/plano municipal de Reconversão Urbanística para Brunheiras (2.ª Fase)



Fonte: Câmara Municipal de Odemira.

No entanto, este exercício de planeamento não estava revestido de efeitos legais nem estava articulado com o complexo processo de elaboração do PDM do concelho, levando a que o plano não tivesse acolhimento pelas entidades superiores. Entre as razões da recusa do loteamento/plano, estaria a proposta de mais de 1200 lotes, considerados demasiados, provocando assim a criação de uma nova localidade. (idem)

Após a impossibilidade de implementar a proposta de loteamento/plano de reconversão urbanística, surgiu uma nova hipótese de retomar os trabalhos com vista à resolução do problema, através da criação de um Gabinete Técnico Local. Durante os dois anos de funcionamento, o trabalho desenvolvido pelo gabinete não mobilizou a população, devido às expectativas anteriormente frustradas e pela consequente degradação da confiança face às instituições envolvidas. Porém, entre 2002 a 2008 a Câmara Municipal manteve em funcionamento um gabinete técnico no local, contudo os objetivos a que tanto o Gabinete Técnico Local como este gabinete se propunham não chegaram a ser alcançados. Ainda entre 2002 e 2004, decorreu a tentativa de declaração de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da zona envolvente de Vila Nova de Milfontes, processo promovido pela Câmara Municipal, mas indeferido o pedido pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, que indicou a impossibilidade de se fazer planeamento municipal através de uma ACRRU, uma vez que esta é uma função que cabe aos PMOT. (idem)

Ao longo dos anos a construção na Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica continuou a crescer com total desrespeito pelas prescrições administrativas, não obstante as medidas de tutela da legalidade urbanística ordenadas. (idem)

2. SISTEMA BIOFÍSICO

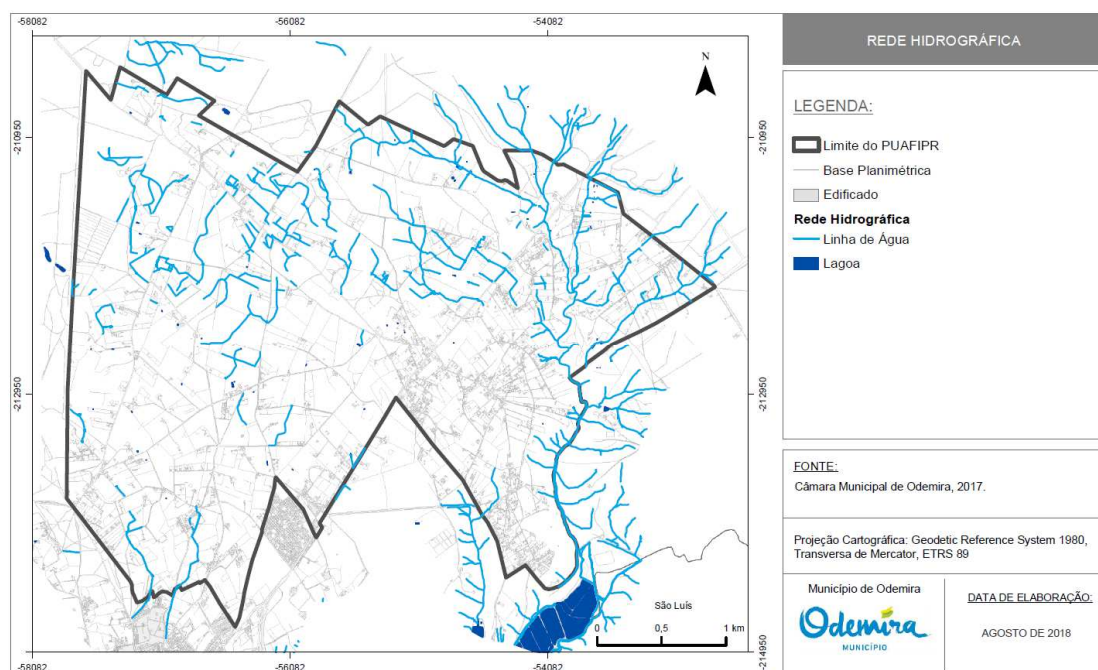
2.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Em relação à geomorfologia, esta região é dominada pela Planície Litoral Ocidental, que constitui uma faixa relativamente estreita de orientação N-S, situada junto ao litoral, e pela zona de Serras Litorais.

Em termos altimétricos, a variação na área de intervenção do PUAFIPR situa-se entre os 45 metros e os 78 metros e, de uma forma geral, a altitude vai aumentando gradualmente desde sul para norte, facto que se justifica pela sua localização junto à costa e zona ribeirinha do rio Mira. No seu limite este existe uma zona de declives acentuados, pela presença de linhas de água que dão origem a ribeiras temporárias, enquanto que na parte a oeste originam-se lagoas, em especial no lugar de Pousadas Velhas.

No que diz respeito aos recursos hídricos, a área de intervenção do PUAFIPR localiza-se numa posição privilegiada, junto à foz do rio Mira, que possui a sua cabeceira na serra do Caldeirão e desagua no oceano atlântico, em Vila Nova de Milfontes. Ainda dentro da área em estudo encontramos algumas linhas de águas de menor dimensão.

Mapa 5: Rede hidrográfica da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

2.2. SOLOS

Quanto ao tipo de solo, a área de intervenção do PUAFIPR encontra-se maioritariamente integrada nos solos Podzóis órticos - associados a Regossolos êutricos e solos Podzóis órticos, e apenas uma pequena área a este do plano encontra-se integrada nos solos Litossolos êutricos - associados a Luvissolos.

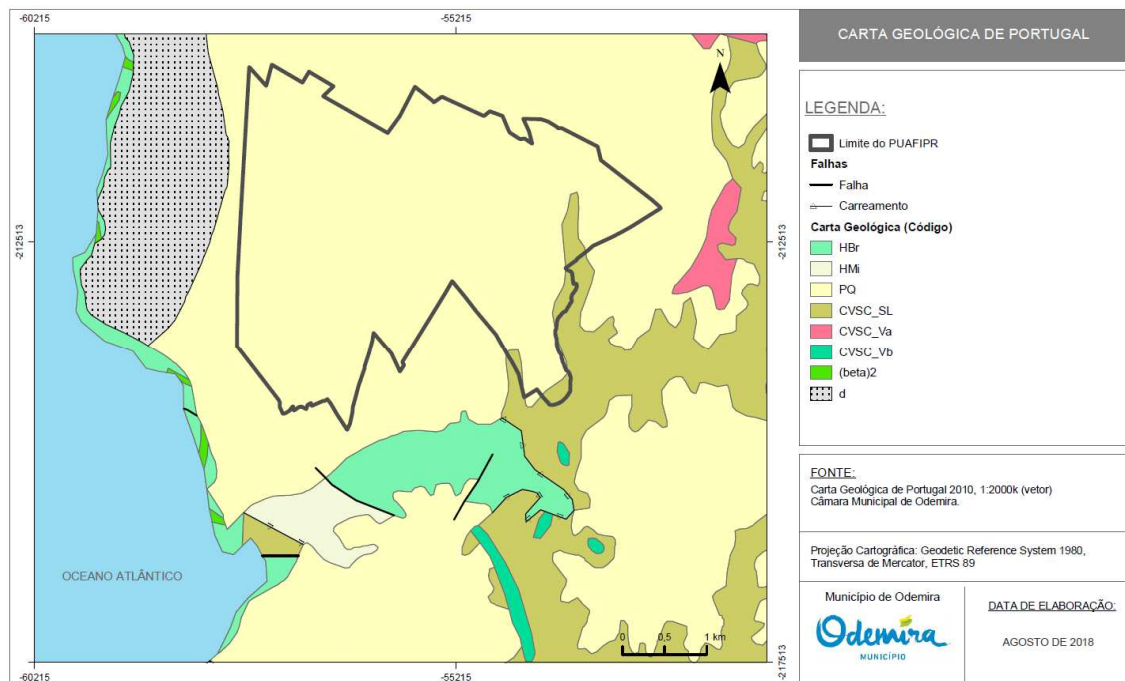
Os Podzóis constituem solos que ocorrem em áreas húmidas nas zonas temperadas e boreais e localmente também nos trópicos. Apresenta-se como um solo rico em matéria orgânica e óxidos de ferro. Já os Litossolos constituem solos incipientes grosseiros e/ou pedregosos derivados de rochas consolidadas, de espessura efetiva normalmente inferior a 10 cm. São azonais e particularmente comuns em regiões montanhosas.

2.3. GEOLOGIA

Tendo por base a carta geológica de Portugal, a área de intervenção do PUAFIPR insere-se na Bacia do Sado e Litoral Ocidental. Predominam as areias, arenitos e cascalheiras do litoral do Baixo Alentejo e do Vale do Sado (PQ), que correspondem a depósitos marinhos e continentais constituídos, em regra, por areias alaranjadas e avermelhadas com pequenos seixos de quartzo, lascas de xisto e fragmentos de arenitos avermelhados do Triássico.

Nos lugares de Foros do Galeado e Foros da Pereira encontramos ainda pequenas áreas ocupadas pela Formação de São Luís (xistos, tufitos) do complexo vulcano-silicioso do Cercal, que compreende sedimentos como xistos e xistos siliciosos tendo nos seus níveis mais superiores intercalações centimétricas de quartzitos e rochas carbonatadas.

Mapa 6: Carta Geológica de Portugal



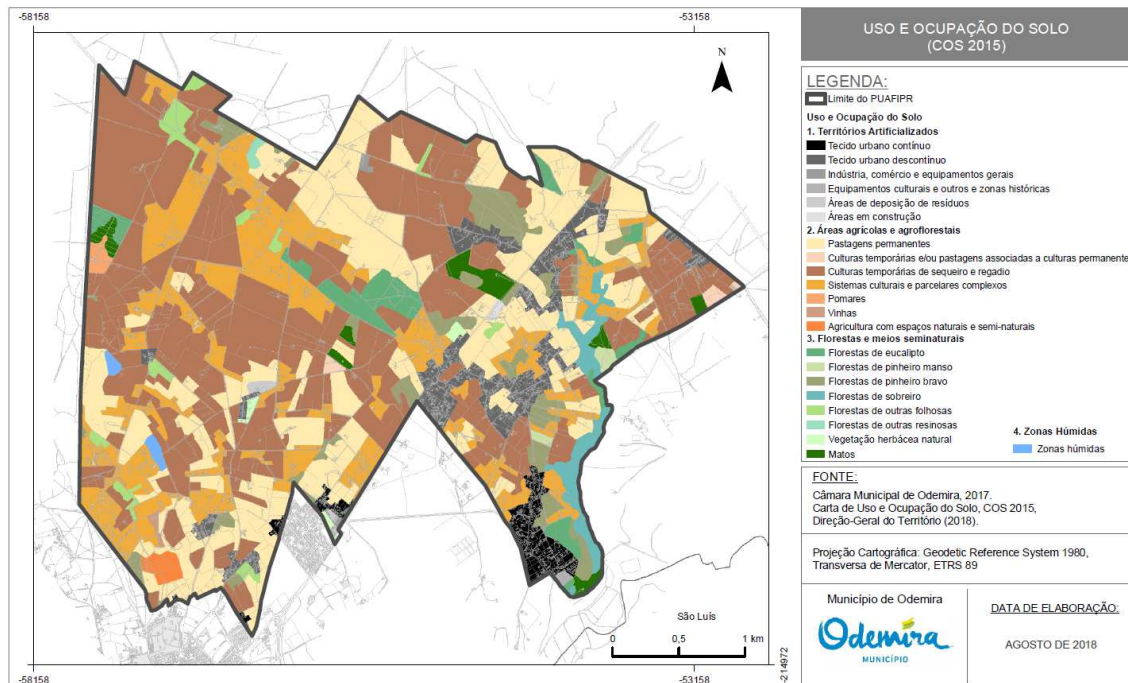
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

2.4. OCUPAÇÃO DO SOLO

O exercício de planeamento e ordenamento de um determinado local deve ter como ponto de partida a reflexão sobre a sua atual ocupação. A análise da ocupação local do solo da área de intervenção do Plano foi realizada com base na desagregação do nível cinco da Carta de Ocupação do Solo (COS2015).

De acordo com a COS2015, a área de intervenção é maioritariamente ocupada por **áreas agrícolas e agroflorestais**, abrangendo uma área de 1.021,65 ha, que corresponde a aproximadamente a **80% da área total**.

Mapa 7: Uso e ocupação do solo (COS2015) da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

No que concerne às florestas e meios naturais e seminaturais ocupam uma área de 166,45 ha, equivalendo a 13% do território abrangido pelo plano. Com uma representatividade inferior, encontram-se os territórios artificializados, que abrangem cerca de 7% da área total (96,27 ha) e as zonas húmidas que representam 3,61 ha.

Quadro 1: Uso e ocupação do solo (COS 2015) nível 5

Nível 1	Nível 5	Área (ha)	Área (%)
1. Territórios artificializados	1.1.1.00.0 Tecido urbano contínuo	24,69	1,92%
	1.1.2.00.0 Tecido urbano descontínuo	65,51	5,09%
	1.2.1.00.0 Indústria, comércio e equipamentos gerais	2,29	0,18%
	1.3.2.00.0 Áreas de deposição de resíduos	1,64	0,13%
	1.3.3.00.0 Áreas em construção	1,14	0,09%
	1.4.2.03.0 Equipamentos culturais e outros e zonas históricas	1,00	0,08%
2. Áreas agrícolas e agroflorestais	2.1.0.00.0 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	488,04	37,89%
	2.2.1.00.0 Vinhas	1,28	0,10%
	2.2.2.00.0 Pomares	3,75	0,29%
	2.3.1.01.1 Pastagens permanentes	299,52	23,25%

Nível 1	Nível 5	Área (ha)	Área (%)
	2.4.1.00.0 Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	3,97	0,31%
	2.4.2.01.1 Sistemas culturais e parcelares complexos	219,56	17,05%
	2.4.3.01.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	5,53	0,43%
3. Florestas e meios naturais e seminaturais	3.1.1.00.1 Florestas de sobreiro	24,62	1,91%
	3.1.1.00.5 Florestas de eucalipto	38,86	3,02%
	3.1.1.00.7 Florestas de outras folhosas	17,65	1,37%
	3.1.2.00.1 Florestas de pinheiro bravo	57,96	4,50%
	3.1.2.00.2 Florestas de pinheiro manso	3,66	0,28%
	3.1.2.00.3 Florestas de outras resinosas	1,85	0,14%
	3.2.1.01.1 Vegetação herbácea natural	3,55	0,28%
	3.2.2.00.0 Matos	18,30	1,42%
4. Zonas húmidas	4.0.0.00.0 Zonas húmidas	3,61	0,28%

Fonte: COS2015, Direção-Geral do Território.

Apresentando agora a uma análise mais pormenorizada das áreas agrícolas e agroflorestais, constata-se que existe a predominância das culturas temporárias de sequeiro e regadio (37,89% da área total), ocupando 488,04 ha. Estas áreas correspondem a áreas ocupadas por culturas temporárias de sequeiro (não utilizam qualquer tipo de rega artificial), estufas e viveiros (estufas de espécies agrícolas e viveiros de árvores de fruto, arbustos e flores) e culturas temporárias de regadio (irrigadas de forma artificial, permanentemente ou não, utilizando com frequência infraestruturas permanentes de rega).

De seguida apresentam-se as pastagens permanentes com uma área de 299,52 ha (23,25% da área total), que correspondem a áreas permanentemente ocupadas (por um período superior ou igual a 5 anos) com vegetação essencialmente do tipo herbácea, quer cultivada (semeada) quer natural (espontânea), que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração.

Por fim, temos os sistemas culturais e parcelares complexos, abrangendo uma área de 219,56 ha (17,05% da área total), que correspondem às áreas de uso agrícola nas quais ocorrem mosaicos de parcelas inferiores à Unidade Mínima Cartográfica (UMC), correspondentes a combinações diversificadas entre culturas temporárias de regadio, culturas temporárias de sequeiro, pastagens permanentes e culturas permanentes.

2.5. ESTRUTURA ECOLÓGICA

Em termos da estrutura ecológica, apesar da mesma não ter sido definida no âmbito do PDM de Odemira, tivemos em consideração o que o RJGT refere sobre esta. Desta forma, a estrutura ecológica identifica as *“áreas, os valores e os sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos, designadamente as redes de proteção e valorização ambiental, regionais e municipais, que incluem áreas de risco de desequilíbrio ambiental”* (artigo 16.º do RJGT).

O Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, cujo objetivo é estabelecer critérios de classificação ou reclassificação do solo, é claro na definição do papel da estrutura ecológica na regulamentação/regulação do uso do solo. Este estabelece no artigo 15.º, que *“a estrutura ecológica municipal é constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos”*.

Analisemos as áreas classificadas e fundamentais para a conservação da natureza e biodiversidade, em particular as áreas afetas:

- Os habitats naturais da Rede Natura 2000;
- Às áreas de maior sensibilidade ecológica tais como as zonas ameaçadas pelas cheias, a lagoas e as zonas húmidas adjacentes, assim como os leitos e cursos de água e os corredores ecológicos definidos pelos sistemas áreas de máxima infiltração e áreas de risco de erosão da Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Às áreas de povoamentos de sobreiros identificadas na COS2015;
- Às áreas afetas aos sistemas produtivos, correspondendo às áreas agrícolas, que de forma geral são parte integrante da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Em termos dos habitats da Rede Natura 2000, no capítulo seguinte estes serão analisados de forma mais pormenorizada, porém é de destacar na área de intervenção do PUAFIPR a presença de charcos temporários mediterrânicos (3170*), habitat prioritário de grande biodiversidade (com enorme valor faunístico) e riqueza ambiental.

Em relação às áreas incluídas em REN, verifica-se a presença na área em estudo, de zonas ameaçadas pelas cheias; lagoas e as zonas húmidas adjacentes; áreas de máxima infiltração; e áreas de risco de

erosão. Na área de intervenção do Plano, espaços incluídos em REN correspondem a 15% (190 ha) da superfície total da AFIPR, sendo o sistema áreas de risco de erosão os que apresentam uma maior significância – 113 ha. Resultado desta presença terá de se acautelar estes sistemas na proposta de ordenamento do Plano, de forma a estes sistemas não serem afetados negativamente.

Devido à presença de sobreiros junto à linha de água presente a nascente do plano, nos lugares de Galeado e Foros de Pereira/Pereirinha, e da sua elevada importância a nível ecológico, surge a necessidade de aplicar medidas de proteção a esta espécie estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho. Efetivamente, o arranque ou o corte de sobreiros, em povoamentos isolados, implica a autorização e a afetação do solo a outros fins fica interdita por 25 anos, nos casos em que os povoamentos sejam destruídos ou fortemente depreciados por intervenção legal. Tal como mencionado anteriormente, as áreas florestais ocupadas por sobreiros, representam quase 2% da área total do PUAFIPR, correspondendo apenas a 24,62 ha.

Figura 3: Exemplificação da presença de sobreiros na área de intervenção do PUAFIPR



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

Por fim, no PDM de Odemira foi definido que os espaços afetos à Reserva Agrícola Nacional correspondem aos espaços agrícolas. A RAN corresponde, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, ao *“conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas”*. A estas áreas são aplicados um conjunto de condicionamentos às utilizações não agrícolas, com o objetivo de proteger o recurso solo, contribuir para o seu uso sustentado e gestão eficaz do espaço rural. A RAN assume um papel preponderante na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura, tendo, entre outros, como objetivos contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola, protegendo o recurso solo, contribuir para o ordenamento do território e preservar os recursos naturais.

Na área de intervenção do PUAFIPR os espaços agrícolas ocupam cerca de 1.077 ha, o que corresponde a 83% da sua área total.

Figura 4: Exemplificação da presença de espaços agrícolas na área de intervenção do PUAFIPR



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

3. VALORES NATURAIS E BIODIVERSIDADE

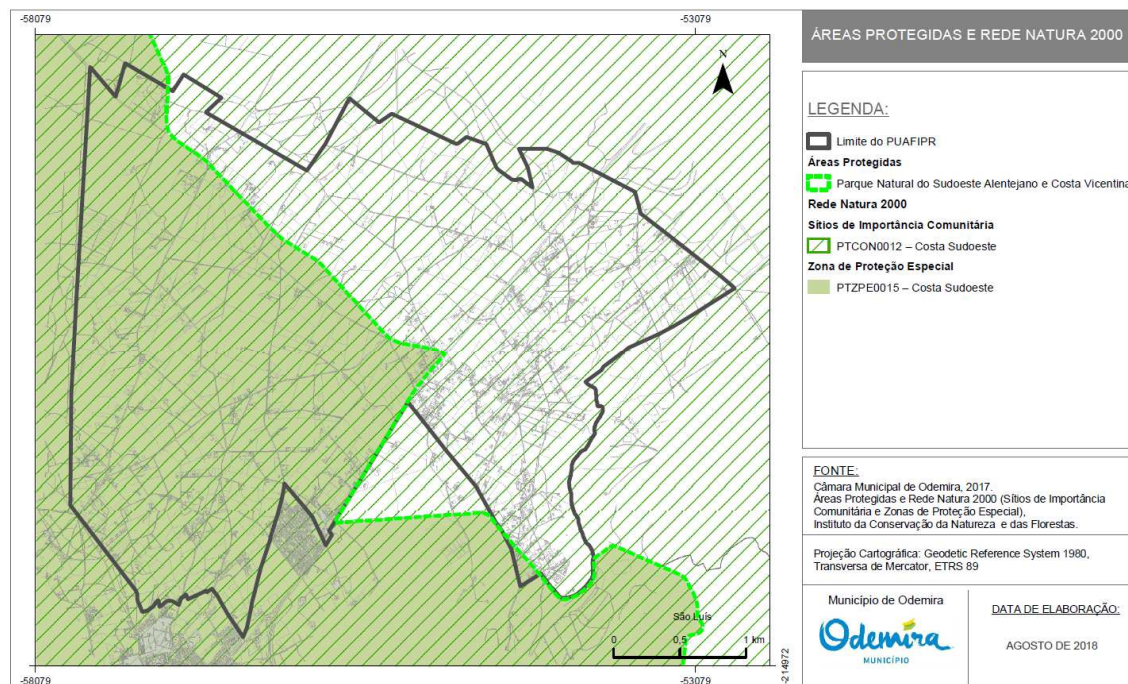
A Rede Natura 2000 constitui uma rede ecológica de âmbito europeu, resultante da aplicação das Diretivas 79/409/CEE (Diretiva Aves) e 92/43/CEE (Diretiva Habitats), e tem como objetivo *“contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território dos Estados-Membros em que o Tratado é aplicável”*. A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC), em território nacional correspondem a Sítios de Importância Comunitária (SIC), e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas em resultado da transposição das referidas diretivas para o Ordenamento Jurídico Português.

A grande importância da área em causa para a conservação da natureza e biodiversidade levou à designação da totalidade do seu território para a lista nacional de Sítios de Importância Comunitária¹ (SIC Costa Sudoeste — PTCON0012) e à criação da Zona de Proteção Especial² da Costa Sudoeste (PTZPE0015).

¹ Foram reconhecidos como SIC através da Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto, os que constam dos anexos I e II da mesma, e enquadram os habitats naturais através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril (anexo B-I e as espécies no anexo B-II) alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro.

² São áreas de importância comunitária no território nacional e onde são aplicadas medidas necessárias para preservar ou restabelecer o estado de conservação das comunidades de aves selvagens designadas no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril (anexo A-I), posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, bem como dos seus habitats e das espécies de aves migratórias que não se encontram referidas no anexo e que a ocorrência no território nacional seja regular.

Mapa 8: Áreas protegidas e Rede Natura 2000 presentes na área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

O SIC PTCON0012 – Costa Sudoeste, que apresenta uma área total de 118.267 ha, e envolve seis concelhos, designadamente: Aljezur, Lagos, Odemira, Santiago do Cacém, Sines e Vila do Bispo. No concelho de Odemira, o SIC Costa Sudoeste ocupa uma área de aproximadamente 56.891 ha, o que corresponde a 33% do território do concelho classificado e a 48% deste Sítio no concelho.

O Sítio Costa Sudoeste corresponde a uma área litoral de extraordinária qualidade paisagística e ecológica, com grande importância em termos de conservação. A ocupação agrícola apresenta-se muito diversificada, incluindo sistemas e culturas tradicionais associadas à agropecuária, culturas de sequeiro, pomares e hortelhos tradicionais.

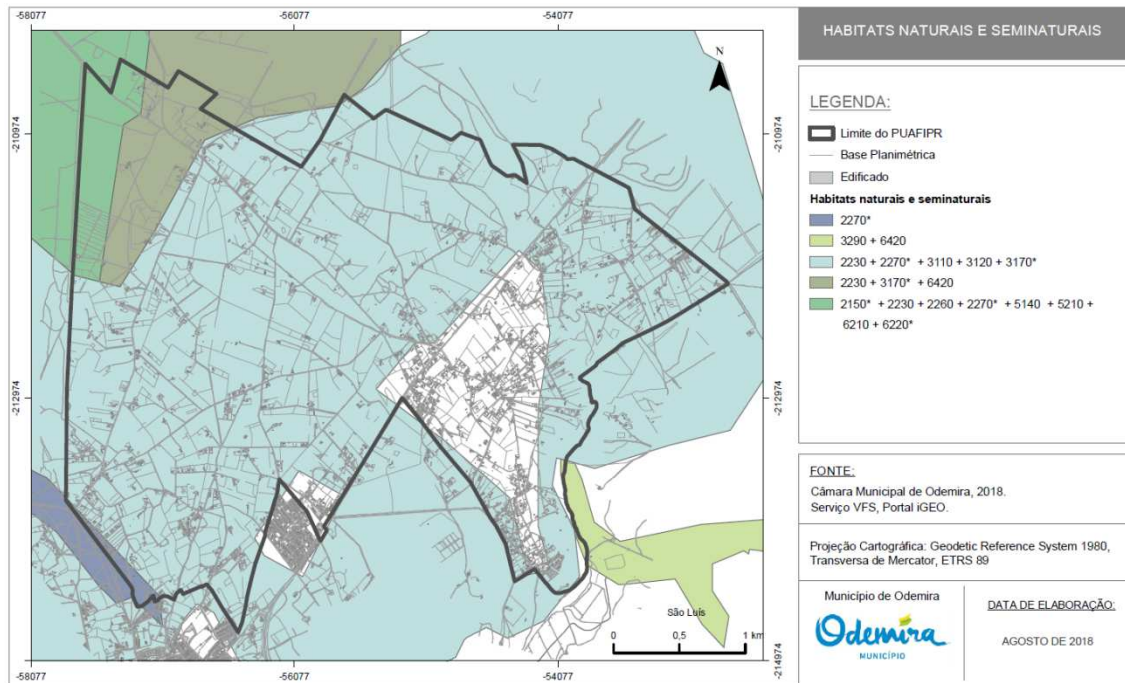
Apresenta uma grande diversidade de habitats costeiros, incluindo sapais, falésias, sistemas dunares e sistemas lagunares. Na área de intervenção encontramos um conjunto de habitats naturais e seminaturais, sendo que cinco deles constituem habitats prioritários.

A cartografia que se apresenta de seguida corresponde a melhor disponível pela entidade da tutela³, porém apenas demonstram as áreas potenciais onde podemos encontrar os habitats naturais presentes no SIC Costa Sudoeste.

³ Retirada da página <http://www.igeo.pt>

Apesar da relevância desta informação sobre o ponto de vista da distribuição dos valores naturais, esta não permite, no entanto, a sua identificação concreta, servindo apenas como base de análise/constatação dos valores naturais na área de intervenção.

Mapa 9: Habitats naturais e seminaturais do SIC Costa Sudoeste (constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro)



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

No quadro seguinte estão expostos os habitats naturais e seminaturais que de acordo com a cartografia e informação disponível poderão eventualmente ocorrer no território em análise:

Quadro 2: Habitats naturais e seminaturais do SIC Costa Sudoeste (constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, na sua atual redação)

CÓDIGO	HABITAT
2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (<i>Calluno-Uliceteta</i>)
2230	Dunas com prados da <i>Malcolmietalia</i>
2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavenduletalia</i>
2270*	Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e/ou <i>Pinus pinaster</i>
3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (<i>Littorelletalia uniflorae</i>)

CÓDIGO	HABITAT
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp.
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
5140*	Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.
6210	Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) (* importantes habitats de orquídeas)
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>

*Habitats prioritários

São de salientar na área em estudo, os charcos temporários mediterrânicos (3170*) que evidenciam as características mediterrânicas do Sítio. Os charcos são formados nas depressões de terreno planos, sazonalmente inundados por água doce, em solos siliciosos e oligotróficos ou em depósitos fluviais onde predominam arenitos e conglomerados numa matriz argilosa. Apresentam comunidades variáveis, normalmente anuais, de plantas vasculares, adaptadas a solos temporariamente encharcados, de floração primavera e de elevada diversidade.

Atualmente, principais fatores de declínio deste habitat, correspondem às práticas agrícolas mais intensivas, as alterações no uso dos solos, o urbanismo e as alterações climáticas.

Devido à presença destes, no mês de maio de 2018 foi instalado num complexo de Charcos Temporários Mediterrâneos no sítio das Pousadas Velhas, um Centro de Interpretação de Charcos Temporários do Sudoeste Alentejano. Este centro correspondeu a uma das ações do Projeto LIFE Charcos para promover a conservação, informação e sensibilização das comunidades locais, agricultores ou visitantes, dando a conhecer a importância deste habitat, tendo por base o conceito “Conhecer para valorizar, valorizar para proteger” que procura inverter o desconhecimento sobre os charcos temporários.

Figura 5: Charcos temporários presentes no Centro de Interpretação de Charcos Temporários do Sudoeste Alentejano



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

Foram definidas para este habitat um conjunto de orientações de gestão com vista à proteção e conservação deste, desta forma identificam-se agora os que consideramos os mais importantes: interditar a drenagem e a dragagem; condicionar a mobilização do solo, a plantação de árvores, a abertura de poços, e o pastoreio; vedar e delimitar sazonalmente os charcos localizados em terrenos cultivados, por altura das lavouras; criar zona tampão em torno dos charcos, com um mínimo de 50 metros a contar da margem, onde deve ser interdita a aplicação de fertilizantes.

No Sítio Costa Sudoeste se congrega um notável património florístico, de extrema importância científica a nível mundial, constituindo-se como uma das áreas europeias de maior biodiversidade florística, com

especial profusão de endemismos nacionais, muitos deles ocorrendo somente neste Sítio. De acordo com informação disponível pela Tutela⁴, na área de intervenção do PUAFIPR, encontra-se identificada uma espécie, *Avenula hackelii*.

Em termos faunísticos, de acordo com a mesma fonte, na área em estudo poderemos encontrar, o mamífero, morcego de Kuhl (*Pipistrellus kuhii*), o réptil, cobra-de-ferradura (*Coluber hippocrepis Linnaeus*), e o inseto, Longicórneo, Capricórneo-das-quercíneas, Rosca ou Larva-da-madeira (*Cerambyx cerdo*).

Contudo destaca-se mais uma vez que, a informação apesar de ser relevante, e a melhor disponível, não permite, no entanto, a sua identificação concreta, servindo apenas como base de análise/constatação dos habitats na área de intervenção.

Para além do SIC, a área do PUAFIPR é abrangida pela Zona de Proteção Especial PTZPE0015 Costa Sudoeste, que possui uma área total de 100.675,55 ha⁵, distribuída por quatro concelhos: Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo.

A ZPE da Costa Sudoeste corresponde a uma área com uma extraordinária diversidade, quer do ponto de vista ecológico quer paisagístico, o que lhe confere uma grande relevância em termos de conservação. É caracterizada de uma forma geral por falésias ocupadas por matos diversificados e formações dunares, intercaladas por praias. Nesta costa também se encontram estuários e ribeiras costeiras, lagoas temporárias, pequenas manchas florestais e áreas agrícolas extensivas com rotações tradicionais de cereal, pousio e pastagens naturais.

A ZPE é reconhecidamente uma das áreas com maior importância para a conservação da avifauna, constituindo um importante corredor migratório para aves planadoras, aves marinhas e passeriformes migradores transarianos. A diversidade que alberga (cerca de 230 espécies de presença regular e cerca de 40 de presença irregular ou acidental, incluindo dezenas de espécies migradoras de passagem), e as particularidades que algumas populações apresentam, conferem-lhe um valor inigualável no contexto da conservação das aves a nível nacional e internacional.

Entre as espécies mais emblemáticas destacam-se a águia de Bonelli *Hieraetus fasciatus*, a águia-cobreira *Circaetus gallicus*, o falcão-peregrino *Falco peregrinus*, a gralha-de -bico-vermelho *Pyrrhocorax pyrrhocorax* e o pombo-das-rochas *Columba livia*. De salientar que constitui o único local a nível mundial

⁴ Espécies da flora protegidas pela Diretiva Habitat (anexos B-II, B-IV e B-V), disponível no serviço WFS na página <http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Listagem.aspx> (acedido a 08 de novembro de 2018).

⁵ Decreto-Lei n.º 204/2015, 17 de setembro: procede à alteração dos limites da Zona de Proteção Especial do Cabo Espichel e da Zona de Proteção Especial da Costa Sudoeste.

onde a cegonha-branca *Ciconia ciconia* nidifica em falésias marinhas e o último local de nidificação de águia-pesqueira *Pandion haliaetus* em Portugal.

Fora do período reprodutor, as áreas de agricultura extensiva no planalto adjacente à costa são importantes para algumas espécies de aves estepárias, com realce para o sisão *Tetrax tetrax*, o alcaravão *Burhinus oediconemus*, o abibe *Vanellus vanellus* e a tarambola-dourada *Pluvialis apricaria*.

Figura 6: Presença de aves na área de intervenção do PUAFIPR



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

São dois os principais fatores de ameaça no SIC e ZPE da Costa Sudoeste, nomeadamente a perturbação e degradação dos sistemas litorais, causada por pisoteio excessivo e uso desregrado de veículos todo-o-terreno; e, também, o empobrecimento do mosaico agrícola e desaparecimento dos sistemas agrícolas extensivos associada à crescente intensificação agrícola.

A par da Rede Natura 2000, a área de intervenção é abrangida pelo **Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina** estende-se numa extensa zona costeira alcantilada e arenosa, com cerca de 60.567 ha de área terrestre e 28.858 ha de área marítima e possui uma grande diversidade paisagística e ecológica, apresentando uma linha de costa caracterizada, genericamente, por arribas elevadas, cortadas por barrancos profundos, pequenas praias, ribeiras e linhas de águas temporárias, estuários e sapais que albergam uma grande diversidade de habitats.

Analisando as peças do POPNSACV, verifica-se que na área do plano abrangida, apresenta níveis de relevância alto no que se refere aos valores florísticos nas áreas ocupadas por charcas, lagoachos e depressões temporariamente húmidas. Em relação aos valores faunísticos, na área em estudo as zonas

ocupadas por floresta mista autóctone apresentam um nível de relevância excecional, e as restantes zonas apresentam grosso modo nível de relevância alto ou médio. Em termos dos valores paisagísticos, são as áreas ocupadas por zonas húmidas/sapal/juncal/lodos que apresentam valores excecionais, e as pastagens apresentam um valor agradável. Por fim, na carta síntese de valores naturais e paisagísticos observa-se que a área do PUAFIPR, apresenta valores excecionais nas áreas ocupadas pelos charcos temporários e nas manchas de floresta mista autóctone, a restante área apresenta valores, grosso modo, elevados e médios.

4. PATRIMÓNIO

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro estabelece as bases políticas e do regime de proteção e valorização do património cultural, reforçando a sua relevância para compreender, permanecer e construir a identidade nacional e a democratização da cultura (artigo 1.º).

Ainda de acordo com a referida lei, no n.º 1 do artigo 12.º, é tarefa do Estado e dever dos cidadãos, a proteção e a valorização do património cultural. Esse direito de salvaguarda do património cultural recebeu apoio através do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2018, de 18 de maio, na qual cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, ou seja, um conjunto variado de instrumentos financeiros públicos adequados a garantir a salvaguarda da herança nacional.

Considera-se património cultural todos os bens materiais e imateriais, mas também por “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (n.º1 artigo 2.º da referida Lei).

Todo o património relevante, seja histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, reproduz uma história, memória, originalidade, raridade e/ou singularidade (n.º 3 do artigo 2.º da referida Lei).

4.1. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Nos termos do n.º 2 do artigo 74.º da Lei 107/2001, de 8 de setembro, integram como património arqueológico “depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental”.

A sua preservação e investigação compreendem pontos basilares para (re)conhecer o histórico da humanidade e da vida em relação com o ambiente. A principal fonte de informação é constituída por meio de escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa (n.º 1 do artigo 74.º da referida Lei).

Neste sentido, constitui um dever particular da administração pública no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas “certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios

subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”(n.º 3 do artigo 76.º da referida Lei).

Os elementos do património arqueológico, segundo o artigo 17.º do RJIGT, devem ser identificados nos planos e programas territoriais, devendo ser estabelecidas as medidas indispensáveis à proteção e à valorização. Assim os PMOT estabelecem regras e princípios que visam garantir a qualidade ambiental e preservar o património cultural (artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 181/2009).

Conforme consta nas informações disponibilizadas pela Direção Regional de Cultura do Alentejo (DCR Alentejo), no que se refere ao património conhecido dentro da área de intervenção do PU AFIPR, existem dois sítios arqueológicos identificados, nomeadamente:

- **Monte das Pereiras** (CNS 15061): um povoado da Idade do Ferro, descrito como “grande quantidade de material arqueológico à superfície, associado a alguma pedra presumivelmente de construção. Distribuição dos achados é uniforme no topo e no início da suave encosta, voltada a Sul, sobre o estuário do Mira.”⁶. Está localizado imediatamente a sul do cemitério de Foros do Galeado, e o seu espólio é composto por escórias e pingos de fundição, dormente, fragmentos cerâmicos de fabrico manual, parte com decoração de cordão inciso.

Figura 7: Exemplificação dos sítios arqueológicos presentes na área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Imagens retiradas do Portal do Arqueólogo, DGPC⁶.

- **Pousadas Velhas** (CNS 38092): vestígios de superfície cerâmicos atribuídos ao período da Idade Média. Está localizado na área do marco geodésico de Pousadas, a norte de Pousadas Velhas, sendo visíveis, à superfície do terreno.

Para além dos sítios referidos, na envolvente à área do Plano observa-se a existência do sítio arqueológico **Galeado 1/Monte dos Foros do Galeado**, com tipologia de Necrópole atribuídos ao período da Idade do Ferro – 2º do Galeado, localizada na área próxima do Cemitério do Galeado.

⁶ Disponível em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58982> (acedido em agosto de 2020).

5. ESTRUTURA E OCUPAÇÃO DO EDIFICADO

Com base no levantamento efetuado pela equipa da GeoAtributo, realizado entre 9 e 18 de outubro de 2018, foi possível identificar um total de **2.058 edifícios** na área de intervenção do PUAFIPR. O quadro e o mapa seguintes evidenciam a distribuição do número de edifícios por lugar, onde se observa que é no lugar de Foros de Pereira/Pereirinha que se contabiliza um maior número de edifícios, com 497, o que corresponde a aproximadamente ¼ (24,1%) do parque edificado da área de intervenção do PUAFIPR.

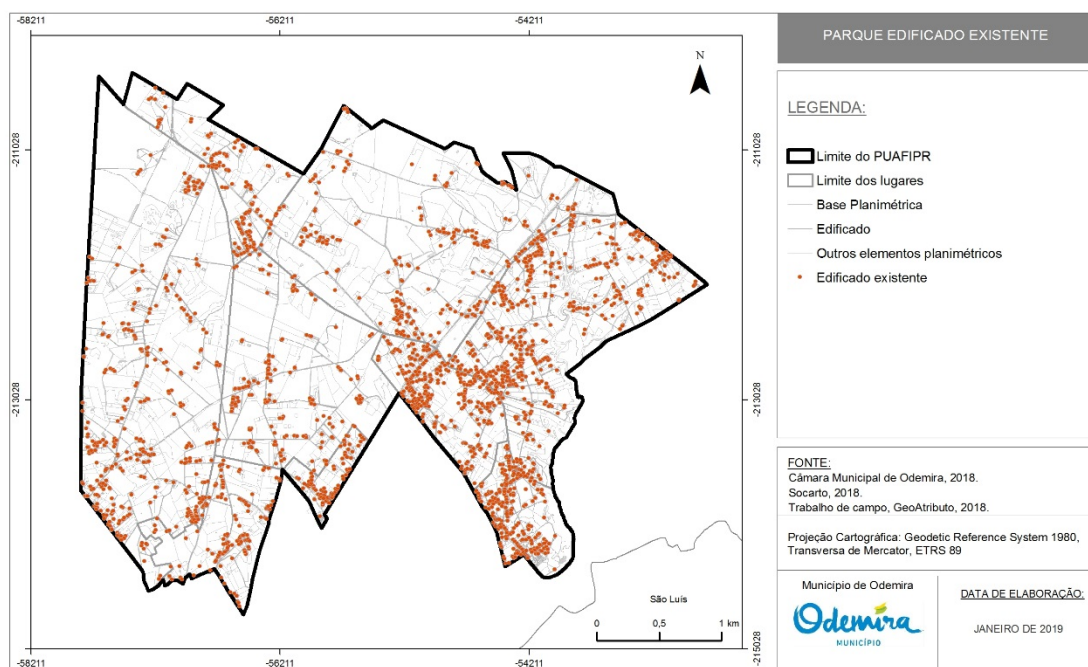
No entanto, quando analisamos em termos de densidade do edificado, verifica-se que os lugares que possuem um maior número de edifícios por km² são Foros do Galeado (482,6 edifícios/km²), Freixial (447,4 edifícios/km²) e Brunheiras (428,1 edifícios/km²).

Quadro 3: Número de edifícios por lugar na área de intervenção do PUAFIPR

Lugar	Nº de edifícios	Proporção (%)	Densidade (Nº de edifícios/km ²)
Alpendurada	236	11,5	79,2
Brunheiras	274	13,3	428,1
Caiada	152	7,4	88,9
Foros de Pereira/Pereirinha	497	24,1	252,3
Freixial	85	4,1	447,4
Foros do Galeado	222	10,8	482,6
Lagoa dos Gansos	113	5,5	168,7
Malhadinhas	125	56,1	176,1
Pousadas Velhas	354	17,2	99,7
Total	2058	100	-

Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 10: Parque edificado existente na área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

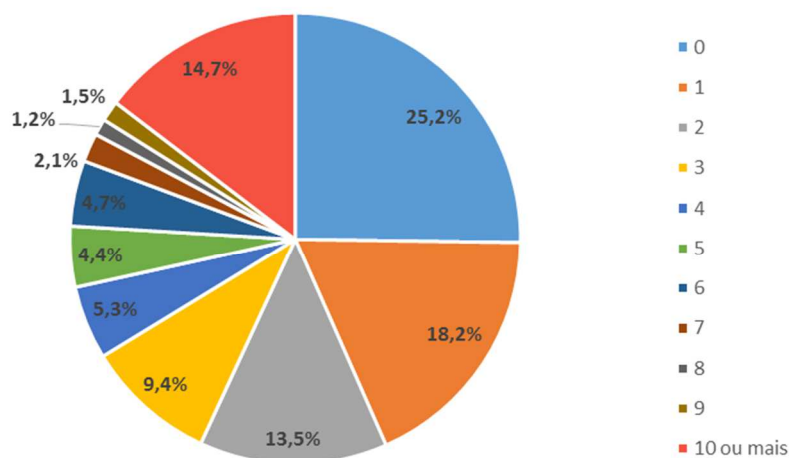
Em termos cadastrais⁷, a área do PUAFIPR encontra-se repartida em **338 artigos**, no qual 47 (14%) encontram-se registados como terrenos municipais e ocupam aproximadamente 400 hectares, ou seja, 31% da área do PUAFIPR pertence à Câmara Municipal de Odemira.

Nestas propriedades pertencentes à autarquia é possível constatar a presença de 575 edifícios, o que corresponde a aproximadamente 28% do parque edificado existente na área de intervenção do PUAFIPR. De destacar que quase metade (46%) destes edifícios encontram-se presentes no extenso terreno municipal localizado no lugar de Pousadas Velhas.

No que toca à densidade de edifícios por propriedade, através do Gráfico 1 verifica-se que aproximadamente ¼ (25,2%) das propriedades não possuem qualquer edifício na sua área delimitada. Por sua vez, cerca de 18,2% do total de propriedades da área do PUAFIPR possuem apenas um edifício, sendo que este valor vai compreensivelmente diminuindo conforme aumenta a densidade de edifícios por propriedade. No entanto, verifica-se que 14,7% das propriedades possuem 10 ou mais edifícios/propriedade, verificando-se mesmo a existência de uma propriedade que contém 264 edifícios (referente ao terreno municipal localizado no lugar de Pousadas Velhas).

⁷ Levantamento georreferenciado dos prédios rústicos do Concelho de Odemira. Criação em 07-07-2013, com base nas Secções Cadastrais Rústicas, do Cadastro Geométrica da Propriedade (provenientes da Repartição de Finanças de Odemira).

Gráfico 1: N.º de edifícios por propriedade



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Para a elaboração da análise da **dinâmica temporal da ocupação urbana** da área de intervenção do PUAFIPR, realizou-se uma divisão da época de construção do parque edificado em seis classes distintas: anterior a 1969; entre 1969 e 1984; entre 1984 e 1995; entre 1995 e 2005; entre 2005 e 2012; entre 2012 e 2018. Esta divisão das épocas de construção teve em consideração os marcos temporais mais importantes que efetivamente tiveram uma influência na dinâmica da ocupação urbana da área em análise, conforme se irá constatar a seguir.

Através do Gráfico 2 verifica-se que aproximadamente 19,5% do parque edificado, isto é, 401 edifícios da área de intervenção do PUAFIPR foram construídos **até 1969**. De acordo com o Relatório “Que passado e que futuro?”, datado de 2011 e elaborado pelo Município de Odemira, durante o início do século XX foram-se construindo edifícios habitacionais localizados na extinta figura jurídica dos foros, justificado pela questão da proximidade dos seus habitantes aos terrenos agrícolas cultivados. No entanto, importa salientar que em 1970 surge a imposição legal da obrigatoriedade de licenciamento para todas as edificações, sendo este momento um aspeto preponderante na questão da legalização do parque edificado existente na área de intervenção do PUAFIPR.

O período compreendido **entre os anos de 1969 e 1984** corresponde à época onde mais edifícios foram construídos na área do PUAFIPR: 574 edifícios, um aumento expressivo de 143% face ao período anterior e que corresponde a 27,9% do parque edificado existente atualmente. O *boom* urbanístico que se registou neste período pode ser explicado pela construção do complexo industrial localizado em Sines e pela reduzida oferta de alojamento para os seus trabalhadores. Além disso, a crescente procura turística em Vila Nova de Milfontes levou a que muitos dos seus habitantes se deslocassem para a periferia, com a intenção de rentabilizar as suas propriedades na vila e obter um retorno económico. Assim, este período

fica marcado pelo aumento da construção e ao início da ocupação em massa da área do PUAFIPR, no qual se registou a proliferação de construções clandestinas.

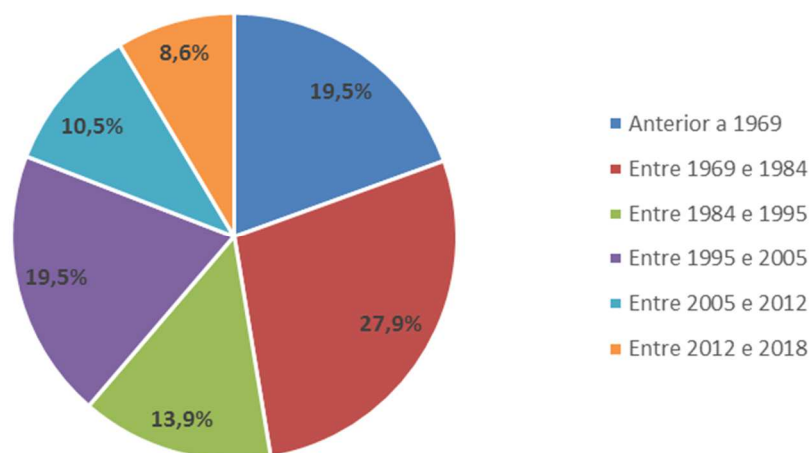
Com o objetivo de encontrar uma solução para este problema, em 1981 e 1986 a Câmara Municipal de Odemira tomou posse administrativa de terrenos localizados nos lugares de Brunheiras, Foros do Galeado e Pousadas Velhas, tendo mesmo sido realizadas algumas demolições, e, em 1987 e 1988, adquiriu estas propriedades (Relatório “Que passado e que futuro?”, 2011). Porém, verifica-se que, apesar do ritmo de construção ter abrandado (diminuiu 50%), estas tentativas de atuação municipal surtiram efeitos pouco significativos, uma vez que no período entre **1984 e 1995** foram construídos mais 287 edifícios, o que corresponde a 13,9% do parque edificado existente atualmente.

Por sua vez, entre os anos de **1995 e 2005** registou-se um novo acréscimo do ritmo de construção (aumentou 40%), uma vez que foram construídos 402 novos edifícios na área de intervenção, correspondendo a aproximadamente 20% da totalidade de edifícios existentes atualmente. Contudo, este período fica marcado por diversos acontecimentos: em 1995 entra em vigor o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV); 1996 – tentativa de implementação do loteamento/plano municipal de Reconversão Urbanística para as Brunheiras e Foros do Galeado; 1997 e 1999 – criação do Sítio de Importância Comunitária (SIC Costa Sudoeste – PTCON0012) e Zona de Proteção Especial da Costa Sudoeste (PTZPE0015); 2000 – publicação do Plano Diretor Municipal de Odemira (PDM).

Posteriormente, no período compreendido entre **2005 e 2012** observou-se uma certa acalmia no número de construções (diminuiu 46%), tendo sido construídos 217 edifícios, que correspondem a 10,5% do parque edificado atual. Neste período, surge a publicação do Plano Regional de Ordenamento do Território, datado de 2010, e dá-se a revisão do POPNSACV.

No período mais recente, isto é, entre **2012 e 2018**, regista-se a construção de 177 edifícios (diminuiu 18%) e que representa aproximadamente 9% da totalidade do parque existente atualmente na área de intervenção do PUAFIPR. De salientar o ano de 2013 no qual ocorreu a adaptação do PDM de Odemira ao POPNSACV.

Gráfico 2: Época de construção do parque edificado da área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Numa análise mais pormenorizada, importa comparar a época de construção do parque edificado por lugares, de forma a compreender a dinâmica interna da área de intervenção do PUAFIPR (Gráfico 3 e Mapa 11).

Assim, através do Gráfico 3, é possível observar que os lugares onde mais edifícios foram construídos antes de 1969 são Foros de Pereira/Pereirinha com 133 edifícios (27% do seu parque edificado) e Brunheiras com 71 edifícios (26% do seu parque edificado). Por sua vez, em Freixial foram construídos apenas 6 edifícios neste período, o que corresponde a aproximadamente 7% do parque edificado existente atualmente neste lugar.

No período entre 1969 e 1984, registou-se uma subida no ritmo de construção na maior parte dos lugares da área do PUAFIPR, no qual destaca-se Freixial com mais 34 edifícios erguidos neste período e que corresponde a uma subida expressiva de 467% face ao período anterior. Destaca-se igualmente Alpendurada (mais 46 edifícios, correspondendo a um aumento de 109%) e Pousadas Velhas (mais 87 edifícios, correspondendo a um aumento de 107%). Por outro lado, em Foros de Pereira/Pereirinha foram construídos 137 edifícios (menos 4 edifícios) e em Malhadinhas 32 edifícios (menos 3 edifícios).

Por sua vez, no período entre 1984 e 1995 verifica-se uma diminuição no ritmo de construções em todos os lugares do PUAFIPR. Neste sentido, os lugares que apresentaram uma diminuição mais acentuada no número de novas construções foram: Malhadinhas com apenas 8 novos edifícios (decrécimo de 75%) e Foros de Pereira/Pereirinha com apenas 32 novos edifícios (decrécimo de 77%). Estes valores podem ser explicados pelas intervenções municipais ocorridas na década de 80, no âmbito do loteamento municipal e que surtiu particular efeito na dinâmica de construção nas Brunheiras e Foros de Pereira/Pereirinha.

No entanto, entre 1995 e 2005 volta-se a registar um aumento generalizado do ritmo de novas construções na área do PUAFIPR, com a exceção de Foros do Galeado (menos 19 edifícios), Brunheiras (menos 3 edifícios construídos) e Pousadas Velhas (menos 1 edifício). Assim, os maiores acréscimos relativamente ao ritmo de novos edifícios construídos foram Foros de Pereira/Pereirinha com 102 novos edifícios (aumento de 219%) e Freixial com 14 novos edifícios (aumento de 156%).

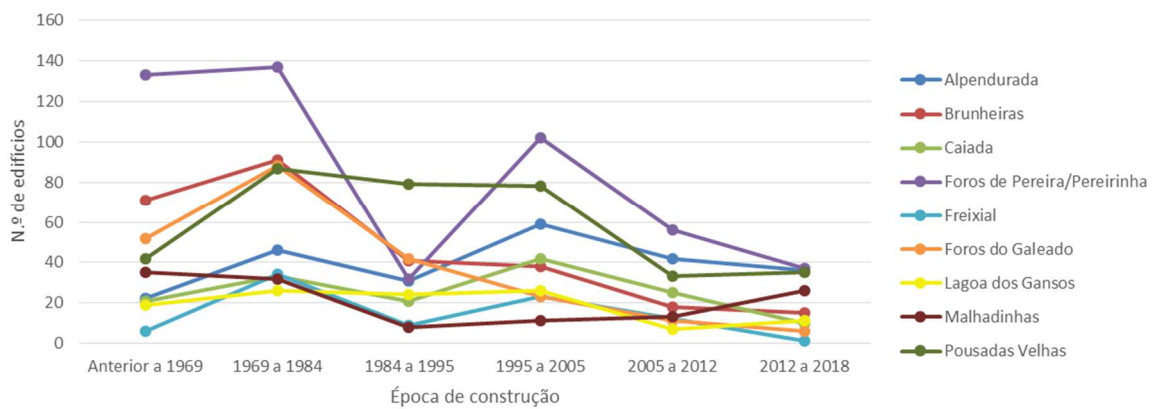
Relativamente ao período entre 2005 e 2012, verificou-se uma diminuição no ritmo de construção de novos edifícios em praticamente todos os lugares da área de intervenção do PUAFIPR, com a exceção de Malhadinhas (aumento de 2 edifícios construídos). Assim, destaque para os lugares de Lagoa dos Gansos, com apenas 7 novas construções (diminuição de 73%) e Pousadas Velhas, com 33 novas construções (diminuição de 58%).

Por fim, e no que diz respeito ao período mais recente (entre 2012 e 2018), confirma-se a tendência da diminuição do ritmo de novas construções em grande parte da área do PUAFIPR, salientando-se Freixial, com apenas 1 edifício construído (decrécimo de 92%), Caiada, com 10 novos edifícios construídos (decrécimo de 60%) e Foros do Galeado, com 6 novos edifícios (decrécimo de 45%). Por outro lado, verifica-se um aumento de novas construções nos lugares de Pousadas Velhas (35 novos edifícios, correspondendo a uma subida de 6%), Lagoa dos Gansos (11 novos edifícios, correspondendo a uma subida de 57%) e Malhadinhas (26 novos edifícios, correspondendo a uma subida de 100%). De salientar que o valor de Malhadinhas, pode justificar-se, pelo recente aglomerado de construções de pré-fabricados que se localizam neste lugar, a oeste da estrada CM 1072.

Em síntese, verifica-se que a dinâmica de ocupação urbana na área de intervenção do PUAFIPR tem variado quer em termos temporais como em termos espaciais. Neste sentido, os períodos que se caracterizam por um aumento geral da taxa de construção de novos edifícios são de 1969 a 1984 (onde se destacam os lugares de Freixial, Alpendurada e Pousadas Velhas) e de 1995 a 2005 (onde se destacam os lugares de Foros de Pereira/Pereirinha e Freixial). Estes valores traduzem assim uma evolução significativa e incontrolada da problemática do fracionamento ilegal da área do PUAFIPR, no qual assenta em diferentes e complexas realidades: situações antecedentes/históricas de foros, não tendo ocorrido posterior divisão e que perdurou até aos dias de hoje; contratos de promessa-compra e venda de determinadas secções das parcelas, o que resultou num fracionamento ilegal; ou ainda as situações de ocupação clandestina.

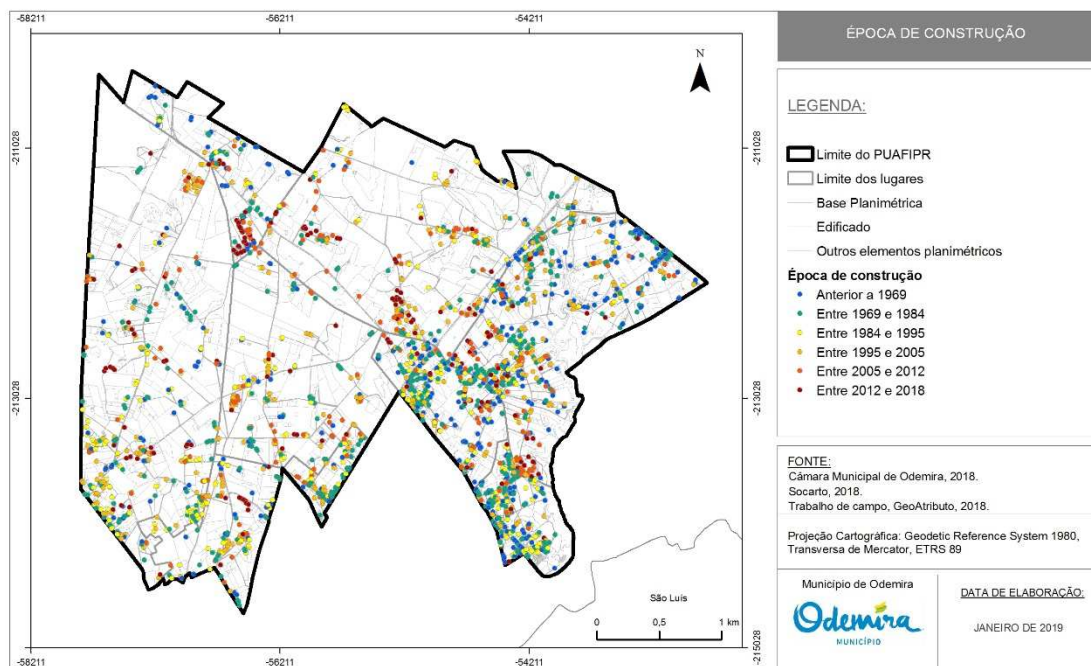
No entanto importa salientar que os valores registados demonstram uma efetiva tendência de acalmia na construção de novos edifícios na área do PUAFIPR desde 2005, porém, importa salientar o aumento verificado desde 2012 em determinados lugares, particularmente em Pousadas Velhas, Lagoa dos Gansos e Malhadinhas.

Gráfico 3: N.º de novos edifícios construídos por época de construção e por lugares



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 11: Época de construção do parque edificado por lugares



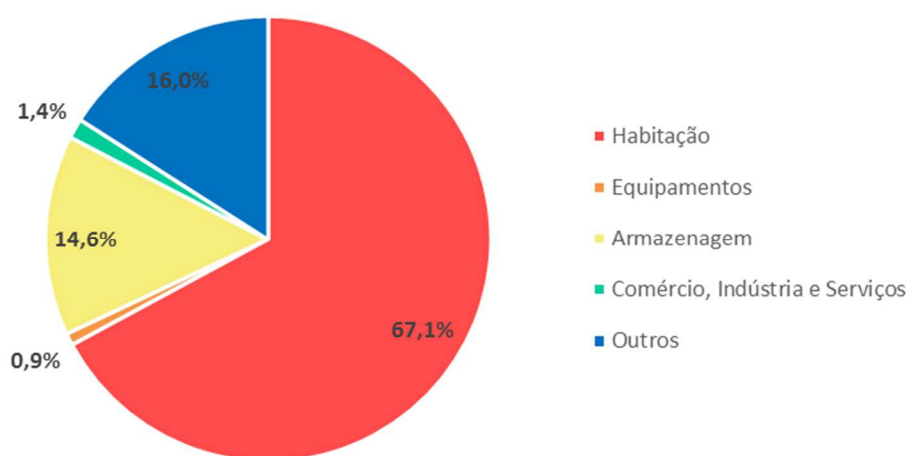
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

No que concerne à **tipologia de utilização dos edifícios**, verifica-se que a maior parte do parque edificado da área de intervenção do PUAFIPR é constituído por habitação, registando 1.311 edifícios deste tipo, o que corresponde a aproximadamente 67,1% do parque edificado. Através do Mapa 13, é possível observar a sua distribuição espacial, no qual se observam importantes núcleos habitacionais localizados ao longo da ER 390 e particularmente nos lugares de Brunheiras, Foros de Galeado e Foros de Pereira/Pereirinha.

Seguem-se os edifícios de armazenagem, que representam aproximadamente 15% do parque edificado da área de intervenção do PUAFIPR. O elevado número deste tipo de edifícios é justificado pelo cariz rural na maior parte da área em análise, funcionado maioritariamente como apoio às atividades agrícolas.

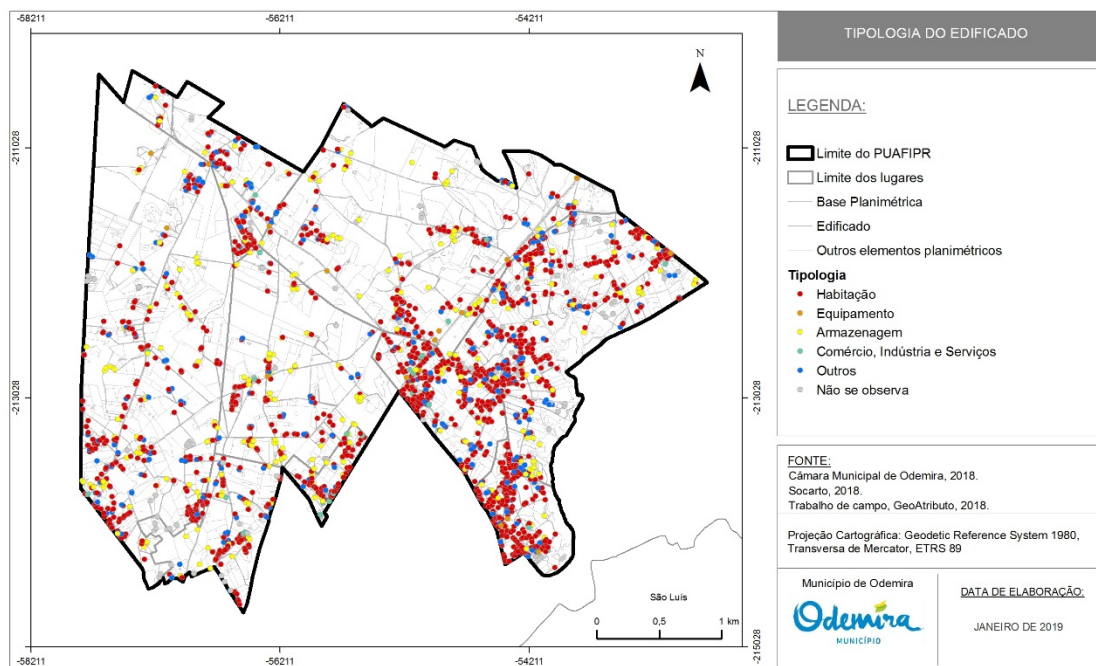
Por outro lado, realça-se a reduzida presença de determinados tipos de edifícios, como equipamentos, comércio, indústria e serviços, o que faz com que a população da área de intervenção tenha de se deslocar a outros locais, nomeadamente ao núcleo urbano de Vila Nova de Milfontes.

Gráfico 4: Tipologia de utilização do edificado



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 12: Tipologia de utilização do edificado na área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Relativamente ao **número de fogos por habitação**, é possível verificar através do gráfico seguinte que a esmagadora maioria das habitações (95%) possuem apenas um fogo, o que revela a homogeneidade das habitações unifamiliares na área de intervenção do PUAFIPR. Seguem-se as habitações de dois fogos, correspondendo a 4,7% do total de habitações. Por outro lado, contabilizaram-se apenas quatro habitações que possuem mais do que dois fogos: três habitações com três fogos e outra com quatro fogos.

Em **termos morfológicos**, observa-se que a maioria do parque edificado da área de intervenção do PUAFIPR possui entre três e seis metros de altura, quer ao nível da fachada (65,1%) quer ao nível do edifício (66,2%). De referir que os edifícios de maior altura, isto é, altura superior a seis metros, são bastante reduzidos, representando apenas 4,3% dos edifícios da área em análise.

Gráfico 5: Altura da fachada

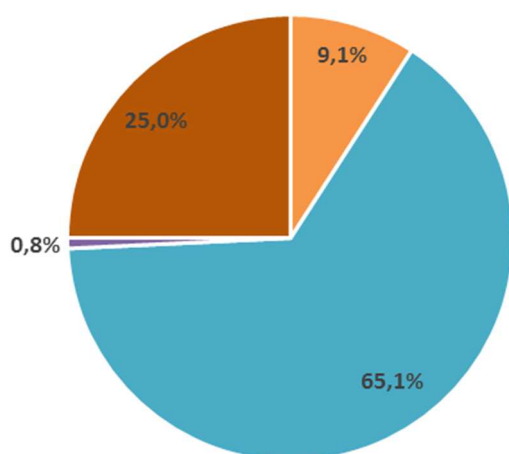
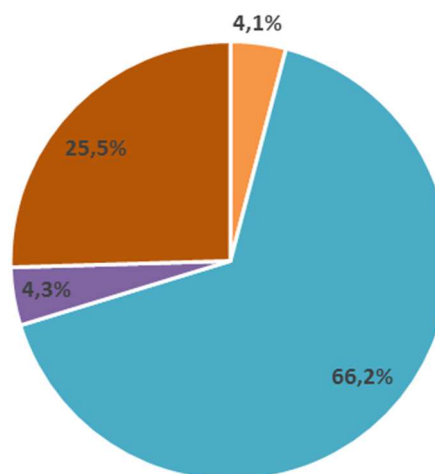


Gráfico 6: Altura do edifício



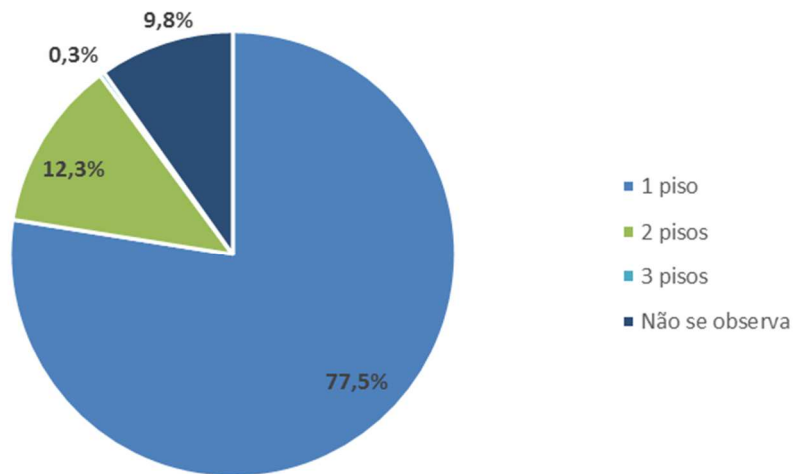
■ < 3 ■ 3 a 6 ■ > 6 ■ Não se observa

Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

No que diz respeito à cêrcea do parque edificado e diretamente relacionada com o ponto anterior, verifica-se que predominam os edifícios com apenas um piso, correspondendo a 77,5% do total. Os edifícios com dois pisos representam 12,3% e apenas se contabilizaram 7 edifícios com três pisos, o que representa 0,3% dos edifícios existentes na área de intervenção do PUAFIPR. Através do mapa seguinte, constata-se que os edifícios com mais de um piso localizam-se fundamentalmente nos lugares de Freixial, Brunheiras, Galeado e Foros de Pereira/Pereirinha.

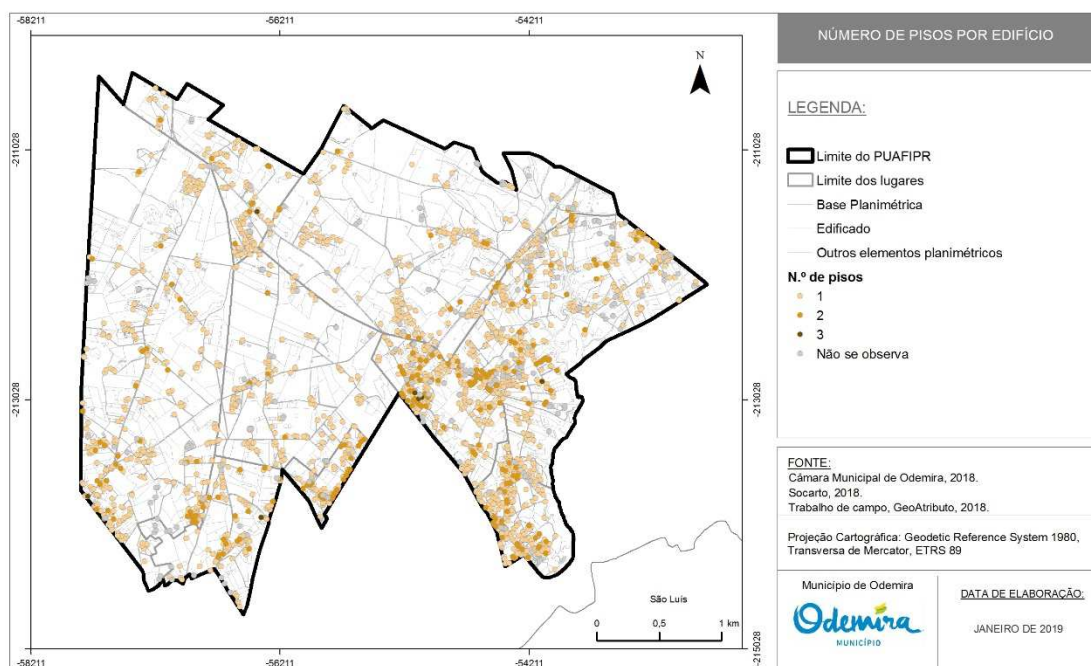
Centrando a atenção exclusivamente nas habitações, verifica-se que aproximadamente 80% das habitações possuem apenas 1 piso, seguindo assim a arquitetura tradicional da região. Deste conjunto, 87% das habitações possuem até 3 metros de altura ao nível da sua fachada, enquadrando-se nas normas estabelecidas pelo Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira, nomeadamente no n.º 1 do art. 52.º, que refere que “A cêrcea máxima permitida das fachadas de edifícios de um piso destinados a habitação é de 3,10 m”.

Gráfico 7: Nº de pisos por edifício



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 13: Número de pisos por edifício

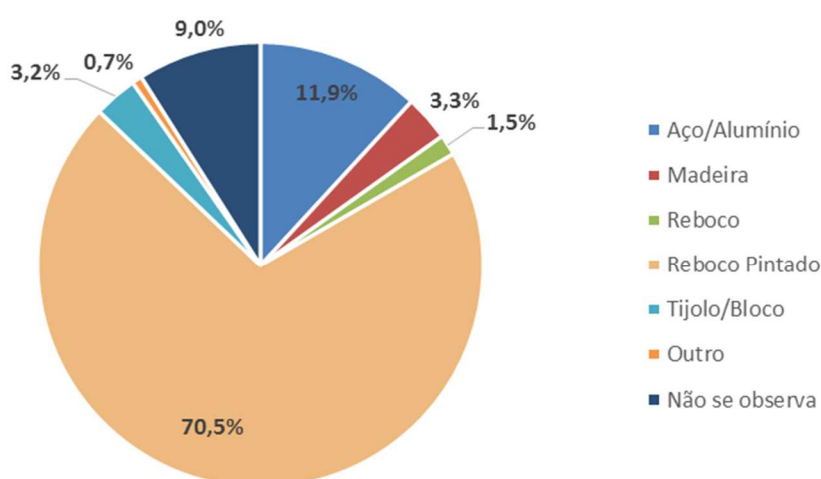


Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Analisando o tipo de revestimento exterior, é possível constatar através do Gráfico 8 que a generalidade dos edifícios é revestido a reboco pintado, correspondendo a aproximadamente 70,5% do parque edificado principal. Os edifícios de aço/alumínio são os segundos mais comuns, representando quase 12% dos edifícios em análise. Além disso, verifica-se a existência de edifícios com outro tipo de revestimento exterior, tal como por exemplo a madeira e o tijolo/bloco, com 3,3% e 3,2%, respetivamente.

Conforme o disposto no art. 47.º, n.º 1 do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira, *“todas as edificações, seja qual for a sua natureza, devem ser construídas com perfeita observância das melhores normas da arte de construir e com todos os requisitos necessários para que lhes fiquem asseguradas, de modo duradouro, as condições de segurança, salubridade e estética mais adequadas à sua utilização e às funções educativas que devem exercer, tendo em conta a estrutura urbana existente, visando uma integração harmoniosa que valorize o conjunto edificado”*. Além disso, o n.º 2 do art. 47.º acrescenta ainda que *“a qualidade, a natureza e o modo de aplicação dos materiais utilizados na construção das edificações devem satisfazer as condições estabelecidas no n.º 1 e as especificações legais aplicáveis”*. No entanto, tal não se verifica em parte do parque edificado existente, no qual observou-se a existência de inúmeros edifícios compostos por materiais bastante precários (e.g. cerâmica, plástico ou tela) e de má qualidade, contribuindo assim para a existência das denominadas “barracas” na área de intervenção do PUAFIPR.

Gráfico 8: Tipo de revestimento exterior



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Figura 8: Exemplo de revestimento exterior de reboco pintado (à esquerda) e de aço/alumínio (à direita)



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

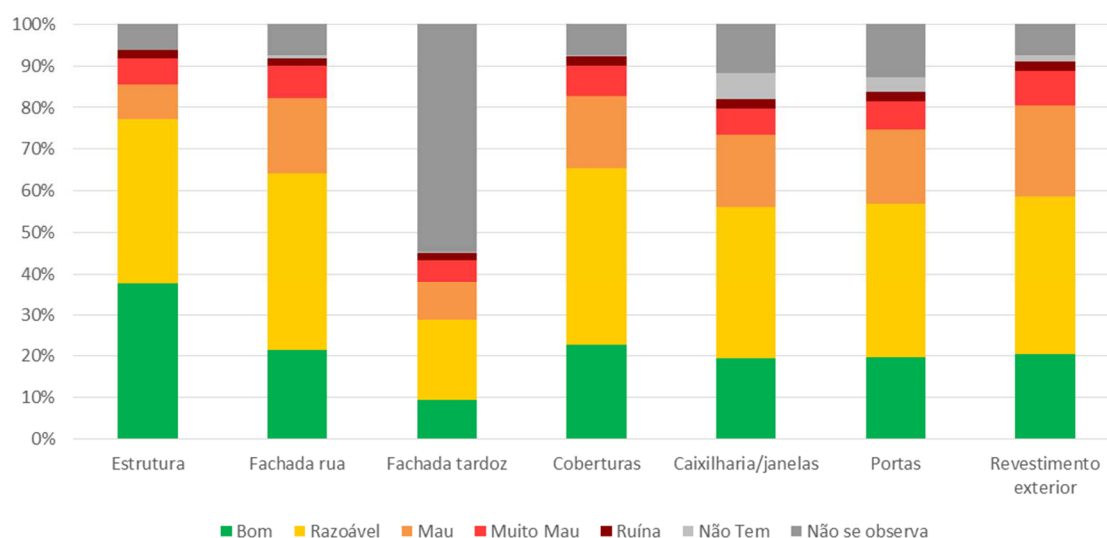
Relativamente ao **estado de conservação** do parque edificado, realizou-se um levantamento sobre diversas características, nomeadamente ao nível da estrutura, fachada da rua e tardo, coberturas, caixilharias/janelas, portas e revestimento exterior.

De uma forma genérica, verifica-se uma relativa predominância do estado “razoável” em todos os aspetos, oscilando entre os 19,3% da fachada tardo e os 42,7% da fachada da rua. Já o “bom” estado de conservação atinge os 37,6% no caso das estruturas, sendo que a fachada tardo contabiliza apenas 9,4%.

No cenário negativo, os edifícios com “mau” estado de conservação variam entre os 8,2% da estrutura e os 21,9% no revestimento exterior, no qual o “muito mau” encontra-se entre os 5,4% na fachada tardo e os 8,4% no revestimento exterior. No caso da categoria “ruína”, verificam-se valores inferiores, oscilando entre os 1,7% no caso da fachada tardo e os 2,4% nas coberturas e nas caixilharia/janelas.

De referir ainda que os valores de “Não se observa”, particularmente ao nível da fachada tardo, justificam-se pela impossibilidade dos técnicos da GeoAtributo alcançarem a totalidade do perímetro dos edifícios analisados, aquando do trabalho de campo efetuado na área de intervenção do PUAFIPR.

Gráfico 9: Estado de conservação pormenorizado do edificado



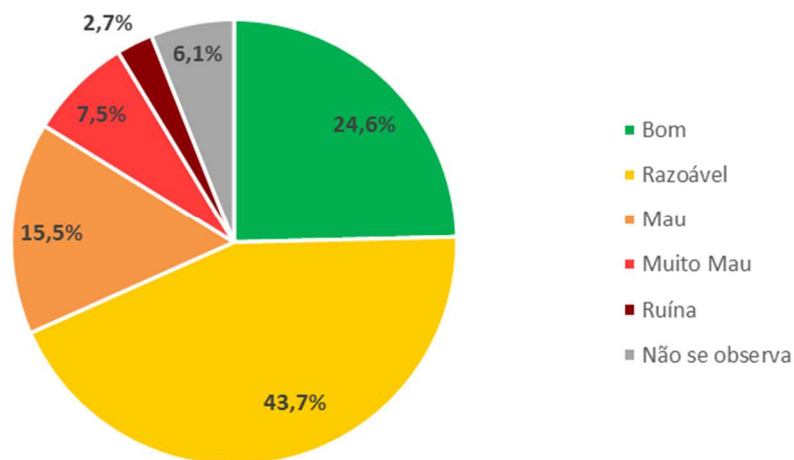
Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Realizando uma análise geral ao estado de conservação do parque edificado existente na área de intervenção do PUAFIPR, verifica-se que aproximadamente 44% dos edifícios possuem um “razoável” estado de conservação. Seguem-se os edifícios em “bom” estado de conservação, com 24,6% e estes localizam-se fundamental no lugar de Freixial e a sul da ER 390, ou seja, nos lugares de Brunheiras, Galeado e Foros de Pereira/Pereirinha.

Por sua vez, os edifícios em “mau” e “muito mau” estado de conservação, correspondem a 15,5% e 57,5% do total, respetivamente, sendo que se encontram localizados um pouco por toda a área de intervenção do PUAFIPR.

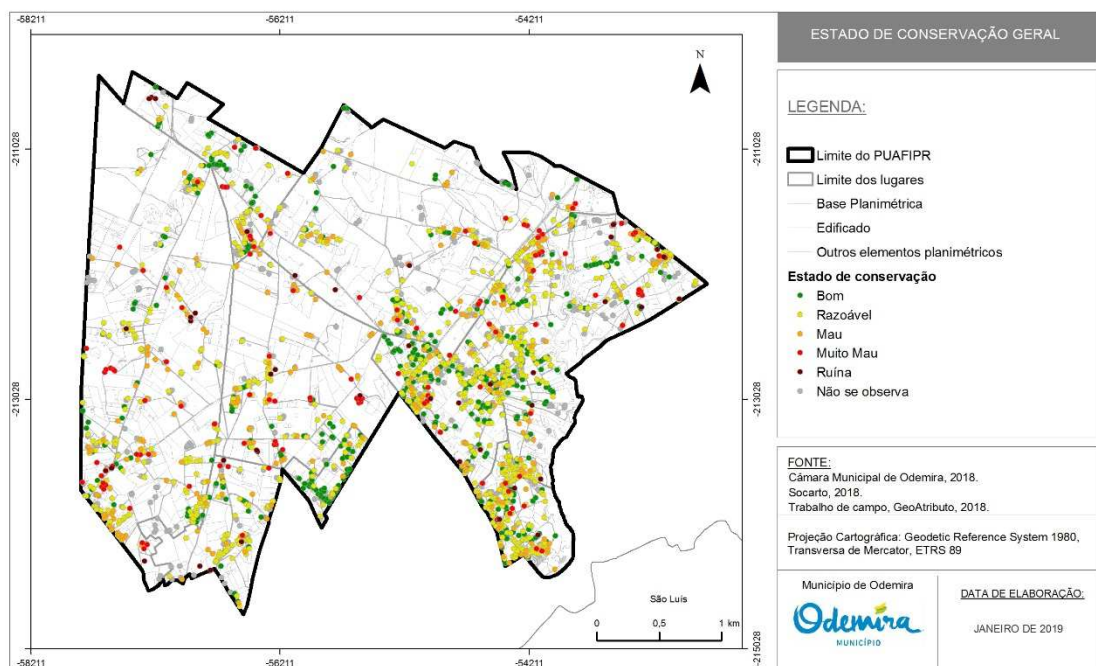
No que toca aos edifícios em “ruína”, estes representam apenas 2,7% dos edifícios existentes, no qual o Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira refere que “é obrigação dos proprietários ou usufrutuários de toda e qualquer edificação: c) Proceder à demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde pública, quando para tal for notificado pela Câmara Municipal” (art. 59.º, n.º 1, alínea c)).

Gráfico 10: Estado de conservação geral do edificado



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 14: Estado de conservação geral do parque edificado na área de intervenção do PUAFIPR



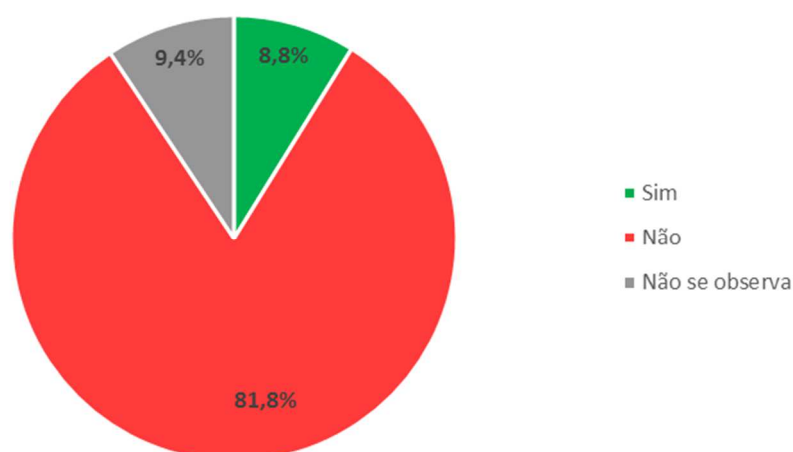
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Um outro aspeto que importa destacar prende-se com a existência de **restauros/alterações** no parque edificado, uma vez que, nos termos do disposto no Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira, “é obrigação dos proprietários ou usufrutuários de toda e qualquer edificação: a) *Mantê-la em bom estado de conservação, devendo proceder às beneficiações ou reparações necessárias pelo menos uma vez em cada período de oito anos*” (art. 59.º, n.º 1, alínea a)).

Assim, o levantamento efetuado permitiu verificar que a maior parte (81,8%) dos edifícios não sofreu recentemente evidentes restauros/alterações, ao passo que em apenas 8,8% dos edifícios é que se observou uma efetiva existência de restauros/alterações.

No entanto, importa ressaltar que estes valores podem não corresponder totalmente à verdade, uma vez que podem existir determinadas situações em que os edifícios foram alvo de restauros/alterações recentes e que estas não sejam plenamente perceptíveis a partir do exterior do edifício.

Gráfico 11: Existência de restauros/alterações no edificado principal



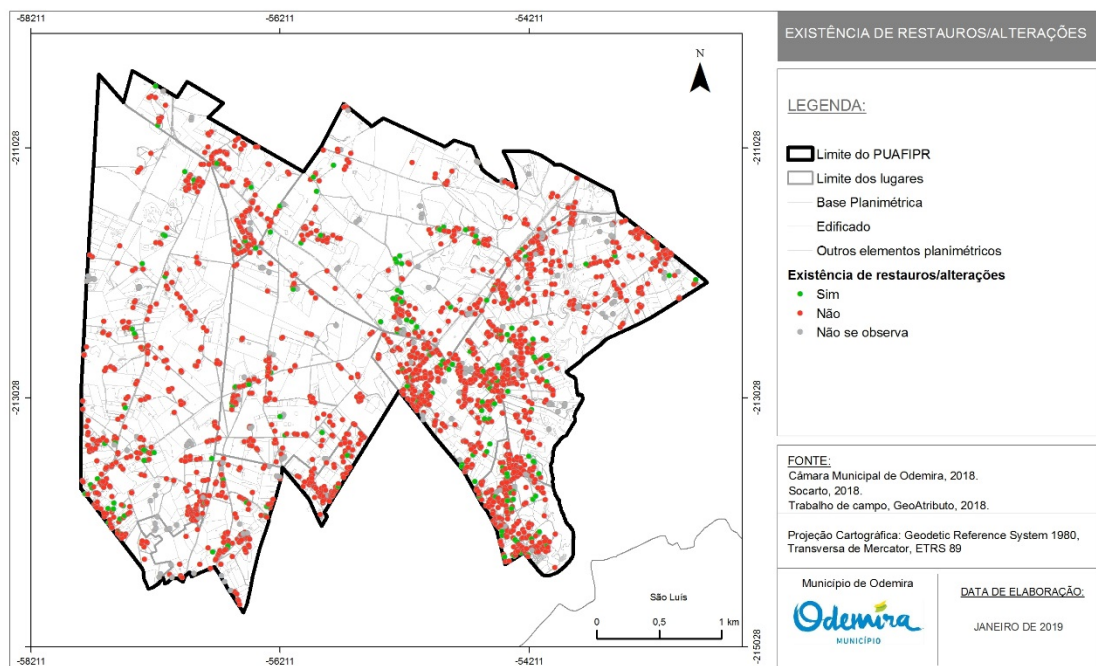
Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Figura 9: Exemplo de edifício em construção (à esquerda) e em obras (à direita)



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Mapa 15: Existência de restauros/alterações no edificado principal



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Além disso, verificou-se que determinados locais onde decorriam obras de construção/de melhoramento não cumpriam totalmente as regras de ocupação do domínio público por motivo de obras, conforme o disposto no Regulamento de Urbanização de Edificação do Município de Odemira. A Figura 10 ilustra uma dessas ocorrências, particularmente no que diz respeito ao n.º 2 do art. 21.º, no qual “É proibida a preparação de argamassas de cal ou cimento diretamente sobre a via pública, sendo obrigatório o uso de estrado de madeira ou metal”.

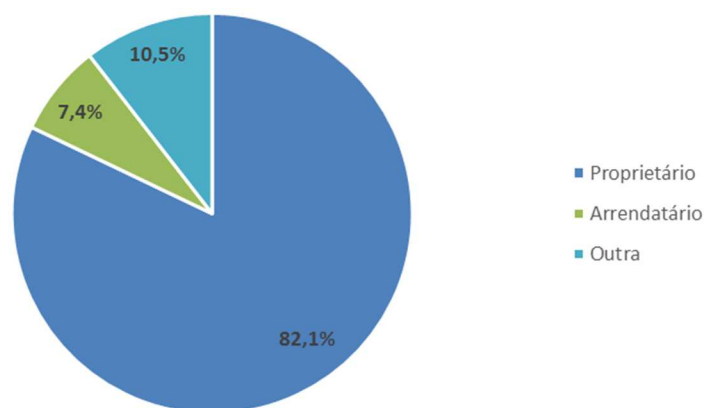
Figura 10: Exemplo da ocupação indevida do espaço público por motivo de obras



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

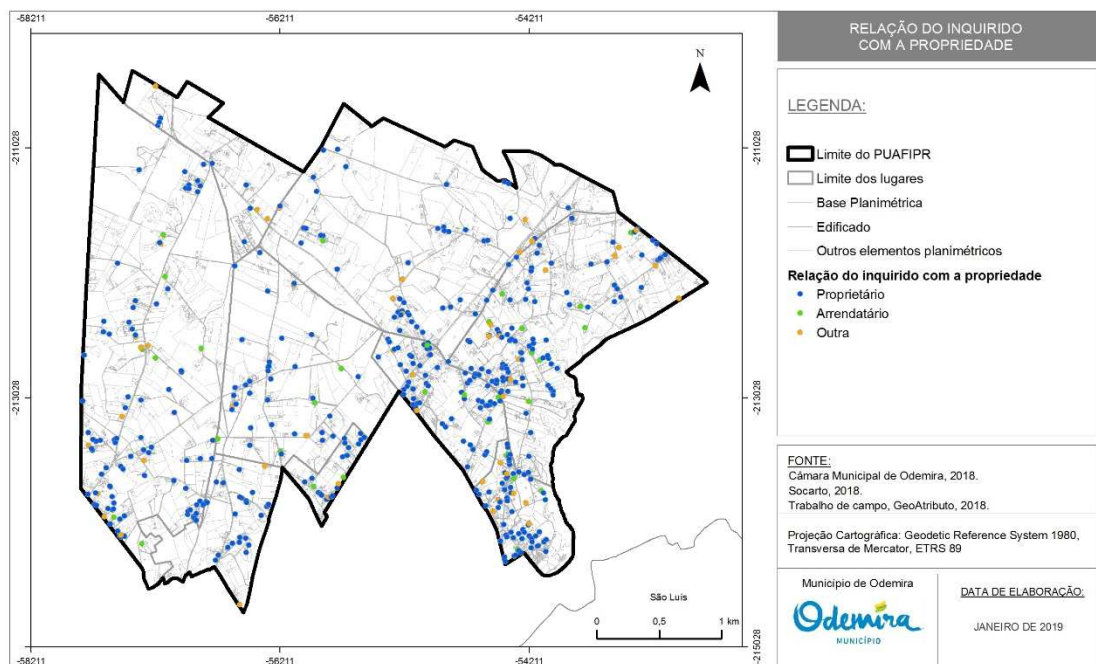
Neste capítulo importa ainda realizar uma caracterização ao nível da **ocupação da habitação**. Desta forma, os inquéritos efetuados pela equipa da GeoAtributo aos agregados familiares da área de intervenção do PUAFIPR permitiram constatar que aproximadamente 82% dos inquiridos são os próprios proprietários das habitações. Por sua vez, cerca de 7,4% dos inquiridos assumem-se como arrendatários, enquanto que 10,5% possuem outro tipo de relação com a propriedade, como por exemplo, a habitação pertence a um familiar direto/amigo e é emprestada (não pagam renda) ou encontra-se em processo de partilha de herança.

Gráfico 12: Relação do inquirido com a propriedade



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 16: Relação do inquirido com a propriedade



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

6. REDE DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

No presente capítulo será realizada uma análise de caracterização referente às infraestruturas existentes na área de intervenção do PUAFIPR, nomeadamente ao nível da caracterização da rede viária, do saneamento básico, do abastecimento de água, e recolha de águas pluviais, da gestão de resíduos e do fornecimento de energia e telecomunicações. Será ainda realizada uma análise aos equipamentos de uso coletivo presentes na área de intervenção do PUAFIPR.

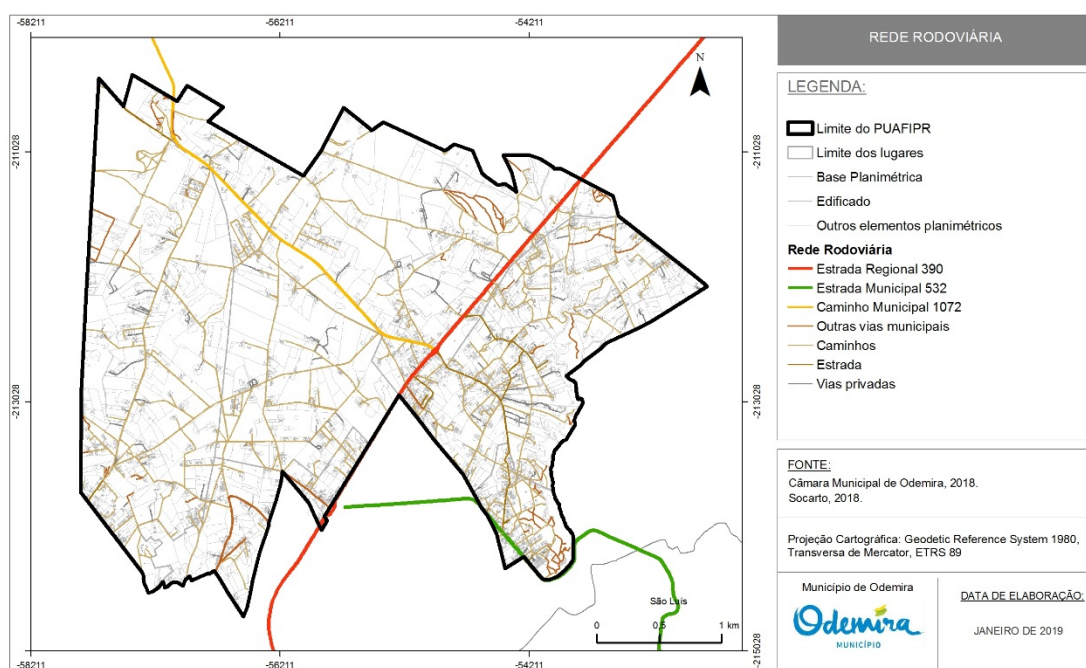
6.1. REDE VIÁRIA

A estrutura viária da área de intervenção do PUAFIPR divide-se em três níveis hierárquicos:

- A rede viária estruturante é constituída pela via ER 390 (Vila Nova de Milfontes-Cercal) que assegura as principais articulações viárias do território concelhio, em particular com a sua sede, núcleos urbanos estruturantes (Vila Nova de Milfontes) e com o exterior do concelho;
- A rede viária complementar é constituída pelas vias (EM 532 e CM 1072) de articulação com a rede principal e os principais aglomerados e áreas geradoras de fluxos, quer na AFIPR, quer no concelho. Integra ainda a rede viária complementar, a via proposta no PDM que liga Malhadinhas a Vila Nova de Milfontes;
- A rede viária local é composta pelas restantes vias de distribuição local e de articulação dos principais aglomerados populacionais.

O CM 1072, que liga Vila Nova de Milfontes a Porto Covo, desenvolve-se ao longo da zona costeira, sendo muito utilizado no acesso às praias, com especial destaque à praia do Malhão. A EM 532, que liga a Vila Nova de Milfontes à povoação de São Luís, constitui o principal acesso à população de Foros do Galeado.

Mapa 17: Rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

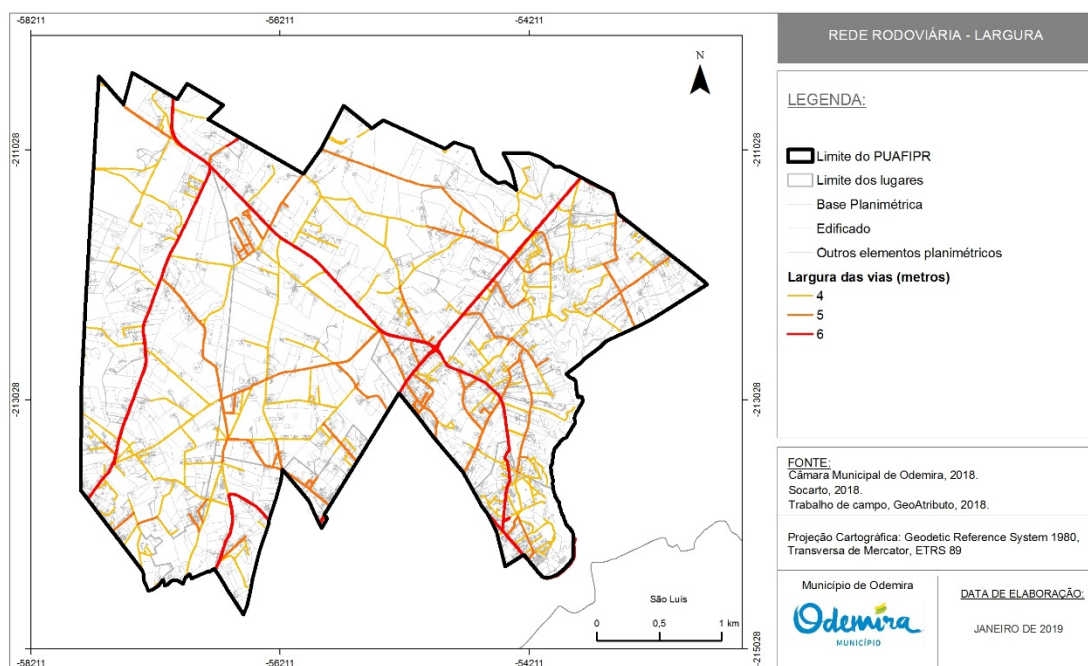
No que diz respeito às características das próprias vias da rede rodoviária, em particular a sua largura, verifica-se que esta é relativamente variável ao longo de toda a área de intervenção do PUAFIPR, conforme se pode verificar no Mapa 18.

Os valores mais comuns da largura da via referem-se aos 4 metros, o que corresponde a aproximadamente 58% da rede rodoviária da área em estudo. Por sua vez, os valores da largura da via com menor representatividade correspondem aos 5 e 6 metros, representando 25% e 17%, respetivamente.

Assim, de uma forma geral, as vias de maior largura correspondem, sobretudo, às redes viárias estruturante e complementar, e as vias de menor largura correspondem à rede viária local. Importa referir ainda que todas as vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR possuem dois sentidos.

Em relação à caracterização da rede viária, e tal como já foi mencionado anteriormente, foram realizadas um total de 117 fichas de caracterização da rede viária principal da área de intervenção do PUAFIPR.

Mapa 18: Largura das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Relativamente ao tipo de pavimento das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR, verifica-se uma predominância da terra batida, com aproximadamente 68% da totalidade das vias (Mapa 19). Este tipo de vias, de material mais precário, encontra-se fundamentalmente a norte da ER 390, isto é, nos lugares de Malhadinhas, Alpendurada, Pousadas Velhas, Caiada, Freixial e Lagoa dos Gansos.

Já as vias compostas por brita graduada, que representam 15% da rede viária, localizam-se junto aos maiores aglomerados populacionais da área de intervenção do PUAFIPR, ou seja, nos lugares de Brunheiras, Foros do Galeado e Foros da Pereira/Pereirinha. Contudo, importa ter em atenção que em algumas destas vias foi colocada brita graduada por cima da terra batida devido à iniciativa dos próprios habitantes, pelo qual existem determinadas secções que possuem irregularidades e falhas no pavimento ao longo da sua extensão.

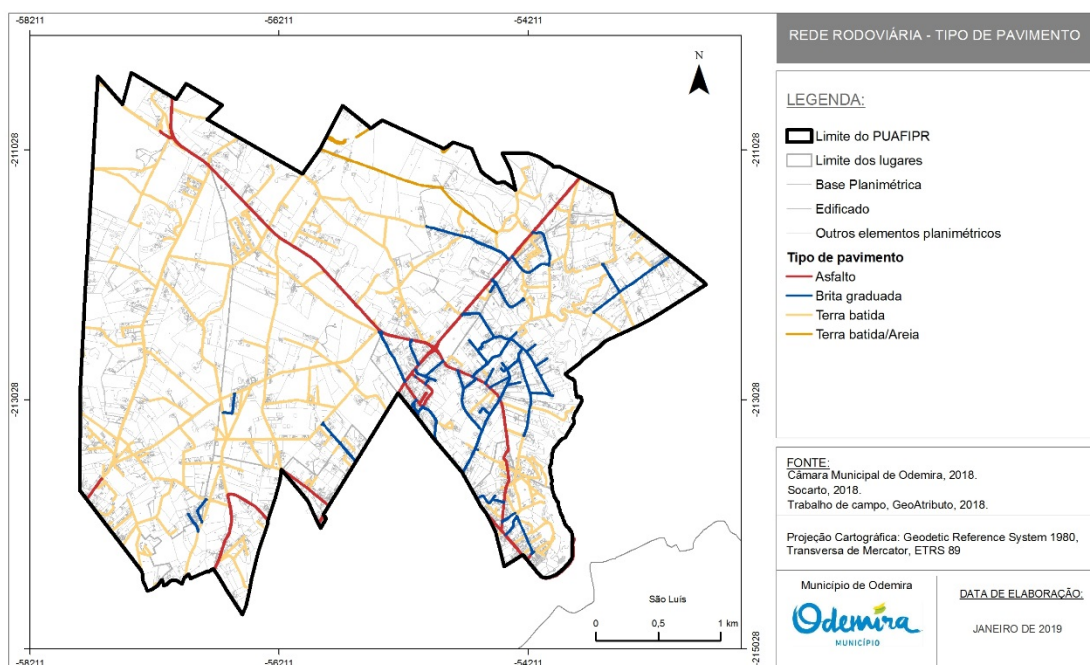
As vias asfaltadas correspondem a 15% da rede rodoviária da área de intervenção, e dizem respeito, sobretudo, às redes viárias estruturante e complementar, uma vez que asseguram os principais fluxos rodoviários do território concelhio. De salientar que se verifica ainda a existência de vias alcatroadas no lugar de Lagoa dos Gansos e na estrada que liga a ER 390 à EM 532 por Brunheiras e Galeado.

Figura 11: Exemplificação do tipo de pavimento: asfalto (esquerda), brita graduada (centro) e terra batida (direita)



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Mapa 19: Tipo de pavimento das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Quanto ao estado de conservação das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR, verifica-se que aproximadamente 70% das vias encontram-se em mau estado de conservação, localizando-se, sobretudo, a norte da ER 390, como se pode comprovar pelo Mapa 20.

Os problemas centram-se, em particular, nas elevadas concentrações de pó na altura do verão e nas irregularidades no piso no inverno. Tal, pode ser justificado pela conjugação de três fatores: tipo de pavimento (essencialmente terra batida), falta de manutenção por parte das entidades responsáveis e falta de estruturas de drenagem das águas pluviais, provocando, assim, uma deterioração avançada das vias e com efeitos danosos nas épocas de precipitação mais intensa.

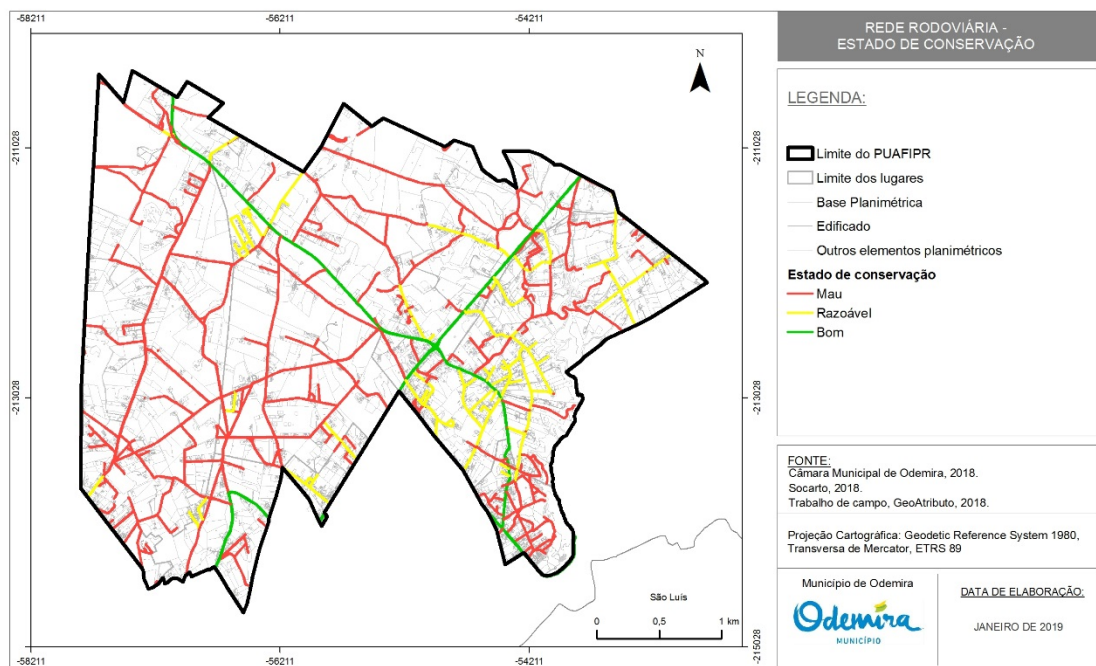
Por outro lado, 17% das vias encontram-se num estado de conservação razoável e apenas 13% num bom estado de conservação, que correspondem essencialmente às vias asfaltadas.

Figura 12: Exemplificação do mau estado de conservação das vias



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Mapa 20: Estado de conservação das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Outra característica que importa analisar é a existência (ou não) de passeios nas vias da rede viária da área de intervenção do PUAFIPR. Conforme se pode observar no Mapa 21, constata-se que praticamente todas as vias não possuem qualquer tipo de passeio, com a exceção de apenas um troço, localizado no lugar de Foros de Galeado. Neste local, verifica-se a presença de pequenas secções localizadas ao longo

da Estrada Municipal 532 e junto às habitações, sendo que estas foram construídos de forma a funcionar como acesso às próprias habitações, sendo necessário promover a sua continuidade.

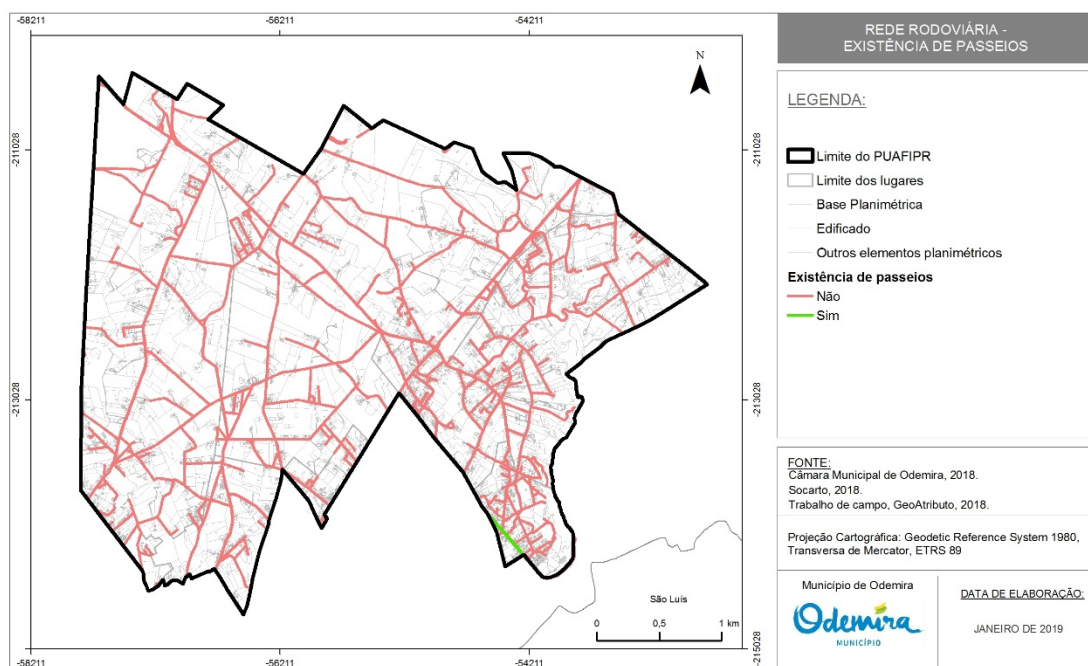
Além disso, é notória a inexistência de passeadeiras em toda a área de intervenção. Desta forma, torna-se fundamental garantir a existência de passeios e de passeadeiras ao longo das vias, particularmente, naquelas que se localizam junto a importantes aglomerados populacionais, de modo a promover a acessibilidade pedonal e garantir deslocações seguras e cómodas aos peões.

Figura 13: Exemplificação dos passeios existentes em Foros do Galeado



Fonte: Fotografia retirada pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Mapa 21: Existência de passeios nas vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Conforme se pode observar no Mapa 22, verifica-se que 83% das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR não possuem qualquer tipo de estacionamento. Por sua vez, das vias que possuem estacionamento (cerca de 17%), apenas numa via é que é possível encontrar estacionamento demarcado (localizada na Estrada Municipal 532), sendo que as restantes são estacionamento livre.

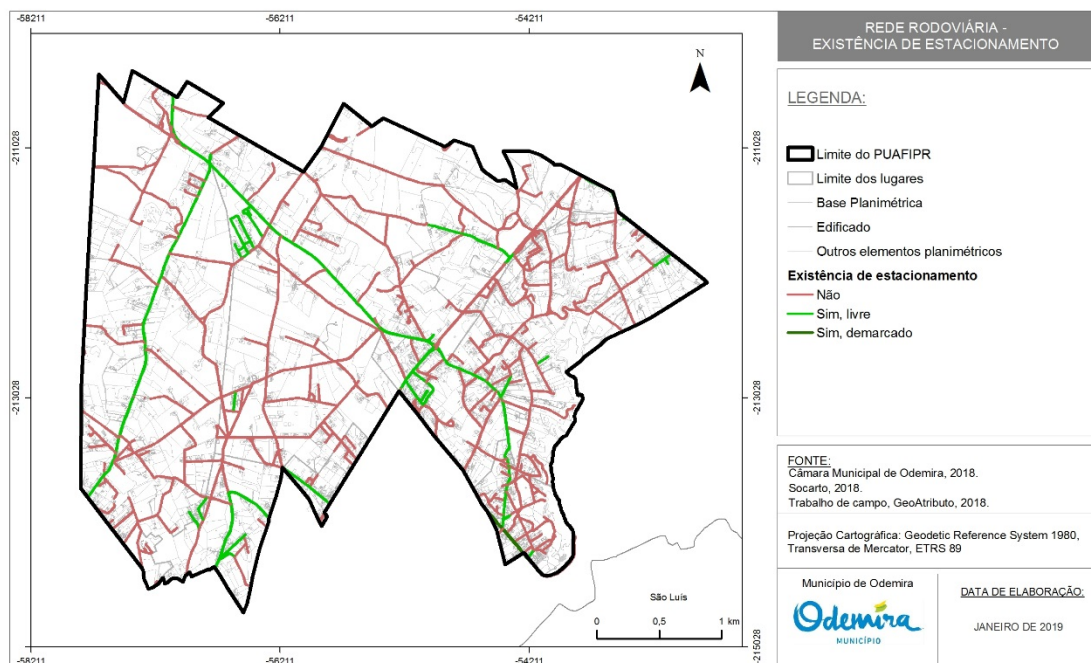
No entanto, importa ressaltar que, de uma forma geral, o estacionamento ao longo de toda a área do PUAFIPR efetua-se de modo informal, uma vez que a população consegue estacionar o seu veículo junto à sua habitação. Assim, este facto contribui para a formação de uma imagem negativa e para a desqualificação da área em estudo.

Figura 14: Exemplificação da existência de estacionamento livre



Fonte: Fotografia retirada pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

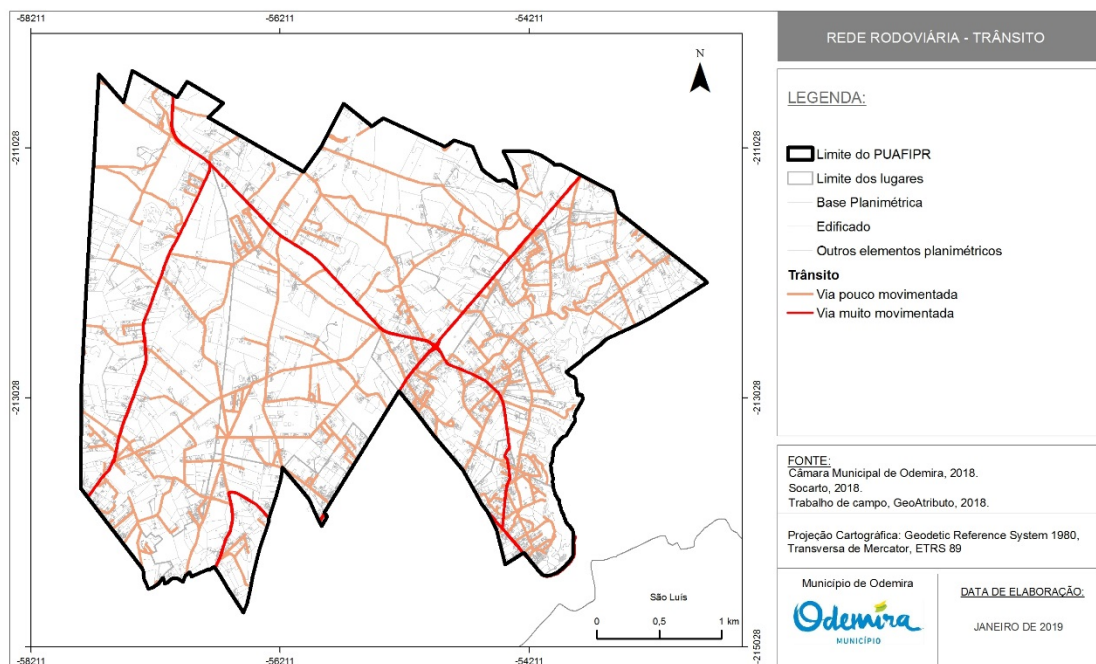
Mapa 22: Existência de estacionamento nas vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

O Mapa 23 representa o trânsito das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR, onde se verifica-se que é nas vias que integram tanto a rede viária estruturante como a rede viária complementar que se regista um maior movimento de veículos, uma vez que estas constituem as principais ligações rodoviárias dos movimentos intra e interconcelhias. Já as restantes vias possuem um movimento mais reduzido, pois correspondem às vias de distribuição local e de acesso local.

Mapa 23: Trânsito das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Neste ponto, importa ainda destacar a problemática da mobilidade da população na área de intervenção do PUAFIPR, uma vez que existe efetivamente uma escassa oferta de serviços de transporte público.

Atualmente, os únicos serviços de transporte público rodoviário de passageiros existentes são explorados pelas empresas Rodoviária do Alentejo, S. A. e Rede Nacional de Expressos. Contudo, este serviço é precário quer ao nível da frequência (com horários reduzidos), como de cobertura espacial, tal como se pode verificar pelo reduzido número de paragens existentes e pela sua distribuição se cingir às vias estruturantes e complementares (Mapa 24).

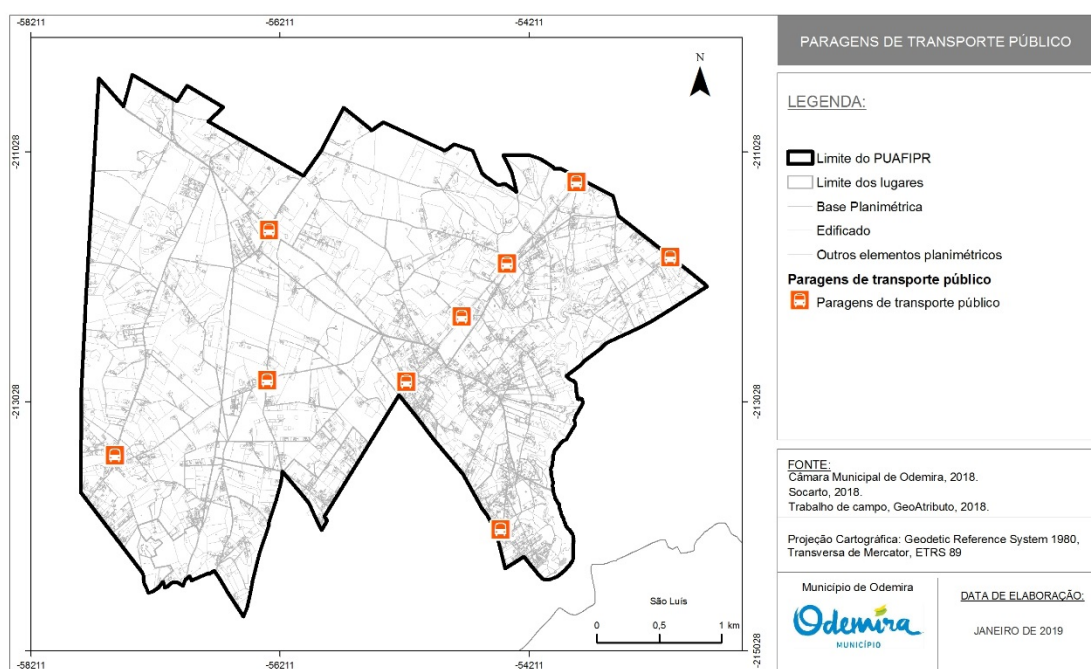
Estes fatores contribuem para uma certa exclusão social no acesso aos transportes/isolamento e faz com que a população tenha de recorrer a outros meios de transporte, particularmente o automóvel para satisfazer as suas necessidades de deslocação.

Figura 15: Exemplificação das paragens de transporte público existentes na área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Mapa 24: Paragens de transporte público existentes na área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Com o objetivo de minimizar esta problemática, a Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes disponibiliza, desde fevereiro de 2017, um transporte gratuito destinado à população mais idosa. Assim, este segmento da população mais vulnerável e com menor poder económico, pode deslocar-se até ao centro de Vila Nova de Milfontes para diversos fins, como idas ao médico, mercado, serviços, entre outros. No entanto, este serviço é igualmente limitado tanto em termos de frequência (apenas às sextas-feiras e com horário reduzido) como de cobertura espacial, sendo ainda necessária uma marcação prévia.

Figura 16: Serviço de transporte assegurado pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes



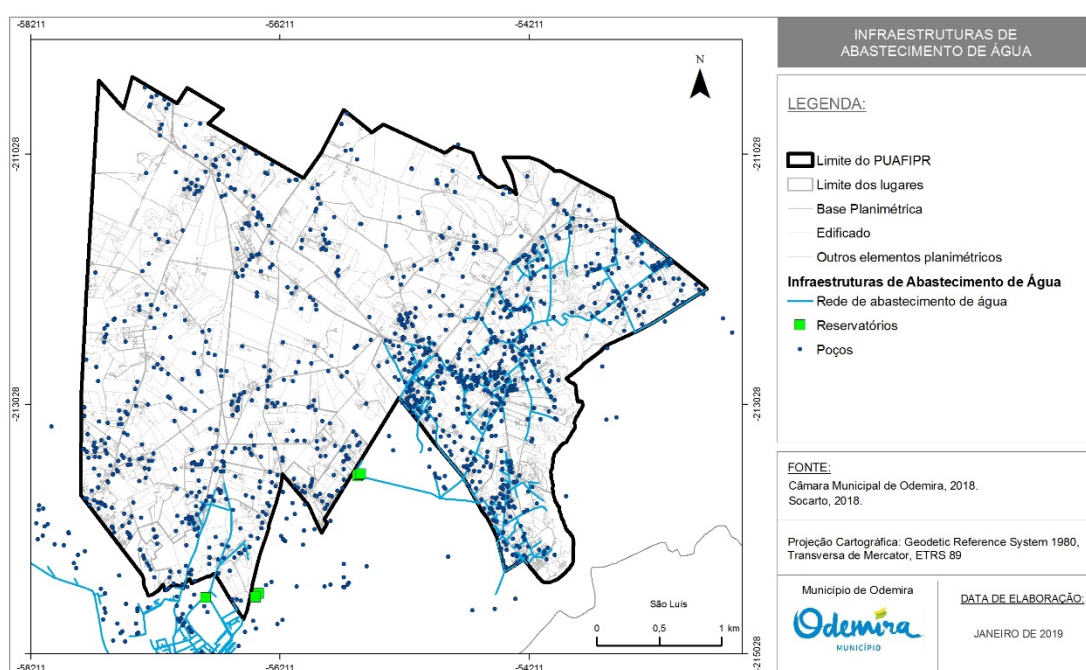
Fonte: Fotografia retirada pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

6.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em relação às infraestruturas de abastecimento de água, o sistema em alta é assegurado pela empresa Águas do Alentejo, com origem na estação de tratamento de água do sistema de Vila Nova de Milfontes.

O nível de cobertura da rede de abastecimento de água pública na área de intervenção do PUAFIPR apresenta-se satisfatório na área dos lugares de Brunheiras, Foros do Galeado, Foros da Pereira/Pereirinha, sendo que a maior parte da área de intervenção a norte da ER 390 ainda não se encontra servida por este sistema.

Mapa 25: Infraestruturas de abastecimento de água



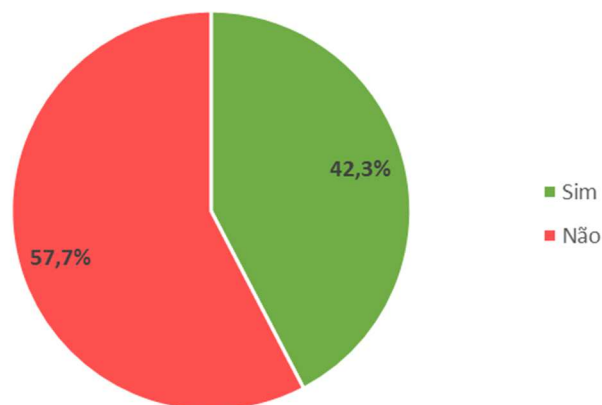
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

O levantamento efetuado pela equipa da GeoAtributo revela que 57,7% das habitações analisadas da área de intervenção do PUAFIPR não possui ligação à rede pública de abastecimento de água.

Estas localizam-se a norte da ER 390, uma vez que a maior parte desta área ainda não é servida pela rede de abastecimento de água pública (com a exceção do lugar de Lagoa dos Gansos e de algumas habitações localizadas junto à ER 390, nas Brunheiras) e em determinados locais de Foros de Pereira/Pereirinha, Brunheiras e Galeado.

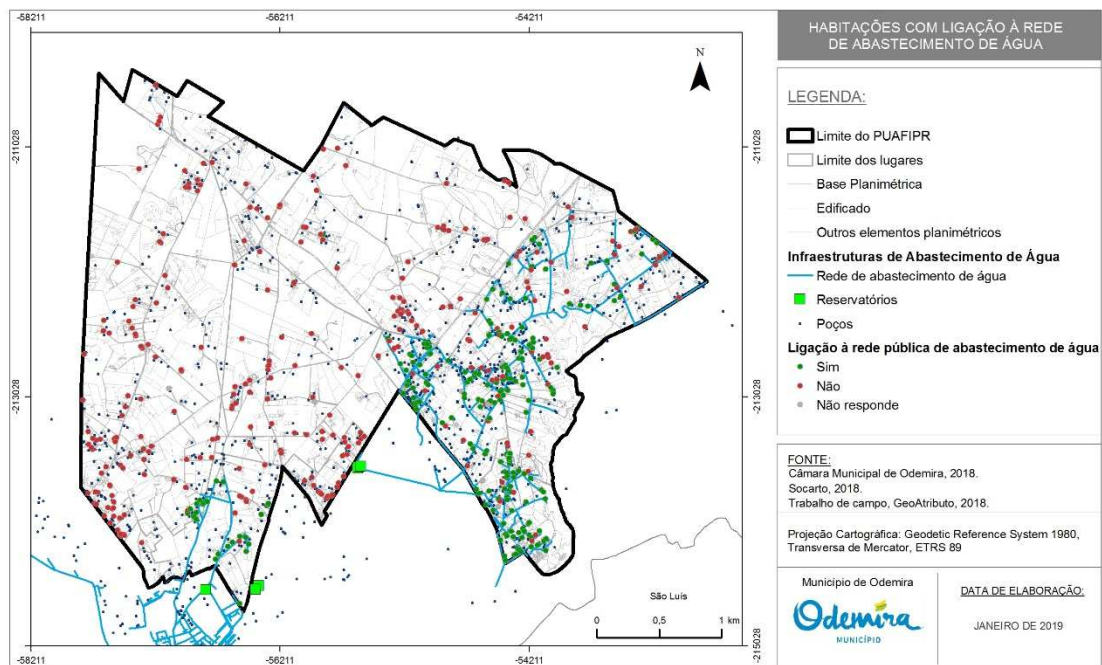
No entanto, existem casos em que apesar da habitação possuir ligação à rede pública de abastecimento de água, a população utilize ainda a água de poços e/ou furos para outros fins, como a agricultura ou a rega de jardins.

Gráfico 13: Proporção de habitações com ligação à rede pública de abastecimento de água



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 26: Habitações com ligação à rede pública de abastecimento de água



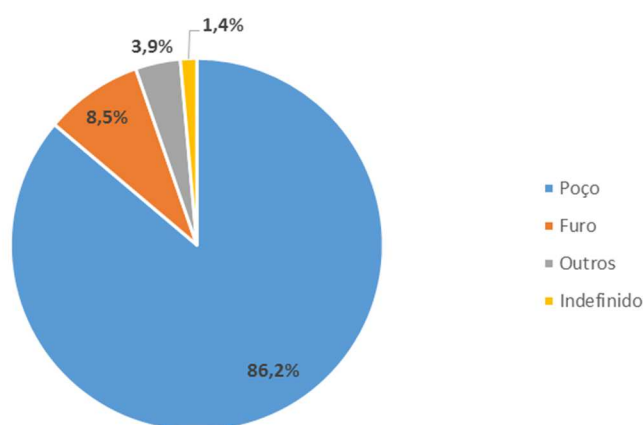
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Neste sentido, verificou-se que nos casos das habitações que não possuem ligação à rede pública de abastecimento de água, a população recorre maioritariamente à utilização de poços (86,2%) e de furos (8,5%).

Outros casos incluem, por exemplo, a compra de água engarrafada ou o abastecimento de depósitos por parte dos bombeiros.

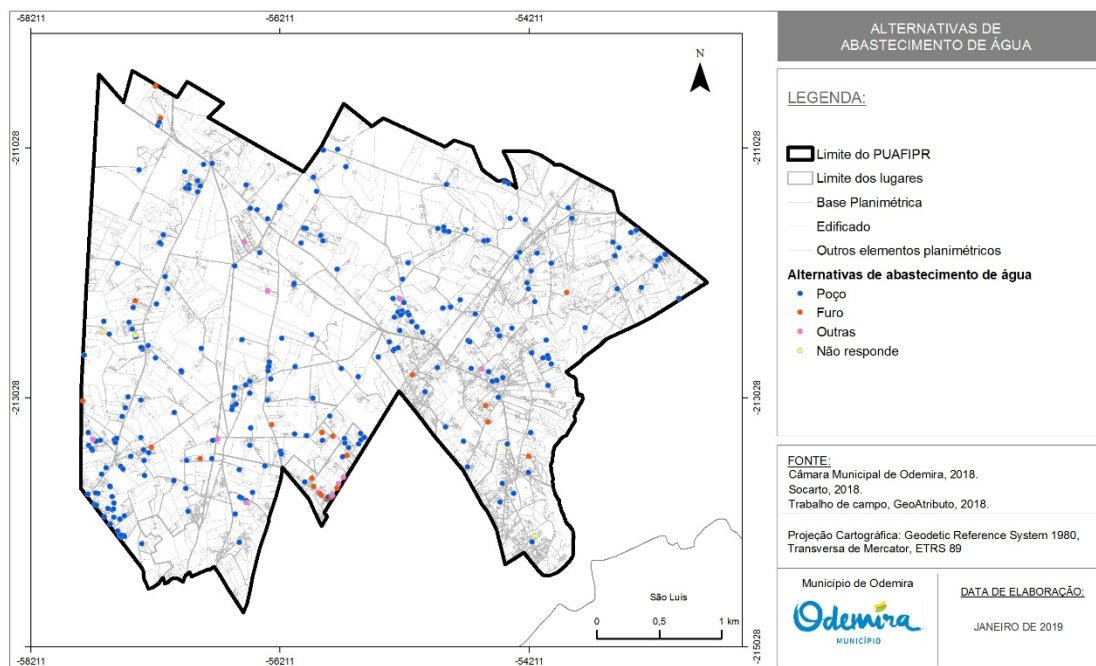
Este é uma das principais solicitações de acordo com os dados provenientes dos inquéritos respondidos, no qual aproximadamente 42,3% da população inquirida considera a questão da água canalizada um dos investimentos prioritários na área do PUAFIPR.

Gráfico 14: Alternativas de abastecimento de água



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 27: Alternativas de abastecimento de água

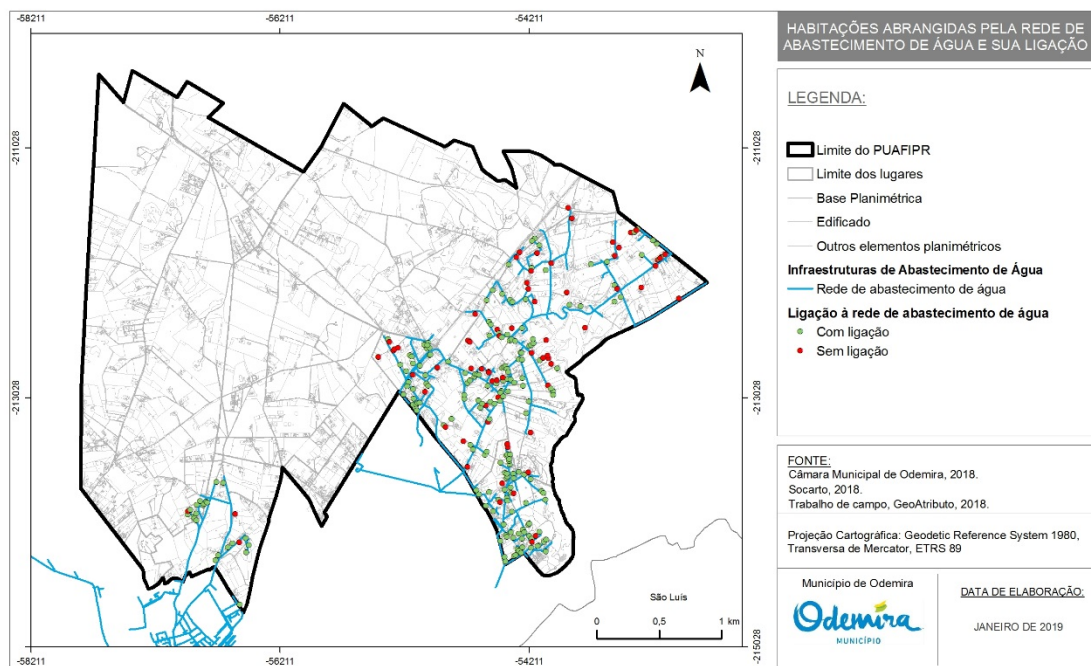


Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Além disso, é importante destacar que os dados provenientes dos inquéritos respondidos revelam que aproximadamente 34,7% das habitações localizadas em ruas servidas pela rede pública de abastecimento de água, não se encontram ligadas a este tipo de infraestrutura.

Esta situação pode ser justificada pelo facto de que as pessoas optam por não efetuar a ligação devido aos elevados custos da ligação da rede à habitação (ramal) e, assim, recorrem apenas à água do poço e/ou furo como alternativas de abastecimento de água.

Mapa 28: Habitações abrangidas pela rede de abastecimento de água e sua ligação



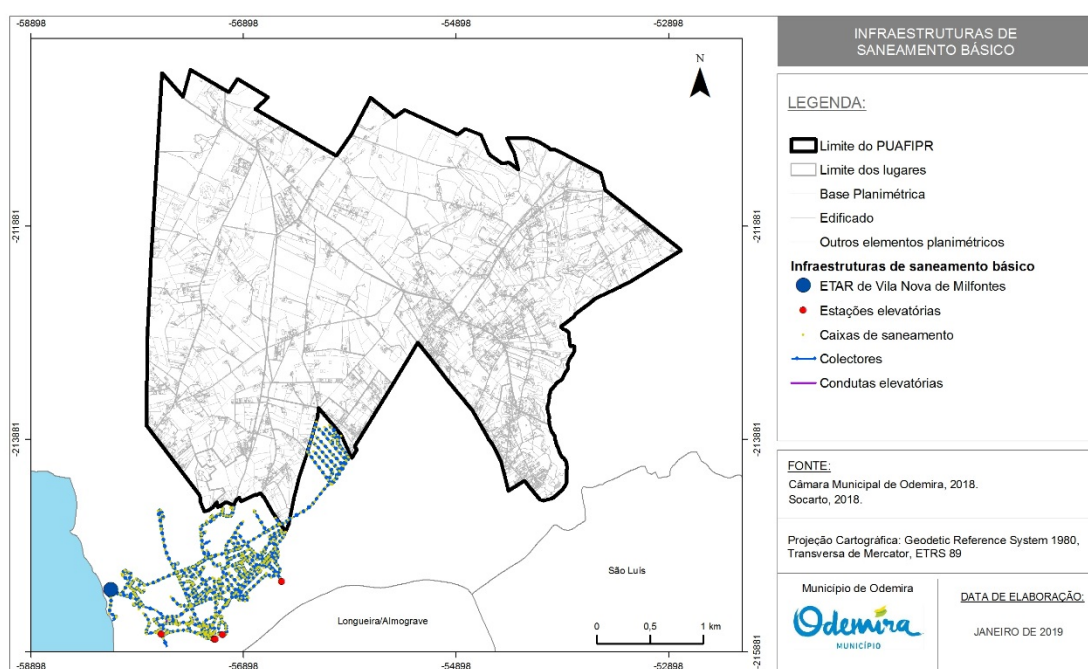
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

6.3. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUA RESIDUAIS E DE ÁGUAS PLUVIAIS

Quanto à rede de drenagem e tratamento de água residuais, a nova ETAR de Vila Nova de Milfontes já se encontra dimensionada para tratar os caudais de águas residuais oriundos não só do perímetro urbano de Vila Nova de Milfontes, mas também de toda a zona envolvente (15.000 habitantes).

Contudo, até ao presente, a área do PUAFIPR não se encontra coberta por esta rede, tal como se pode observar pelo mapa seguinte. No entanto e de acordo com o levantamento efetuado, verifica-se que existem apenas duas habitações com ligação à rede pública de saneamento básico, estando estas localizadas junto ao aglomerado populacional dos Alagoachos, no limite da área de intervenção do PUAFIPR.

Mapa 29: Infraestruturas de saneamento básico

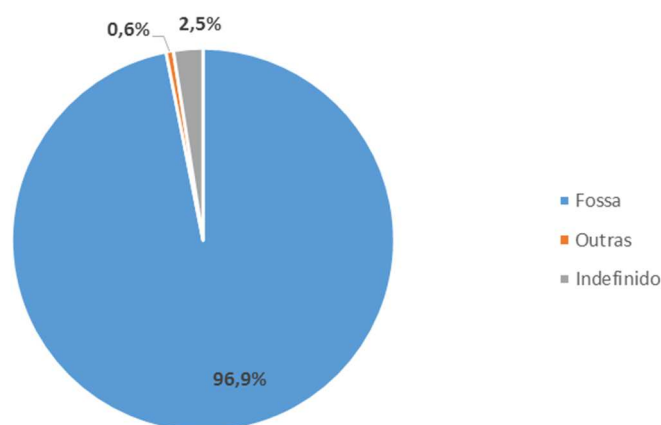


Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Assim, a drenagem das águas residuais domésticas é realizada maioritariamente por fossas sépticas (96,9% das situações). Porém, a utilização destas fossas pode constituir-se como um potencial problema de saúde pública, uma vez que, devido à falta de limpeza e manutenção periódica, existe o risco de contaminação das águas do poços/furos que estejam localizadas nas proximidades destas fossas e, consequentemente originar implicações ao nível da saúde dos seus utilizadores.

Aliás, aproximadamente 88,4% da população inquirida considera que a construção de infraestruturas de saneamento básico é o investimento mais prioritário a realizar na área do PUAFIPR, o que demonstra a carência e a necessidade de resolução desta questão.

Gráfico 15: Alternativas de saneamento básico

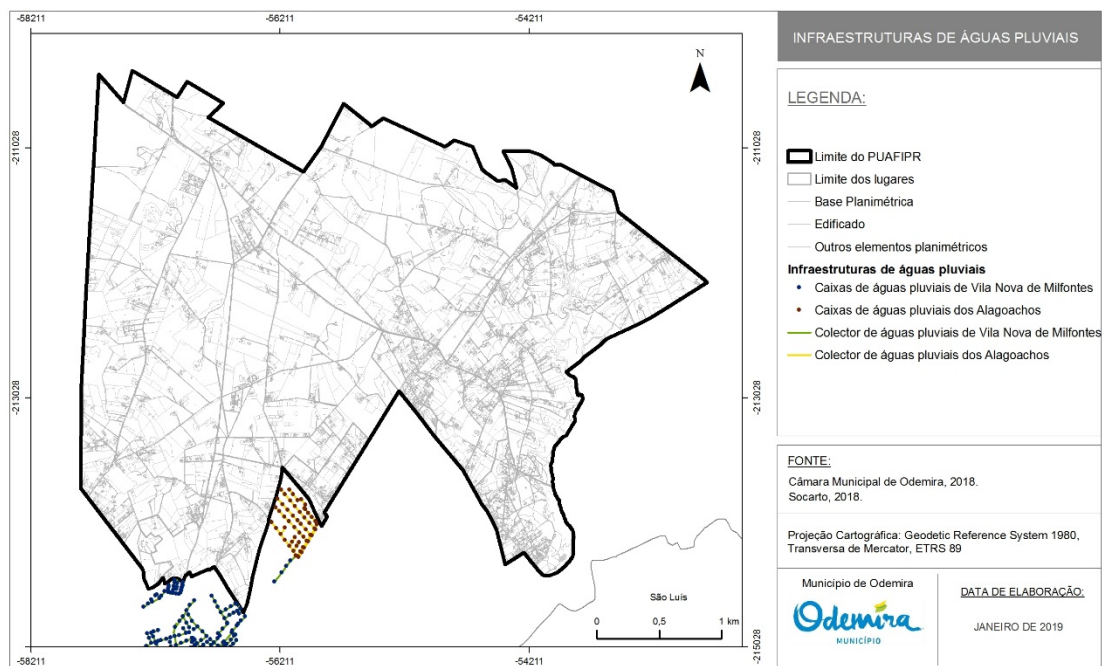


Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

À semelhança do que sucede com as infraestruturas de saneamento básico, a totalidade da área de intervenção do PUAFIPR também não contém infraestruturas ao nível da rede de águas pluviais, conforme se pode observar no Mapa 30.

Desta forma, o processo de drenagem das águas pluviais não ocorre de forma eficaz, o que pode acarretar um conjunto de problemáticas, como por exemplo, ao nível do estado de conservação das vias da rede rodoviária da área de intervenção do PUAFIPR, sobretudo naquelas compostas por terra batida.

Mapa 30: Infraestruturas de águas pluviais



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

6.4. GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, a entidade responsável pela sua recolha é a Câmara Municipal de Odemira, que os transporta para a Estação de Transferência/Ecocentro de Odemira. No que se refere aos resíduos urbanos recicláveis, a empresa AMBILITAL constitui a entidade responsável pela recolha, tratamento e encaminhamento para a reciclagem.

Conforme se pode observar no mapa seguinte, na área de intervenção da PUAFIPR é possível encontrar dois conjuntos de ecopontos, um junto à escola primária de Brunheiras (CM 1072) e outro em Foros do Galeado (EM 532), para além de 83 contentores de recolha indiferenciada distribuídos pela área de intervenção.

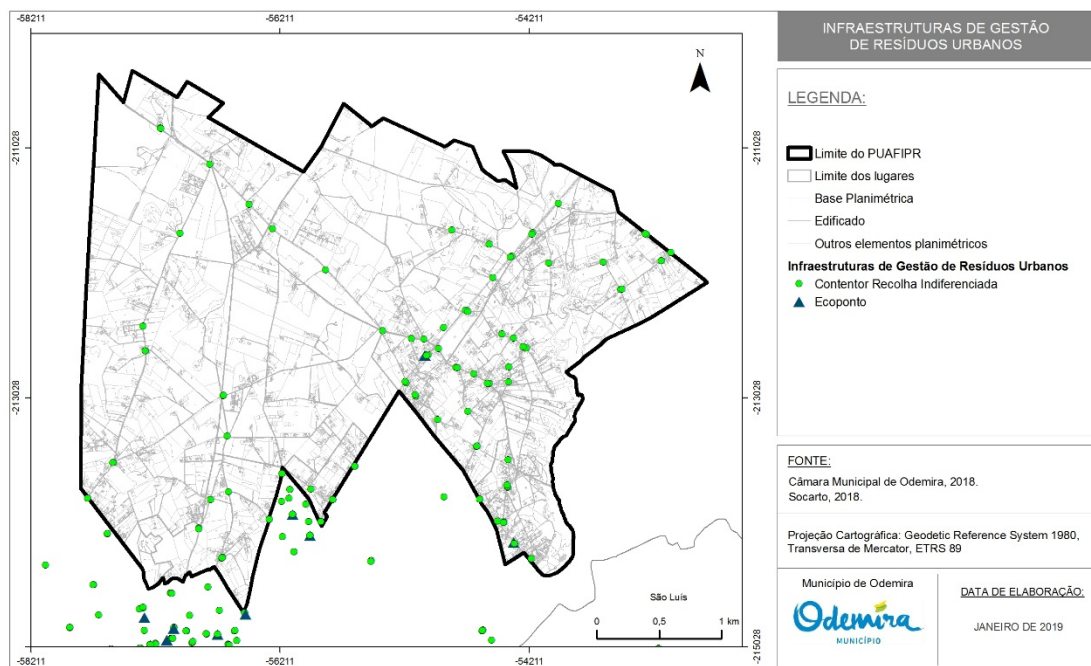
No entanto, constata-se que existe uma problemática na área de intervenção no que diz respeito à recolha de resíduos, uma vez que é notória a constante presença de contentores com resíduos acima da sua capacidade e como tal, estes são depositados na via pública ao seu redor. Tal situação pode ser justificada pelo número limitado de contentores e/ou pela reduzida frequência de recolha dos resíduos, particularmente nos períodos de férias, no qual regista-se um aumento populacional e, consequente, uma maior produção de resíduos.

Figura 17: Exemplificação de contentores lotados



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Mapa 31: Infraestruturas de gestão de resíduos urbanos



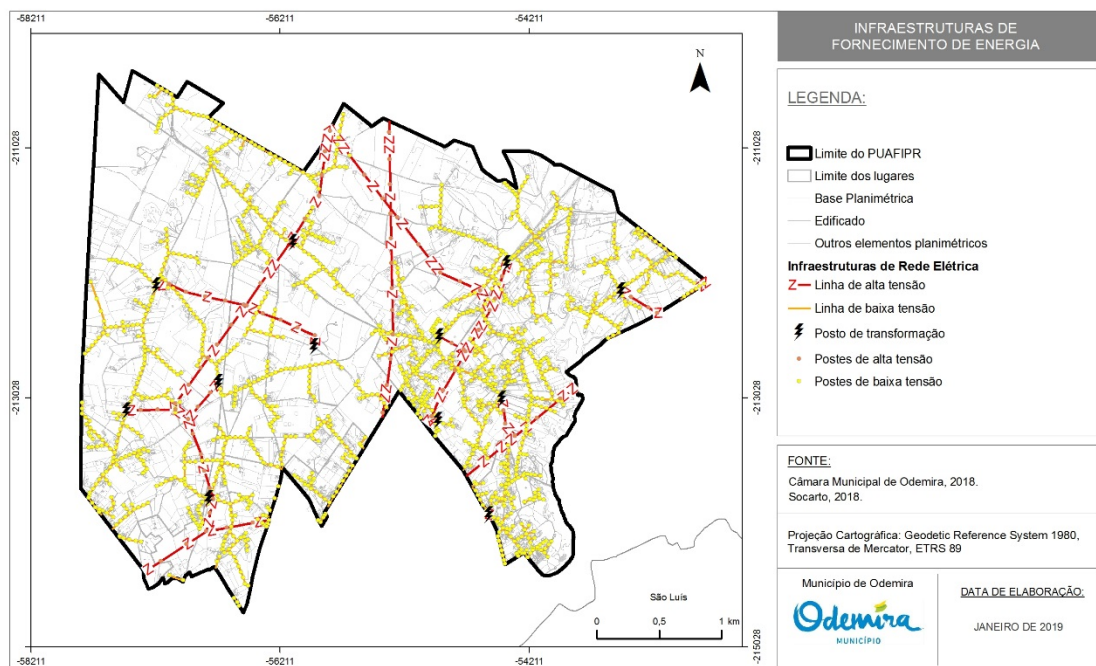
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

6.5. INFRAESTRUTURAS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES

Através do Mapa 32, constata-se que a área de intervenção do PUAFIPR possui uma relativa boa distribuição ao nível das infraestruturas de fornecimento de energia, abrangendo toda a área em análise.

Através do levantamento efetuado, verifica-se que a esmagadora maioria das habitações possuem ligação à rede pública de eletricidade, correspondendo a aproximadamente 99,4% dos casos, sendo que as habitações que não se encontram ligadas recorrem, por exemplo, à utilização de geradores.

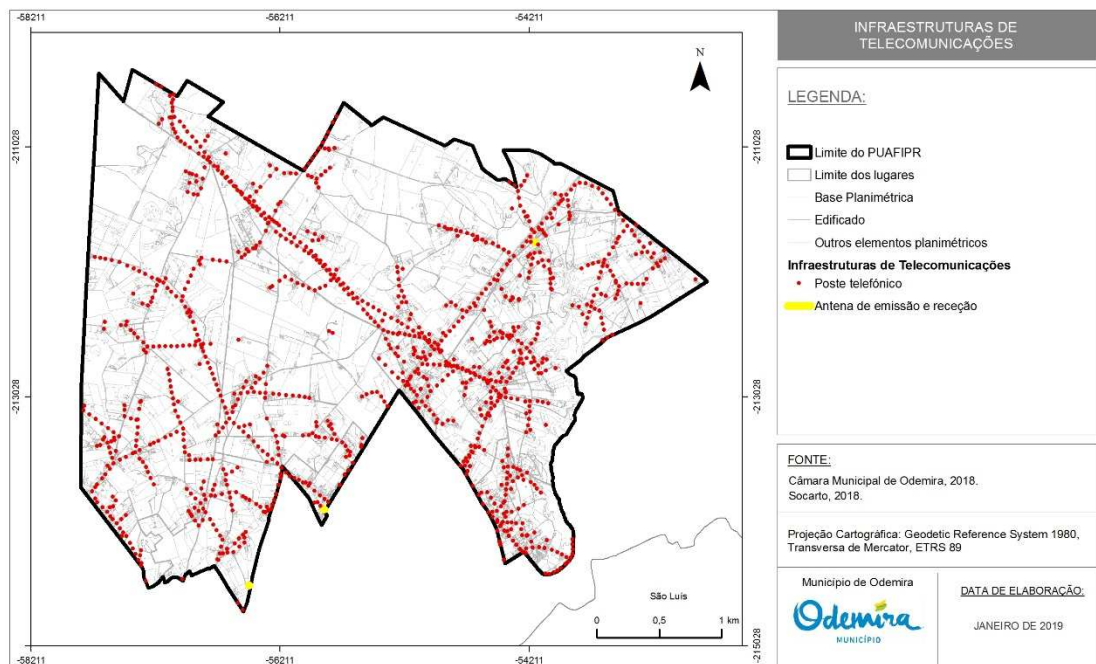
Mapa 32: Infraestruturas de fornecimento de energia



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Relativamente à existência de infraestruturas de telecomunicações, através do Mapa 33 verifica-se que a área de intervenção da PUAFIPR encontra-se bem servida, com um elevado número de postes telefónicos distribuídos por toda a área de intervenção, para além da presença de antena de emissão/receção.

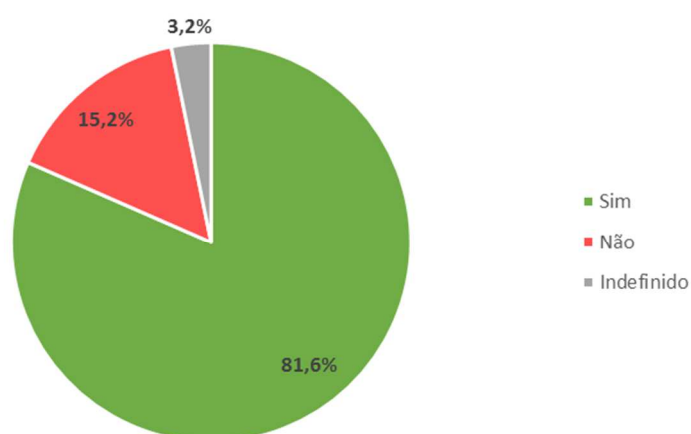
Mapa 33: Infraestruturas de telecomunicações



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

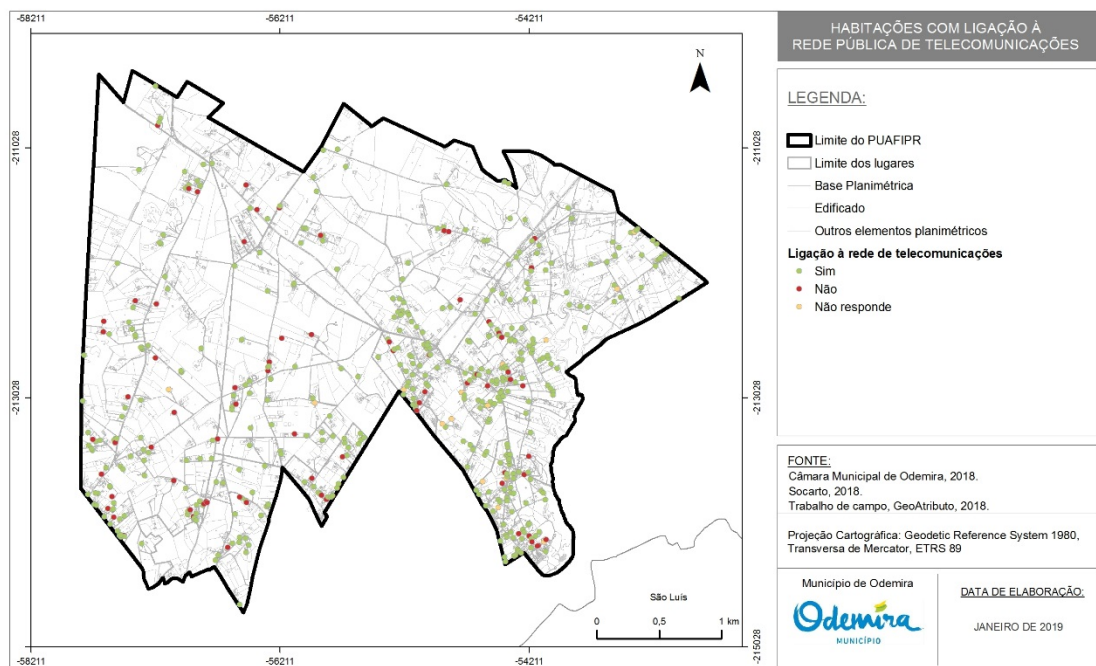
Os dados do levantamento revelam que cerca de 85% das habitações encontram-se ligadas à rede pública de telecomunicações. A utilização de telecomunicações móveis é apresentada como a alternativa mais comum nas habitações em que não existe ligação à rede pública de telecomunicações., correspondendo a aproximadamente 70% dos casos.

Gráfico 16: Proporção de habitações com ligação à rede pública de telecomunicações



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Mapa 34: Habitações com ligação à rede pública de telecomunicações



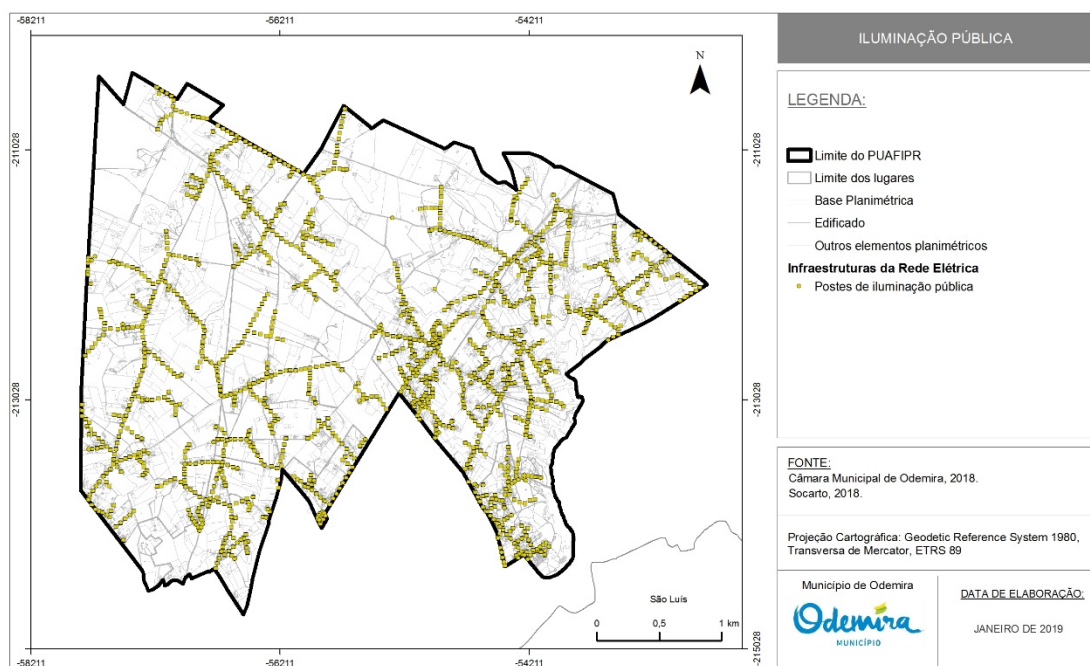
Elaborado por GeoAtributo, 2018.

No que diz respeito à iluminação pública, através do Mapa 35 é possível observar que a área de intervenção do PUAFIPR encontra-se servida de forma relativamente satisfatória, no qual existe uma boa cobertura espacial e onde as principais artérias possuem postes de iluminação pública.

Porém, os dados provenientes dos inquéritos efetuados à população permitem constatar que existem determinados locais na área em análise onde se verifica uma lacuna deste tipo de infraestrutura, sendo este considerado um dos principais investimentos prioritários na área do PUAFIPR, solicitado por 17% dos inquiridos.

Por exemplo, em edificações presentes ao longo de duas vias foi comum a população inquerida referir a necessidade urgente de implantação de iluminação pública, uma localizada em Foros de Pereira/Pereirinha e uma outra em Caiada.

Mapa 35: Iluminação pública existente na área do PUAFIPR

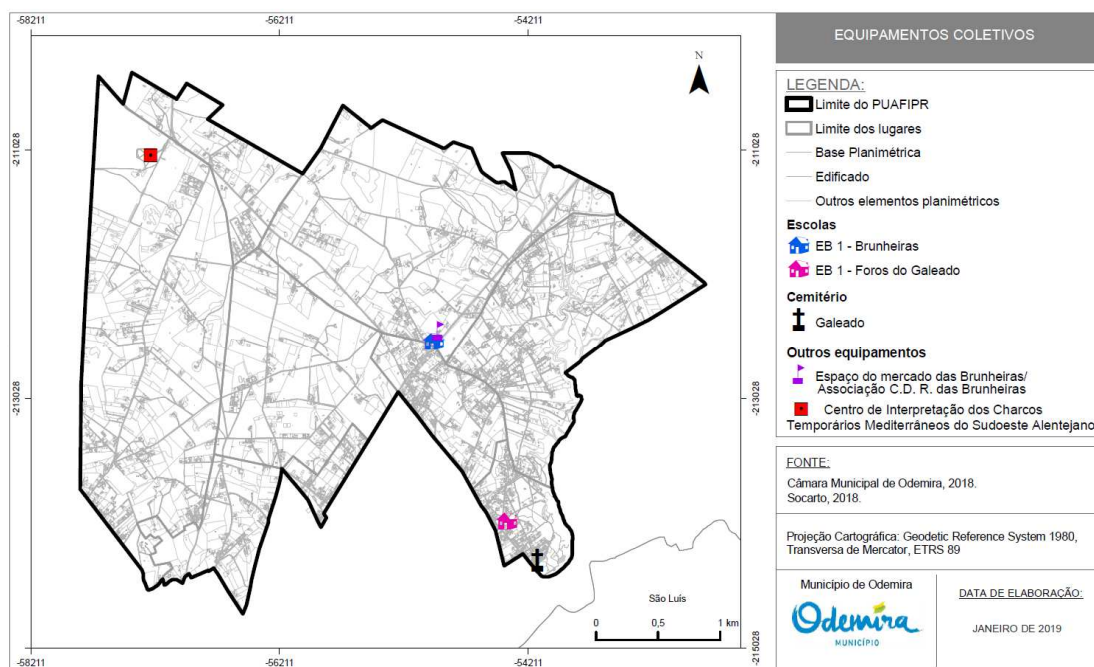


Elaborado por GeoAtributo, 2018.

6.6. EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

Na área de intervenção da AFIPR, foram referenciadas duas Escolas Básicas do 1º Ciclo, uma localizada em Brunheiras e outra em Foros de Galeado (esta que serve de apoio à outra), um cemitério em Galeado, e o espaço do mercado das Brunheiras (onde existe ainda a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Brunheiras).

Mapa 36: Rede de equipamentos coletivos presente na área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

A Escola Básica do 1º Ciclo das Brunheiras é constituída por dois edifícios com passagem coberta, em bom estado de conservação, possui duas salas com capacidade para 52 alunos, estando atualmente com uma ocupação de 107% (56 alunos). Os alunos dispõem de refeitório, serviço de refeições e recreio escolar e têm o apoio de dois docentes e dois não docentes⁸.

⁸ Informação disponível em <http://www.odemiraterritorioeducativo.cm-odemira.pt/#/eduletter> (acedido a 16 de novembro de 2018).

Figura 18: Escola Básica do 1º Ciclo das Brunheiras



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Ao lado deste estabelecimento encontramos a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Brunheiras, e nesse mesmo local, encontramos o espaço onde ocorre o mercado das Brunheiras, que se realiza no 2.º e 4.º sábado de cada mês. Da observação do edifício onde se localiza a referida associação, verificou-se que o estado de conservação encontra-se com um mau revestimento exterior, as portas e caixilharia encontra-se num estado bastante degradado, sendo necessário intervir neste espaço.

Figura 19: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Brunheiras e espaço do mercado das Brunheiras



Fonte: Fotografias retiradas pela GeoAtributo; trabalho de campo realizado de 9 a 18 de outubro de 2018.

Grosso modo, a população inquirida costuma frequentar o mercado, indicando ser muito importante para a comunidade local, pois permite os pequenos agricultores venderem os produtos que produzem, assim como, para o convívio. Contudo, foi referido por muitos, que a associação necessita de uma alavancagem, pois atualmente não se promovem quaisquer eventos (à exceção dos dias em que ocorre o mercado que tem serviço de bar), e é necessário e urgente dinamizar. Foram várias as pessoas inquiridas que lembraram, que no passado, realizavam-se espetáculos do grupo de teatro, cinema, ateliês de manualidades, bailes mensais, entre muitos eventos, que atraíam muitas pessoas.

Encontramos ainda na área de intervenção o mais recente espaço, o Centro de Interpretação dos Charcos Temporários Mediterrâneos do Sudoeste Alentejano, que abriu no mês de maio do corrente ano. Este localiza-se no lugar de Pousadas Velhas, num terreno municipal, que se localiza próximo da estrada de acesso à praia do Malhão, a norte de Vila Nova de Milfontes. Este local surgiu da iniciativa do Município de Odemira e da Liga para a Proteção da Natureza, que decorre do projeto LIFE Charcos, que tem por objetivo promover a conservação, informação e sensibilização das comunidades locais e turistas para a importância dos Charcos Temporários Mediterrânicos, um habitat de grande biodiversidade e riqueza ambiental.

Quando questionada sobre os espaços que frequentam dentro da AFIPR, a população inquirida indicou que apenas frequenta as escolas, os cafés e o mercado das Brunheiras, pois são os únicos espaços de uso coletivos presentes.

Por fim, importa referir que no inquérito realizado aos agregados familiares da AFIPR, foi realizada uma questão relacionada com os investimentos prioritários a ser realizados na área de intervenção do plano. Desta forma, aproximadamente 12% agregados familiares inquiridos indicaram ser necessário proceder à ampliação da rede de equipamentos, pois muitos indicaram, que, se quase metade da população residente da freguesia habita na AFIPR, também importa dotar esta área de equipamentos capazes de dar resposta às necessidades da população, e não se concentrar tudo na Vila. Esta descentralização dos equipamentos permitirá atrair mais pessoas à AFIPR e dota-la de espaços urbanos com um tratamento urbanístico.

De entre os equipamentos que a população considerava mais importante, era os equipamentos de saúde, pois segundo os inquiridos a extensão de saúde de Vila Nova de Milfontes não é capaz de dar resposta às necessidades atuais da população da freguesia que continua a crescer, assim como equipamentos desportivos, como é o caso da criação de piscinas, especialmente para os tempos livres das crianças e jovens da freguesia. De igual forma, foi mencionado que em Galeado poder-se-ia construir um espaço verde cuidado e dota-lo de equipamentos para a prática de exercício físico ao ar livre, de maneira a permitir que a população mais idosa se pudesse movimentar e exercitar.

7. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Para a elaboração da caracterização da socioeconómica da população na AFIPR, teve-se em consideração os dados obtidos do trabalho de campo, realizado entre os dias 09 e 18 de outubro de 2018, nomeadamente resultado dos inquéritos por entrevista e dos inquéritos respondido via correio e e-mail (recebidos até ao dia 09 e novembro de 2018).

No caso de ausência de pessoas nas habitações, tivemos como critérios para deixar ou não o inquérito no correio, os seguintes:

- Observação direta da habitação: nos casos de encontrar-se devoluta ou em ruínas não foi deixado o inquérito;
- Os vizinhos forneceram alguma informação que nos permitiu avaliar, pois caso indicassem que apenas visitam a habitação apenas no verão (uma vez por ano) para férias não deixamos, pois já extrapolava o nosso período de receção de resposta. Por seu turno, caso referissem que visitam a habitação frequentemente, deixamos o inquérito;
- Não deixamos o inquérito nas habitações que não tivemos acesso ao correio ou a sítio abrigado para deixar a carta.

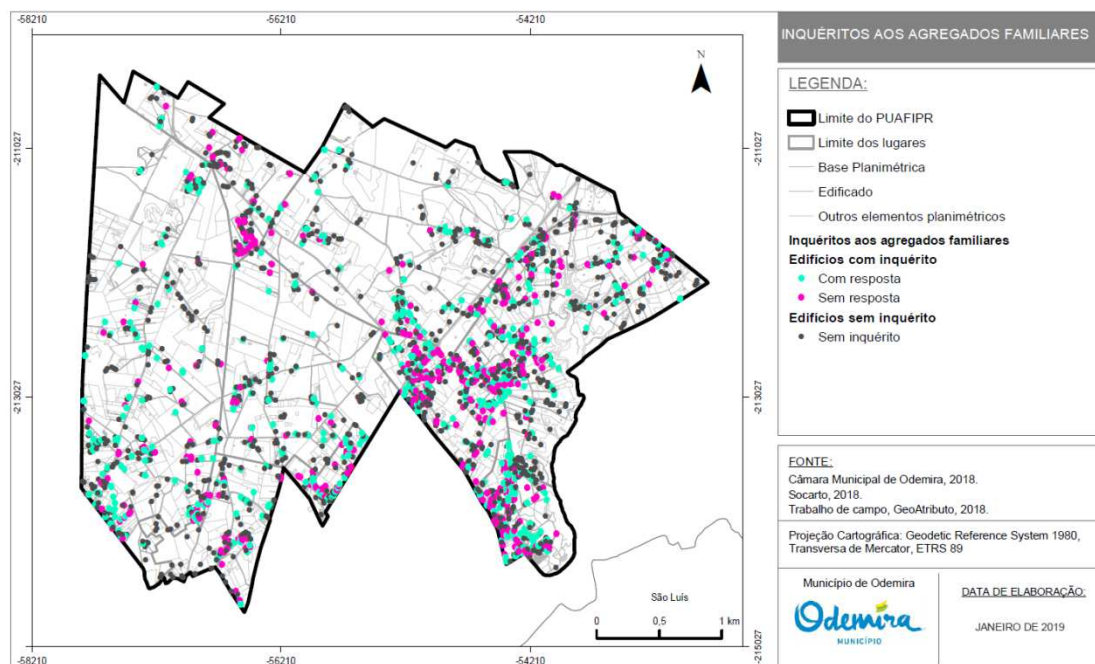
Nestes dez dias de trabalho foram realizados **365 inquéritos presenciais** aos agregados familiares, deixados no correio cerca de **576 inquéritos para preenchimento**. Até ao dia 09 de novembro, foram recebidos **149 inquéritos**. Em suma, até ao presente momento **temos 514 inquéritos respondidos**, o que face ao somatório de inquéritos presenciais e deixados no correio, cerca de 941, corresponde a uma amostra de 55% do universo.

No mapa que se apresenta a seguir, pode-se observar a distribuição dos edifícios onde foi realizado o inquérito presencialmente ou foi deixado no correio, e nestes casos se obtivemos resposta ou não. Assim como ainda é possível observar os edifícios onde não foi deixado o inquérito: por não corresponderem a habitações; corresponderem a habitações mas encontrarem-se devolutas ou não possuem acesso público às mesmas; ou ainda as segunda habitação (cujos proprietários apenas a frequenta uma vez por ano)].

Em termos de distribuição, é possível apurar uma certa homogeneidade por os diversos lugares da área do PUAFIPR, uma vez que quando observamos os edifícios com inquéritos, em todos os lugares a percentagem de habitações com resposta é superior às habitações do qual não obtivemos resposta, exceto nos lugares de Malhadinhas e Brunheiras, cuja percentagem de habitações sem resposta é

superior. No lugar de Malhadinhas os valores podem ser explicados pela falta de resposta do conjunto de pré-fabricados, que se destinam principalmente a férias.

Mapa 37: Inquéritos aos agregados familiares presentes na área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

7.1. POPULAÇÃO

Analisando os dados estatísticos disponível até ao presente (XIII, XIV e XV Recenseamento Geral da População, ao nível da subsecção), entre 1991 e 2011, o número de indivíduos residentes na AFIPR aumentou gradualmente.

Este aumento crescente do número de indivíduos está relacionado com a criação do complexo industrial em Sines e com a escassa oferta de alojamento, levando a que muitos se fixassem na AFIPR, proliferando-se as construções clandestinas (Relatório da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica, 2009 e Relatório “Que passado e que futuro?”, 2011).

De acordo com informação do Município de Odemira (Relatório “Que passado e que futuro?”, 2011), ao longo dos anos observou-se a fixação de um elevado número de estrangeiros na AFIPR, especialmente

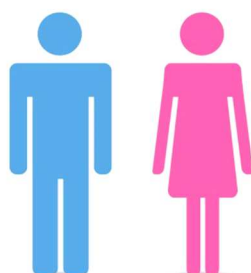
imigrantes oriundos do Brasil e do leste da Europa, que procuravam habitações a preços baixos e viram aqui a sua solução de habitação.

Foram inquiridos **1.021** indivíduos que residem **permanentemente** na AFIPR e **245** indivíduos que residem apenas **temporariamente**, isto, possuem nesta área uma segunda habitação, onde passam férias ou parte do ano.

Através da perceção obtida junto da população e das respostas aos inquéritos, uma parte da população temporária encontra-se grande parte do ano nas habitações de segunda residência, localizadas na AFIPR. De facto, em alguns casos, os inquiridos indicaram que apenas aguardam a reforma para se puderem mudar definitivamente para a AFIPR. Já outros indicaram que não se mudam permanentemente (apesar que se encontrarem na sua segunda habitação na AFIPR mais de metade do ano), por falta de urbanização (e.g. infraestruturação: saneamento, água, arruamentos) da área envolta da sua habitação e pela pouca oferta de serviços e comércio. Podemos assim concluir, que estes 20% da população, apesar de se encontram na área de intervenção apenas uma parte do ano, poderão num futuro próximo transformar-se em população que residirá permanentemente.

HOMENS ♂

53%



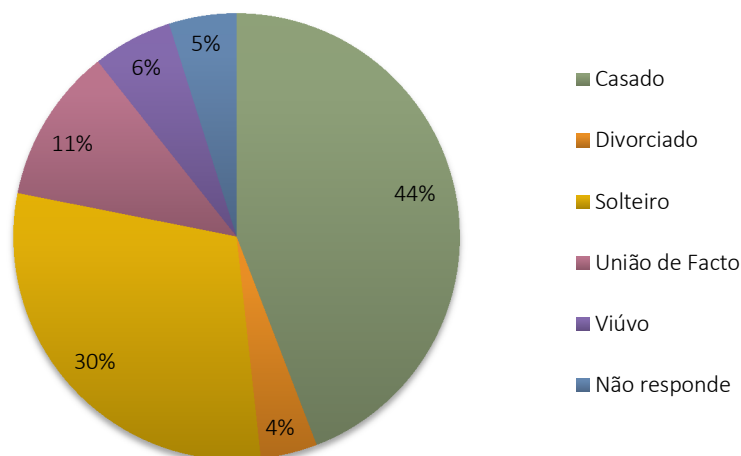
MULHERES ♀

47%

Apesar de não se observar uma discrepância muito elevada, do total de indivíduos entrevistados, 592 (46,76%) eram do sexo feminino e 665 indivíduos (52,53%) ao sexo masculino (9 indivíduos não responderam à questão).

Em termos do estado civil da população inquirida, 44% encontra-se casada, 30% era solteira, 11% vivem em união de facto com o companheiro/a, 4% estava divorciado e 6% estava viúvo (5% da população não respondeu à questão).

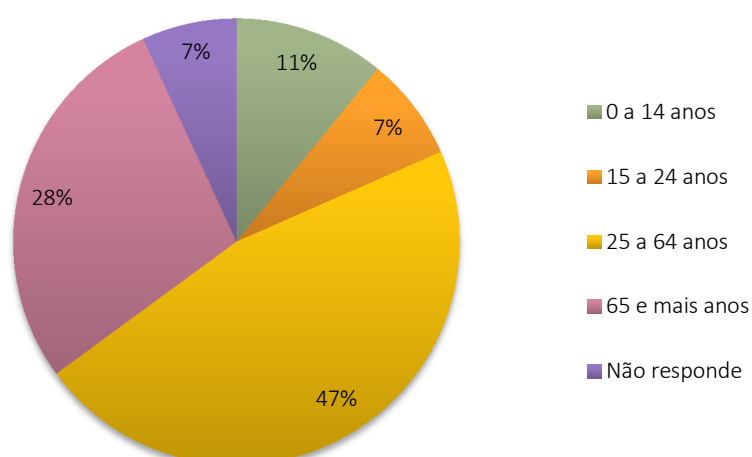
Gráfico 17: Estado civil da população inquirida na área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Analisando agora as idades da população inquirida, através dos dados obtidos dos inquéritos realizados, observou-se que 138 indivíduos (10,9%) correspondiam a crianças (0-14 anos), 95 indivíduos (7,50%) eram jovens (15-24 anos), 589 indivíduos (46,52%) eram adultos (25-64 anos) e 357 indivíduos (28,19%) eram idosos (65 e mais anos). Importa ainda referir que 87 indivíduos não referiram qual a sua idade.

Gráfico 18: Idade da população inquirida na área de intervenção do PUAFIPR, por grandes grupos etários



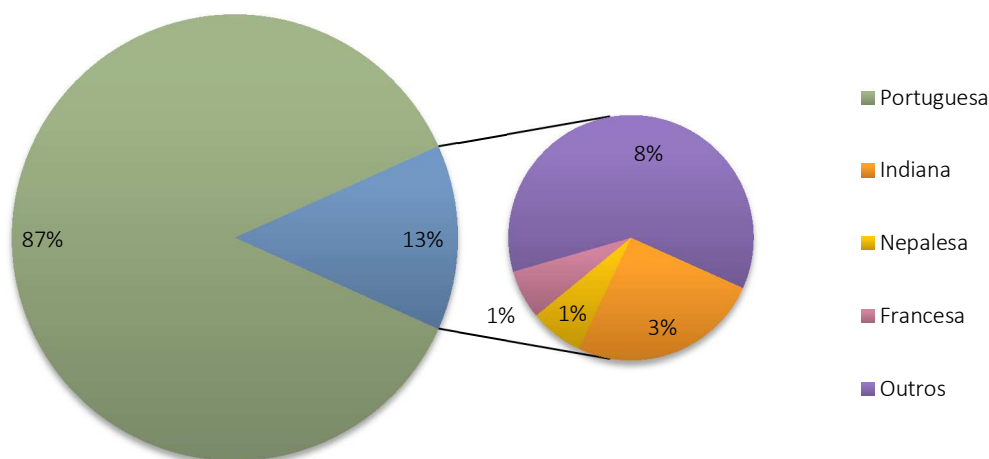
Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Numa análise mais fina dos dados, são os indivíduos com idade compreendida entre os 61 e 70 anos que assumem maior destaque (213 indivíduos, 16,82% face ao total), seguindo a classe dos 51 e 60 anos, que representam 168 indivíduos (13,27% face ao total). A população com mais de 70 anos corresponde a 17,85% do total, sendo de destacar que quase 6% da população tem mais de 80 anos. Já a população com menos de 20 anos, corresponde a 15,72% do total, a população entre os 21 e 30 anos corresponde a 8,29% e os indivíduos com idade compreendida entre os 31 e 40 anos correspondem a 9,64%.

Os valores expostos mostram um índice de envelhecimento muito elevado, 259 idosos por cada 100 jovens. Esta tendência para o envelhecimento demográfico é fruto da baixa da natalidade, conjugado com outros fatores, como por exemplo o aumento da esperança média de vida.

Tal como já foi mencionado anteriormente, ao longo dos últimos anos, foram-se fixando vários imigrantes na AFIPR, em busca de trabalho e um local para residir a preços mais acessíveis. Do total da população inquirida 157 indivíduos são imigrantes, sendo que 76 residem permanentemente e 81 a título temporário. Contudo, se no passado quem procurava esta área para se fixarem eram pessoas oriundas dos países de leste e brasileiros predominantemente, atualmente são indivíduos oriundos da região sul da Ásia que mais procuram esta área para trabalharem.

Gráfico 19: Nacionalidade da população inquirida na área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Analisando os dados para a população auscultada, observa-se que 87% da população entrevistada na AFIPR tinha nacionalidade portuguesa, e era natural de várias localidades de Portugal, sendo Vila Nova de Milfontes o local de onde mais pessoas são originárias (461 indivíduos, 36,41%), que demonstra que

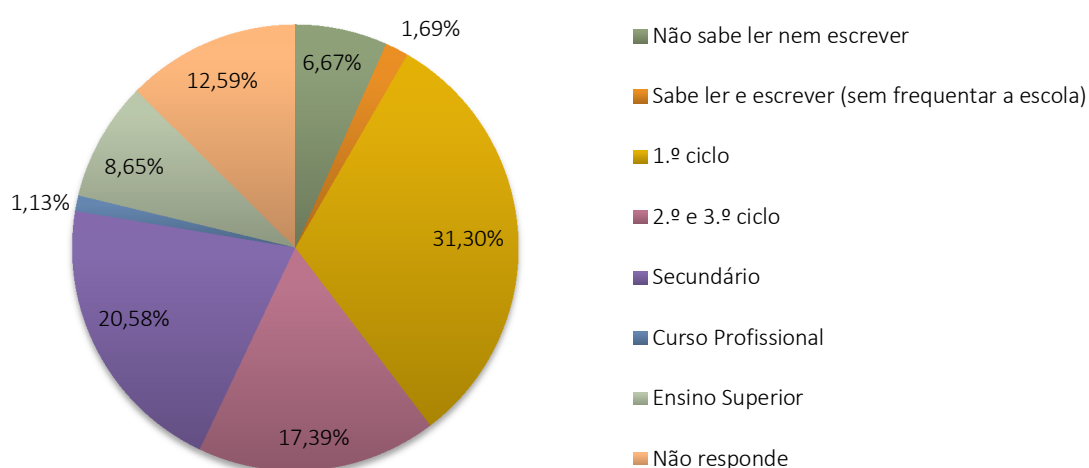
grande parte da população opta por não sair da freguesia onde cresceu. Igualmente, as localidades próximas de Vila Nova de Milfontes assumem destaque na naturalidade da população, como é caso do restante concelho Odemira (145 indivíduos, 11,44%); concelho de Santiago do Cacém (86 indivíduos, 6,79%); concelho de Sines (25 indivíduos, 1,97%). Igualmente, o distrito de Beja (excluindo o concelho de Odemira) e Área Metropolitana de Lisboa possuem destaque na naturalidade da população, representado aproximadamente 5% e 10%, respetivamente.

A respeito do grau de escolaridade da população auscultada, importa destacar o universo da população que ainda se encontra a estudar que corresponde a 11,9% da população total, e as crianças que ainda não iniciaram o seu percurso escolar (possuem menos de 6 anos), que correspondem a 3,95% da população total.

A restante população em estudo apresenta um nível de escolaridade baixo. Começando pela população que não sabe ler nem escrever, este correspondem a 5,61% dos inquiridos, existindo ainda pessoas que apesar de nunca terem frequentado a escola, sabem ler e escrever (1,42% dos inquiridos).

Dentro da população que frequentou a escola, 26,3% dos inquiridos possuem apenas o 1.º ciclo; 14,61% dos inquiridos detêm o 2.º e 3.º ciclo; 17,3% dos inquiridos possuem o ensino secundário. Em termos da população com maiores níveis de escolaridade, verifica-se que apenas 0,95% da população possui um curso profissional, e 7,27% terminaram o ensino superior. É ainda de destacar que 10,58% da população inquirida não respondeu a esta questão.

Gráfico 20: Habilitações literárias da população inquirida



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

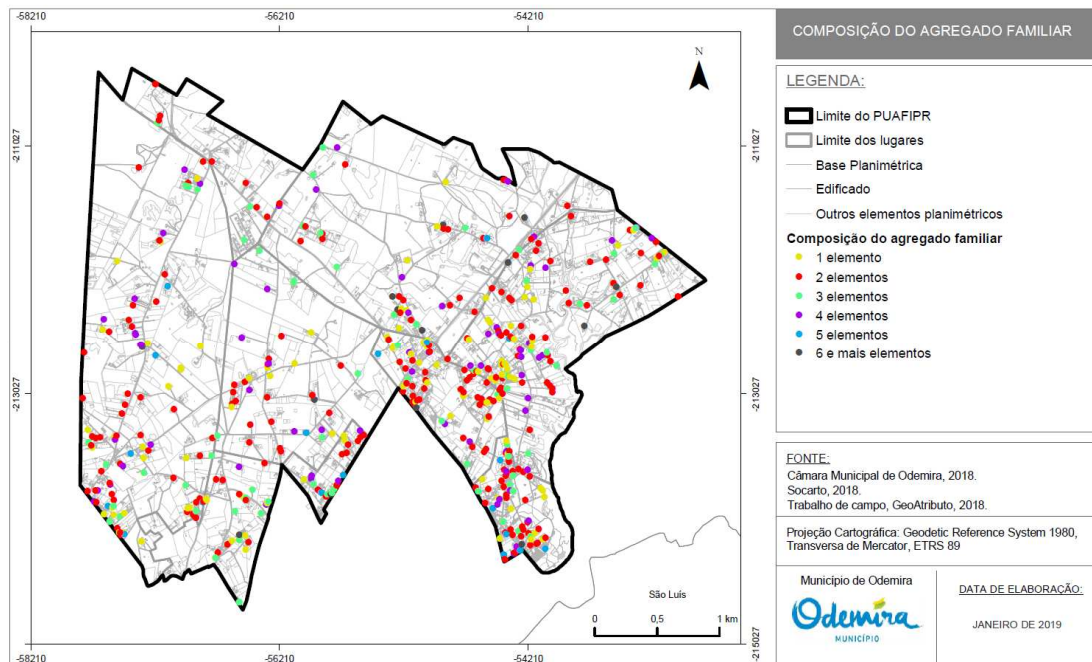
7.2. FAMÍLIAS

A par do crescimento do número de indivíduos, o número de famílias tem vindo a aumentar, prova são os dados os últimos três Recenseamentos Gerais da População estes demonstram que o número de famílias aumentou 38% entre 1991 e 2011.

De acordo com os dados obtidos, foram entrevistados 514 agregados familiares, sendo que deste total, 427 agregados correspondem famílias que residem permanentemente na AFIPR, e 87 agregados (16,92% do total) a famílias que apenas encontram-se na AFIPR temporariamente.

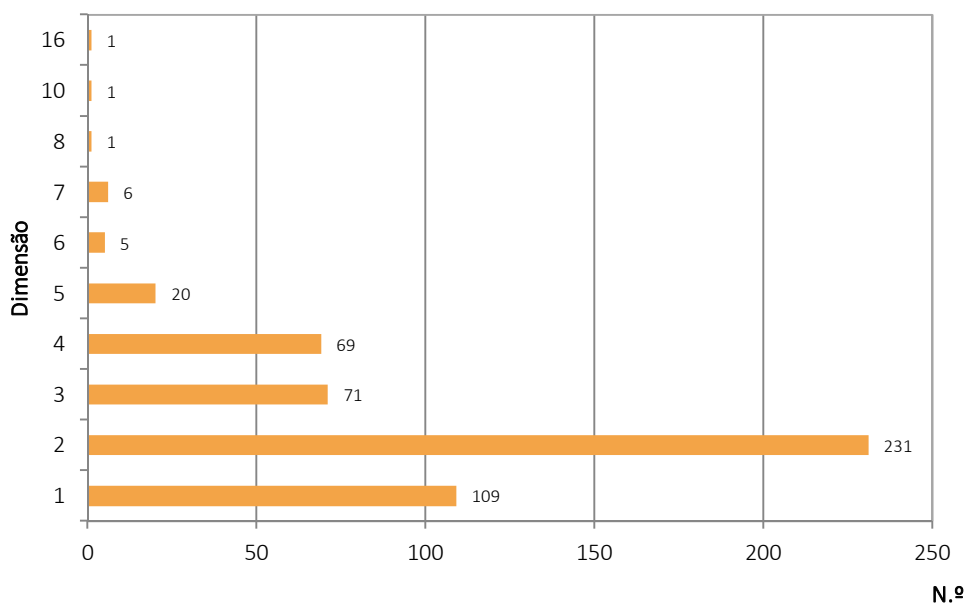
A respeito da dimensão do agregado familiar, na área em estudo, 109 (21,21%) pessoas vivem sozinhas, 231 agregados (44,94%) são compostos por dois elementos, 140 (27,24%) agregados eram compostos por três ou quatro elementos, 20 agregados (3,89%) eram compostos por cinco elementos, e por fim agregados com seis e mais elementos que correspondem a total de 14 (2,72%).

Mapa 38: Composição dos agregados familiares inquiridos



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Gráfico 21: Dimensão dos agregados familiares inquiridos na área de intervenção do PUAFIPR



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Foram identificadas várias situações tipo no que respeita aos agregados familiares, a seguir retratam-se algumas:

- As pessoas que vivem sozinhas, por situação de viuvez ou divórcio, ou mesmo por opção, correspondendo a 21% do total das famílias auscultadas. Deste total, podemos destacar alguns aspetos:
 - A população com menos de 50 anos vive sozinha por encontrar-se solteira (três pessoas com menos de 30 anos e 15 pessoas tem entre os 30 e 50 anos);
 - Pelo contrário, a população com 78 e mais anos vive sozinha por falecimento do parceiro (viúvo), que corresponde a um total de 20 pessoas;
 - Em relação às pessoas que vivem sozinhas por resultado de divórcio, estas correspondem a 12% do total de indivíduos que vivem sozinhos, e tem idades compreendidas entre os 51 e 74 anos.
- As famílias compostas por apenas o casal, correspondem a 40% do total das famílias (que equivale a 87% do total de famílias composta por dois elementos).

- Em 85% do total de famílias composta por três elementos, encontramos a seguinte composição: o marido, esposa e um filho.
- Famílias em que os pais (seja em casal, ou apenas um por situação de viuvez) vivem na casa dos filhos, devido à idade avançada destes para viverem sozinhos, representam 13 agregados familiares (3% do total das famílias auscultadas).
- Identificaram-se 28 famílias monoparentais, isto é que apenas, são constituídas por um pai ou uma mãe e o(s) respetivo(s) filho(s), que correspondem 5% do total das famílias auscultadas. Deste total, 20 famílias apenas era constituída por um filho e mãe/pai; quatro famílias são compostas por dois filhos e mãe/pai; três são compostas por a mãe e três filhos; e uma família é composta pelo pai e mais cinco filhos.
- Nos casos dos agregados familiares com sete e mais elementos correspondem, em alguns casos a agregados que são compostos por imigrantes (oriundos da Índia e Nepal), onde foi registado: uma casa onde vivem 16 pessoas, noutra casa convivem oito pessoas e ainda em mais duas casas habitam, em cada, sete pessoas. Aqui temos de referir que as habitações a que se refere são habitações tradicionais alentejanas, e o número de quarto muito reduzido, existindo nestes casos uma sobrelotação nos edifícios.
- Para além dos casos de sobrelotação referidos no ponto anterior, encontrou-se mais quatro casos, em que habitam numa habitação sete pessoas permanentemente, em que três casos apresentam características similares pois o inquirido vive com, pelo menos, o filho e mais três netos (todos menores). Noutro caso, vive o casal com quatro filhos, com idades entre os 30 e 40 anos, todos solteiros.

De facto, existem momentos na vida que nós, enquanto pessoa, podemos controlar, como é o caso do casamento, divórcio, escolha da profissão, enquanto outros acontecimentos não se podem controlar, nomeadamente a viuvez, solidão. De facto, ao envelhecimento demográfico não é em si um problema social, pois o que constitui o verdadeiro problema social é a ausência, insuficiência e inadequação das respostas da organização social, para enfrentar as necessidades dos idosos e a falta de articulação dessas respostas com a sociedade civil.

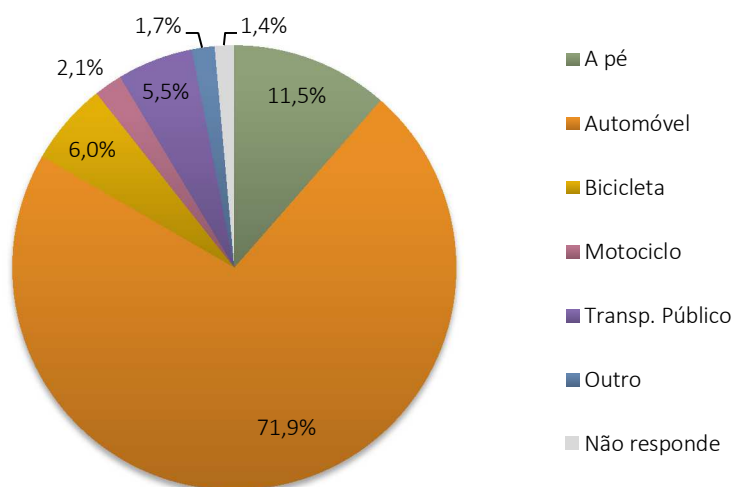
A solidão e isolamento de idosos é um dos graves problemas sociais evidenciados área de intervenção do PUAFIPR, pois existe um elevado número de pessoas com mais de 65 anos a viverem sozinhas e segundo alguns relatos obtidos dos inquiridos, sem apoio dos filhos e outros familiares. Efetivamente residem na área em estudo 50 indivíduos com 65 e mais anos, que grosso modo, ficaram sozinhos, devido ao falecimento do parceiro (36 de 50 indivíduos, que corresponde a 72%).

Ainda sobre os agregados familiares, 237 famílias (46,11%) eram compostas com pelo menos uma pessoa com 65 ou mais anos, e 99 famílias (19,22%) eram compostas com pelo menos uma pessoa com menos de 15 anos.

Relativamente à empregabilidade em contexto familiar, 82 famílias (16% do total de famílias inquiridas) possui na sua composição elementos desempregados, sendo que 69 famílias (84% das famílias inquiridas com desempregados) possuem um elemento desempregado, e por fim 13 (16% das famílias inquiridas com desempregados) das famílias possuem dois elementos desempregados.

Em termos dos indicadores de mobilidade do agregado familiar, verificou-se que grosso modo a população utiliza o automóvel para se deslocar (910, correspondendo a 72% do total da população inquirida). Segue-se os indivíduos que se deslocam diariamente a pé, que corresponde a 11,5% do total da população inquirida, e os usam a bicicleta ou transporte público, que correspondem a 6% e 5,5%, respetivamente.

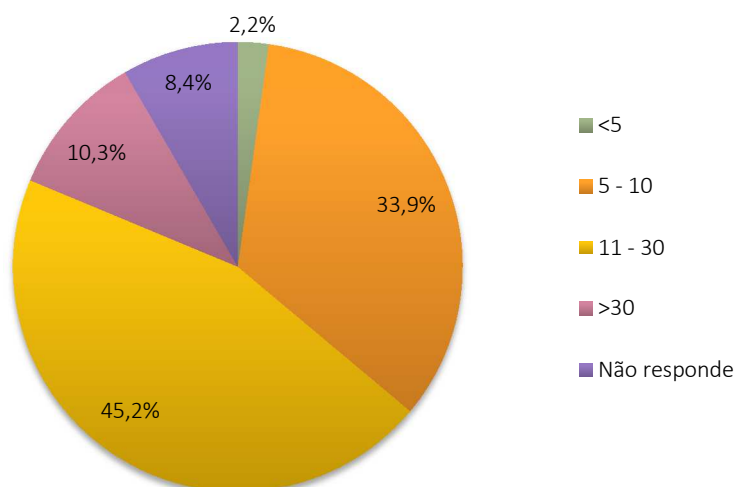
Gráfico 22: Meio de transporte utilizado nas deslocações diárias da população inquirida



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Em relação à duração média das deslocações, observa-se no gráfico seguinte, que 45% dos indivíduos inquiridos demoram entre 11 a 30 minutos a deslocarem-se. Outra grande percentagem da população inquirida referiu que as suas deslocações apenas lhe tomam 5 a 10 minutos do seu dia. Em relação à população que demora mais que 30 minutos, estes correspondem aos indivíduos que trabalham/estudam fora de Vila Nova de Milfontes.

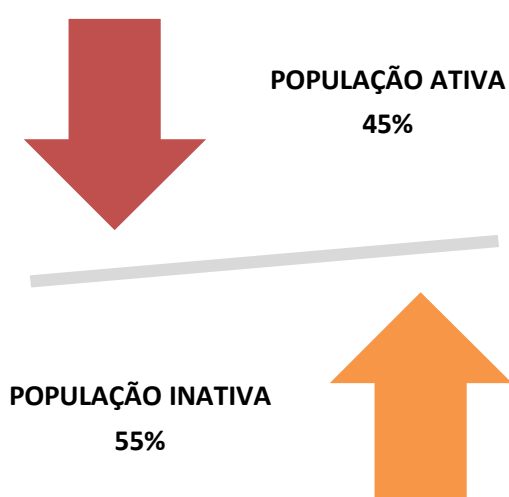
Gráfico 23: Duração média das deslocações diárias da população inquirida



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

7.3. ECONOMIA

Caracterizando agora a nível económico a população inquirida, a população ativa corresponde a um total de 45% da população inquirida, do qual resulta que 55% da população inquirida não se encontre economicamente ativa.

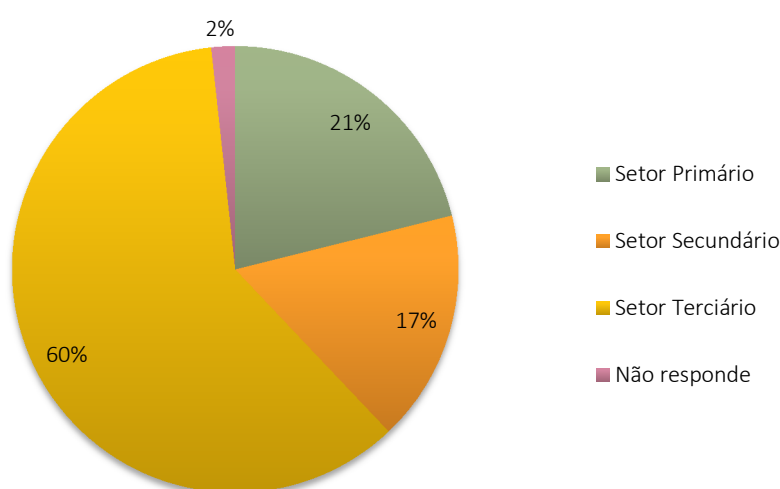


Em relação à população ativa, 464 indivíduos (representa 37%) encontram-se empregados e 95 indivíduos (corresponde a 8%) estão desempregados (correspondendo a uma taxa de desemprego de 17%). Por outro lado, dentro da população inativa, 407 indivíduos (equivale a 32%) encontram-se reformados, a restante percentagem (23%) corresponde à população infantil, os estudantes, domésticos, ou as pessoas que não responderam à questão.

É interessante destacar que, dentro da população estrangeira inquirida, cerca de 23% encontra-se reformada, que demonstra que são várias as pessoas que procuram esta área para viver a sua reforma, que indicam ser um local calmo e bom para viver.

Caracterizando a população empregada, 21% (98 indivíduos) encontra-se dedicada ao setor primário, 17% (78 indivíduos) ao setor secundário e 60% (280 indivíduos) no setor terciário (2% não respondeu à questão).

Gráfico 24: Distribuição da população empregada por setor de atividade económica



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Efetivamente, dentro população empregada no setor primário, quase 90% está empregue nas explorações agrícolas presentes no concelho. Destaca-se que mesmo, encontrando-se próximo de Vila Nova de Milfontes, onde a pesca tem forte tradição, apenas foram inquiridos sete pescadores.

Do total da população empregada na AFIPR, 20% corresponde à população imigrante. Sobre a população imigrante empregada, quase 70% encontram-se empregados no setor primário, nomeadamente nas explorações agrícolas (estufas) localizadas em Almogrove, São Teotónio, Zambujeira do Mar. São os imigrantes oriundos do sul da Ásia (Índia, Nepal e Bangladesh) que mais trabalham nesta atividade.

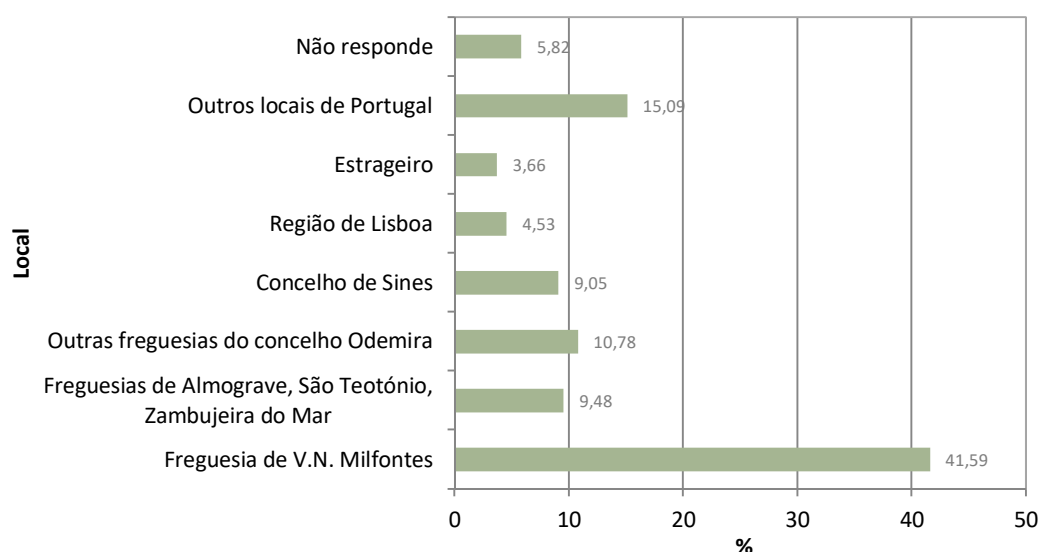
Sobre a população afeta ao setor secundário esta dedica-se, grosso modo, à construção, como pedreiros, pintores, serralheiros, canalizadores, canalizadores, carpinteiros.

Em relação ao setor terciário, são várias as profissões dos inquiridos, com especial incidência nas atividades relacionadas com limpezas (30 indivíduos), na restauração (35 indivíduos), no comércio (41

indivíduos, empregados em supermercados, bombas de gasolina, comércio local), serviços ao público (22 indivíduos, desde administrativos, advogados, bancários, consultoria, contabilidade, correios), na área da educação (17 indivíduos, como professores, educadores, auxiliares), na área da saúde (9 indivíduos, como médicos, enfermeiros).

Sobre o local de trabalho da população inquirida, existe uma grande predominância da população que trabalha na freguesia de Vila Nova de Milfontes, que corresponde a 42% do total dos empregados; 9% nas freguesias de Longueira/Almograve, São Teotónio, Zambujeira do Mar (que corresponde essencialmente à população que trabalha nas estufas agrícolas); 11% no restante concelho de Odemira; 9% no concelho de Sines (essencialmente nas refinarias); 5% na região de Lisboa (que correspondem grosso modo, à população temporária que vive permanentemente nesta área); 4% no estrangeiro (pessoas do agregado que se encontram emigradas); e 15% noutras regiões de Portugal (6% não respondeu à questão).

Gráfico 25: Local de trabalho da população empregada inquirida



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Da população empregada inquirida que trabalha na freguesia de Vila Nova de Milfontes, temos a referir que apenas 15 indivíduos (8%) indicaram que trabalham exclusivamente na área de intervenção, nas empresas existentes, principalmente no ramo da construção civil e comércio. Não podendo aqui descuidar que, foram referidos por vários indivíduos, principalmente os que trabalham no ramo da construção civil e das limpezas, que não tem local fixo de trabalho, mas que grosso modo, é na freguesia de Vila Nova de Milfontes que trabalham, incluindo aqui a área da AFIPR.

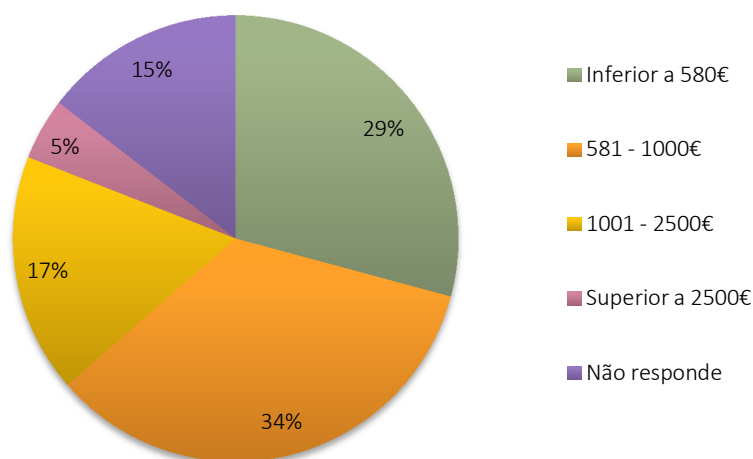
Sobre os estudantes, verificamos que 62% do total estuda na freguesia de Vila Nova de Milfontes, contudo para analisar os restantes casos importa perceber a diferença dos jovens estudantes que residem permanentemente e temporariamente na AFIPR.

Observou-se que, do total da população estudantil inquirida, que frequenta o 1.º ciclo, cinco crianças estudavam na Escola Básica das Brunheiras e uma na Escola Básica do Galeado. Estes valores demonstram que, grosso modo, as crianças frequentam a Escola Básica de Vila Nova de Milfontes. Por sua vez, as crianças que frequentam o 2.º e 3.º ciclo e secundário, frequentam o Colégio Nossa Senhora da Graça.

Dentro dos agregados familiares que residem permanentemente na área em estudo, encontramos 16 jovens (13% dos jovens que vivem permanentemente na AFIPR) que estudam fora do concelho, principalmente por se encontrem a estudar no ensino superior, e ainda oito jovens (6%, idem) estudam em Odemira (ensino secundário ou profissional). Em relação população estudantil temporária, estes estudam nas áreas de residência, que são essencialmente a região de Lisboa.

Importa ainda analisar os rendimentos médios dos agregados familiares inquiridos, 15% não sabe/não quis responder à questão. Dos que responderam, verificamos que 34% (177 agregados familiares) possuem rendimentos entre os 581 e 1000 euros, 29% (150 agregados familiares) rendimentos inferiores a 580 euros, 17% (89 agregados familiares) detêm rendimentos entre 1001 e 2500 euros, e 4% (23 agregados familiares) têm rendimentos superiores a 2500 euros.

Gráfico 26: Rendimento médio mensal dos agregados familiares inquiridos



Fonte: Dados provenientes dos inquéritos respondidos (outubro de 2018).

Realizando uma breve reflexão sobre os rendimentos e dimensão dos agregados familiares, observa-se que:

- Nos agregados mais numerosos (6 e mais elementos), 45% tem rendimentos superiores a 2500 euros; 36% rendimentos entre os 1001 e 2500 euros; e 18% rendimentos entre os 581 e 1000 euros.
- Nas famílias monoparentais, 32% possui rendimentos inferiores a 580 euros (deste total, apenas uma família tinha o pai/mãe empregado, o resto ou está já reformado ou desempregado); 54% detêm rendimentos entre os 580 e 1000 euros (deste total, metade tem o pai/mãe empregado); apenas uma família tem rendimentos entre 1001 e 2500 euros; e um tem rendimentos superiores a 2500 euros. Podemos ainda apurar que, as famílias monoparentais que possuem mais rendimentos, correspondem às famílias compostas por duas pessoas, e as famílias mais numerosas (quatro elementos) os rendimentos são inferiores ao salário mínimo.
- Os indivíduos que vivem sozinhos, 53% têm rendimentos inferiores a 580 euros, que correspondem essencialmente aos idosos que vivem sozinho e que recebem reformas com valores muito reduzidos (pela auscultação das pessoas, a reforma mínima, inferior a 300 euros); e 20% têm rendimentos entre 581 e 1000 euros, que representam os indivíduos mais jovens que trabalham.
- Sobre as famílias compostas por marido e esposa (companheiro/a), 32% possuem rendimentos inferiores a 580 euros, que correspondem essencialmente aos casais que estão os dois na reforma, ou a mulher é doméstica (nunca trabalhou sem ser na agricultura de subsistência), ou porque um elemento encontra-se desempregado. As 37% famílias que possuem rendimentos entre os 580 e 1000 euros, correspondem, grosso modo, àquelas em que a reforma do casal é um pouco mais elevada que a mínima (menos que 300 euros), ou famílias em que um dos elementos encontra-se empregado e outro sem atividade.

Ainda em termos da produtividade económica da área de intervenção do PUAFIPR, foram referenciados 23 edifícios que possuem como atividade o comércio: desde lojas de venda de cerâmica, restauração (cafés), gasolinera, venda e armazenagem de materiais de construção, centro de jardinagens, entre outros. Foram ainda identificadas nove edifícios que prestam serviços como oficinas, gráfica, entre outros. Encontramos na área de intervenção uma indústria de transformação de produtos de madeira.

Aqui, importa salientar o forte crescimento da atividade turística no concelho, e especialmente, em Vila Nova de Milfontes, nos anos mais recentes, com o aumento dos alojamentos locais e empreendimentos turísticos e a procura deste local para férias, são cada vez mais as pessoas que trabalham nestes locais,

quer seja empresários ou empregadas de limpezas. De facto, na área de intervenção do PUAFIPR, encontramos um conjunto de empreendimento de turismo rural, alojamento local, residências que arrendam quartos, e ainda vários edifícios que são arrendados nas férias a turistas.

8. INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

A poluição em espaço agrícola refere-se à produção essencialmente de suínos, bovinos e aves, que correspondem a explorações maioritariamente de cariz familiar. Quanto à produção de suínos, é necessário estar alerta quanto à poluição de águas e, em menor grau, dos solos. A poluição dá-se através da acumulação de azotos nos solos fertilizados pelo estrume produzido na atividade agropecuária. Esta incorporação conduz a uma elevada concentração de nitratos, provenientes do azoto orgânico presente nos excrementos e nos resíduos líquidos. Os nitratos em excesso são arrastados pelas águas pluviais e por águas de rega, contaminando os cursos de água e os aquíferos subterrâneos.

Verificou-se em alguns casos a presença de exploração de bovinos, ao lado de um aglomerado populacional, por exemplo no lugar de Foros de Pereira/Pereirinha, que não se encontra em conformidade com o Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual.

Figura 20: Exemplificação de exploração de bovinos



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

Os ruídos, odores e impacto visual que estas unidades de exploração pecuária provocam no ambiente em que se inserem são, identicamente, potenciais disfunções ambientais.

Igualmente, as explorações agrícolas presentes na área de intervenção possuem igualmente impactos ambientais. Estes que se encontram associados à utilização excessiva de adubos azotados, que leva à acumulação de nitratos e ao aumento de salinidade da água subterrânea e do solo; a poluição das águas

superficiais relacionada com o arrastamento de nutrientes, provocado pelas águas de escoamento superficial, devido à utilização incorreta de fertilizantes ricos em fósforo e azoto que provoca a eutrofização das águas.

Outro problema que se observa na área de intervenção é a presença de várias unidades industriais, muitas delas associadas a oficinas de reparação automóvel, estaleiros de construção civil, carpintarias/serrações. As principais disfunções a elas associadas traduzem-se em impactes visuais, principalmente devido à falta de qualidade das construções e de arrumação do espaço, em impactes ao nível de substâncias expelidas para a atmosfera, como fumos e poeiras, assim como possíveis impactes decorrentes de resíduos resultantes do processo de laboração. Desta forma, destas atividades industriais resultam efluentes sólidos, líquidos e gasosos que colocam riscos de contaminação do solo e água subterrânea.

Figura 21: Exemplificação das unidades industriais presentes na área de intervenção



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

As sucatas são bastante recorrentes na área de intervenção, e correspondem a um local de deposição e armazenagem de artefactos fora de uso, usualmente de ferro, muito associado a depósito de veículos em fim de vida. Os principais problemas associados aos parques de sucata prendem-se pela contaminação do

solo por derrames de líquidos como sejam óleos de motor, líquidos refrigeração, líquidos de bateria e combustível; as operações de desmantelamento e transporte dos diversos tipos de materiais contribuem para a poluição sonora. De igual forma, correspondem a área de elevado risco de incêndio, como contribuem para uma degradação da paisagem, pelo impacte visual destas atividades.

Figura 22: Exemplificação de locais com acumulação de resíduos e veículos em fim de vida na área de intervenção



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

A construção civil tem acompanhado o desenvolvimento do concelho, este sector tem grande relevo na economia, em termos de emprego e serviços prestados à comunidade. Contudo, esta atividade é responsável por impactes visuais/ambientais significativos, desde os respetivos estaleiros, à construção e, por último, a deposição dos resíduos daí resultantes.

Para além de resíduos de construção e demolição, outros resíduos têm sido alvo de deposição ilegal na área de intervenção, como por exemplo mobiliário, eletrodomésticos, consumíveis, peças de automóveis. O abandono destes resíduos em locais não estabelecidos para o efeito, provoca a contaminação dos cursos de águas superficiais e subterrâneas, assim como a degradação paisagística do território.

No caso dos denominados “monstros”, a Câmara Municipal de Odemira dispõe de um serviço de recolha, que devido às suas características não podem ser depositados nos contentores e ecopontos. Contudo, estes são depositados de forma desordenada no espaço público.

Figura 23: Exemplificação de locais de acumulação de resíduos de construção civil e monos



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

Tal como referido anteriormente, em toda a área de intervenção, não existe rede de saneamento, conduzindo a que a drenagem e tratamento das águas residuais sejam realizadas através de fossas sépticas, que se torna, para a população residente da AFIPR inquirida, um grave problema de saúde pública. Esta situação deve-se ao facto de muitos casos, a fossa séptica não ser limpa com a periodicidade adequada ou não tenha sido construída nas condições adequadas, do qual resulta em infiltrações, contribuindo para a contaminação do solo e da água, incluindo a contaminação de captações de água para consumo humano (poço e furo próprio). Efetivamente, de um modo geral, a população inquirida indicou que não consome a água do poço/furo, uma vez que a mesma encontra-se imprópria para consumo humano.

Foi ainda mencionado pela população inquirida que o número de contentores de lixo era insuficiente para a população residente, assim como a recolha era incompatível com as necessidades, que resulta na acumulação de lixo junto aos contentores. Igualmente, durante o trabalho de campo, foi possível observar que o lixo doméstico não era colocado nos contentores do lixo, sendo depositado e acumulado em alguns casos no terreno das habitações.

A esta incorreta e (in)consciente deposição de resíduos, está associada a uma degradação paisagística da área de intervenção, assim como levanta problemas ambientais, uma vez que pode provocar a contaminação dos cursos de água e solo, assim como foi possível observar a existência de mosquitos.

Figura 24: Exemplificação do depósito indevido de lixo na área de intervenção



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

Na área em estudo, existe um elevado número de animais, sejam eles de companhia como abandonados. Foi possível apurar que em praticamente todas as habitações encontramos pelo menos um cão, e alguns deles, com sinais de maus tratos, como é o caso de falta de higiene, encontrarem-se acorrentados, não possuírem vacinas, entre outros aspetos. No lugar de Lagoa dos Gansos, encontramos uma habitação desocupada (dono encontra-se fora), que tinha mais de seis cães, e cujo aspeto dos animais era preocupante assim como o cheiro nauseabundo que se fazia sentir no local.

De facto foi mencionado por duas pessoas inquiridas que esta área necessita urgentemente de uma canil/gatil de forma a acolher os animais abandonados, pois apesar de existirem pessoas que os acolhem em suas casas, muitas não possuem rendimentos que permita tratarem deles corretamente.

Figura 25: Exemplificação da presença de animais abandonados



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

Um dos casos mais preocupantes foi relatado por uma inquirida, que referiu que nas traseiras da sua habitação, existe uma criação de cães de raça Galgo e de cavalos, e cujos animais são mal tratados. A mesma indicou que já fez queixa à autoridade sanitária veterinária de Odemira, e eles vieram visitar o local, mas que até ao momento ainda não tinha sido resolvida a situação.

Mapa 39: Demonstração da presença cães Galgo



Fotografias retiradas pela GeoAtributo, durante o trabalho de campo ocorrido entre 09 e 18 de outubro de 2018.

ANEXOS